



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ÉRIKA APARECIDA CORRÊA

**Tarquínio de Souza Filho e a Educação Profissional durante o
Brasil Império**

Divinópolis

2024

ÉRIKA APARECIDA CORRÊA

**Tarquínio de Souza Filho e a Educação Profissional durante o
Brasil Império**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Flávio Raimundo Giarola

Divinópolis

2024

(Catalogação - Biblioteca Universitária – Campus Divinópolis – CEFET-MG)

C824t Côrrea, Érika Aparecida.
Tarquínio de Souza Filho e a Educação Profissional no Brasil
Império. / Érika Aparecida Côrrea. – Divinópolis, 2024.
158 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Raimundo Giarola.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais, Campus Divinópolis, Programa de
Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e
Tecnológica (PROFEPT), 2024.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Tarquínio de
Souza Filho. 3. Brasil Império. I. Giarola, Flávio Raimundo. II.
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III.
Título. CDU: 377:94(81)

Bibliotecária Responsável Maria Inês Passos Pereira Bueno CRB-6:2805

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ÉRIKA APARECIDA CORRÊA

**Tarquínio de Souza Filho e a Educação Profissional durante o
Brasil Império**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em dia 16 de maio de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



FLAVIO RAIMUNDO GIAROLA

Data: 22/05/2024 13:49:12-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Flávio Raimundo Giarola

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Orientador

Documento assinado digitalmente



RAPHAEL FREITAS SANTOS

Data: 22/05/2024 17:21:16-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Raphael Freitas Santos

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dra. Kellen Cristina Silva

Rede Estadual de Ensino de Divinópolis/MG

Aos meus pais, Jaci Corrêa Vaz e Zilda Aparecida Corrêa, meu marido Rogério de Aquino e minha tia Cida (*in memoriam*) e meu tio Oswaldo, que mesmo em meio às dificuldades, me incentivaram, cada um em seu tempo, para que eu não desistisse dos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão significativo para mim que é o término deste trabalho, não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas que foram fundamentais à concretização desta tão aguardada conquista acadêmica.

Á Deus e Nossa Senhora por terem me auxiliado nos momentos mais difíceis desta caminhada pessoal e acadêmica. Obrigado também pelos livramentos e pela saúde, fundamentais para continuar vencendo os obstáculos. A Eles meu louvor, honra, gratidão e adoração.

Aos meus pais, Jaci Corrêa Vaz e Zilda Aparecida Corrêa, pelo amor, cuidado e educação, e por terem me apoiado em tudo. Obrigado também por me ensinarem, antes de tudo, valores como a honestidade, humildade e respeito ao próximo, fundamentais à minha formação humana.

Ao meu marido, Rogério de Aquino, pelo incentivo e compreensão, quando muitas vezes o deixei sozinho, para me dedicar à pesquisa e à escrita deste trabalho.

Ao meu tio, Oswaldo e minha tia Cida (*in memorian*) que sempre foram incentivadores orgulhosos dos meus estudos.

Aos meus fiéis filhotes de quatro patas: Panty (*in memorian*), Zizi, Cris, Roderval, Neve, Tigre, Morceguinha e Will, que em silêncio e apenas com o olhar me apoiaram e me propiciaram a quietude necessária nas horas de ansiedade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Flávio Raimundo Giarola, pelo compromisso e comprometimento na orientação desta dissertação, dirimindo dúvidas, dando sábias contribuições a cada seção construída e incentivando a continuidade deste projeto.

A todos os professores do ProfEPT, em especial do CEFET campus Divinópolis, por compartilharem suas experiências e conhecimentos bastante pertinentes à nossa formação acadêmica, servindo de base à continuidade do mestrado e consequente construção deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, por termos desfrutado, momentos de interação, companheirismo, e partilha de conhecimentos. Especial agradecimento aos colegas Anderson Ribeiro de Oliveira Santos Silva e José Arimatéia de Aleluia Júnior que auxiliaram diretamente a construção deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente à concretização deste sonho. O meu muito obrigado!

“A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.”

(Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, 2002)

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa histórica que investigou as considerações a respeito da educação profissional descritas por Tarquínio de Souza Filho em seu livro *“O Ensino Technico no Brazil”*, publicado em 1887. O estudo inicial ocorreu pelo período imperial, época em que o autor viveu e escreveu sua obra, objetivando contextualizar o trabalho do mesmo, compreendendo o pensamento de Tarquínio S.F. sobre o ensino profissional. O tema foi “Tarquínio de Souza Filho e a Educação Profissional durante o Brasil Império”. Foi criado como produto, uma série de *podcasts*, para divulgação da História da Educação Profissional no país. O trabalho foi desenvolvido no Macroprojeto “História e memórias no contexto da Educação Profissional e Tecnológica”, inserido na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT. Nosso interesse em pesquisar o autor e sua obra se deu pelo fato de Tarquínio S.F. ter feito uma ampla discussão a respeito da educação profissional durante o Brasil Império, em seu livro *“O Ensino Technico no Brazil”*. Ressalta-se que encontramos pouca menção ou citação a respeito do autor, ou de sua importância na tratativa do assunto no Brasil. Assim, esta pesquisa se justificou pelos poucos trabalhos publicados a respeito do autor e pela necessidade de divulgação da história da EPTNM (Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio) para a comunidade desta modalidade de ensino. Nosso objetivo foi divulgar através do manuscrito *“O Ensino Technico no Brasil”* escrito em 1887 no Brasil por Tarquínio de Souza Filho, o modelo de Educação Profissional defendido pelo autor à época.

Palavras-Chave: Tarquínio de Souza Filho. Brasil Império. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This work is a historical research that investigated the considerations regarding professional education described by Tarquínio de Souza Filho in his book “O Ensino Technico no Brazil”, published in 1887. The initial study took place during the imperial period, a time in which the author lived and wrote his work, aiming to contextualize his work, understanding Tarquínio S.F.'s thoughts on professional education. The theme was “Tarquínio de Souza Filho and Professional Education during the Brazilian Empire”. A series of podcasts was created as a product to disseminate the History of Professional Education in the country. The work was developed in the Macroproject “History and memories in the context of Professional and Technological Education”, inserted in the research line “Organization and Memories of Pedagogical Spaces at EPT. Our interest in researching the author and his work was due to the fact that Tarquínio S.F. had a broad discussion about professional education during the Brazilian Empire, in his book “O Ensino Technico no Brazil”. It is noteworthy that we found little mention or citation about the author, or his importance in dealing with the subject in Brazil. Thus, this research was justified by the few works published about the author and the need to disseminate the history of EPTNM (High School Professional and Technological Education) to the community of this type of teaching. Our objective was to disseminate, through the manuscript “O Ensino Technico no Brasil” written in 1887 in Brazil by Tarquínio de Souza Filho, the model of Professional Education defended by the author at the time.

.

Keywords: Tarquínio de Souza Filho. Brazil Empire. Professional and Technological Education.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Faixa etária dos participantes

GRÁFICO 2- Dados demográficos (sexo)

GRÁFICO 3- Compreensão da importância de Tarquínio S.F.para a EPT

GRÁFICO 4- Compreensão da proposta de Tarquínio S.F.para o ensino técnico

GRÁFICO 5- Conhecimento prévio a respeito de Tarquínio

GRÁFICO 6- Conhecimento prévio a respeito de Tarquínio S.F.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Cálculo feito por Domingos - demonstração da vantajosidade na contratação de homens livres

FIGURA 2 - Recursos destinados aos estabelecimentos de ensino profissional pelo Império

FIGURA 3 - Tela inicial do Produto Educacional na plataforma *Spotify*

ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTM	Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio
IFET	Instituto Federal de Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PLANFOR	Plano Nacional de Educação Profissional
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
SPBA	Sociedade Propagadora das Belas Artes
SCI	Sociedade Central de Imigração

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 Memória, História e Educação Profissional.....	18
2.2 Educação Profissional no Brasil Império	21
2.3 Tarquínio S.F.de Souza Filho	28
2.4 A Educação Profissional no Brasil sob um viés histórico	32
3 METODOLOGIA.....	35
4 ANÁLISE DE DADOS.....	41
4.1 Pensadores da educação profissional contemporâneos a Tarquínio S.F.de Souza Filho.....	41
4.2 Inspirações intelectuais e espaços sociais de Tarquínio S.F.de Souza Filho.....	55
4.2.1 Celestin Hippeau e Antônio da Costa de Sousa de Macedo.....	58
4.2.2 Sociedade Central de Imigração – SCI	66
4.3 Análise das propostas e percepções de Tarquínio S.F.de Souza Filho a respeito do ensino técnico no Brasil império e sua importância para o desenvolvimento do país.....	78
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	111
5.1 Produzindo o TARQcast.....	114
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICE A - FORMULÁRIO AVALIATIVO PRODUTO	138
APÊNDICE B - PRODUTO EDUCACIONAL	150

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como tema “Tarquínio de Souza Filho e a Educação Profissional no Brasil Império”, culminando na criação de uma série de *podcasts*, para divulgação da História da Educação Profissional no país. A pesquisa vinculou-se ao Macroprojeto “História e Memórias no contexto da Educação Profissional e Tecnológica”, inserido na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”.

Inicialmente, havia, de nossa parte, um interesse na execução de uma pesquisa historiográfica a respeito do ensino profissional durante o Brasil Império. Durante nosso levantamento inicial sobre o tema, através de publicações da época, nos deparamos, no *site* da Biblioteca do Senado Federal, com o livro escrito em 1887 *O Ensino Technico no Brazil*, de autoria de Tarquínio de Souza Filho. O livro nos chamou atenção por fazer uma ampla discussão sobre o estado da educação profissional no período.

De acordo com Blake (1883, p. 250), Tarquínio de Souza Filho nasceu em Recife, no dia 3 de abril de 1859 e obteve seu bacharelado na Faculdade de Direito do Recife, onde seu pai lecionava. Entre suas obras destacam-se:

- *O Ensino Technico no Brazil*: publicado no Rio de Janeiro, em 1887, no Livro de Propaganda da Sociedade Central de Imigração, sendo a terceira obra do autor.
- *Estudos Econômicos e Sociais*: o autor desejava publicar o livro desde 1887, não tendo, no entanto, ocorrido a publicação. Ela trataria das caixas econômicas escolares, da reorganização destas, além de outros assuntos.
- *Estações Agronômicas*: publicado em 1888, pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
- *Estado de Sítio*: publicado na *Revista Brasileira*, T. III, 16 fasc., em 15 de agosto de 1895, pela Companhia de Tipografia do Rio de Janeiro.

Além dessas obras, Tarquínio de Souza Filho também contribuiu com artigos em revistas e informativos da época, com títulos como *O Divórcio* (1882), *Investigação da Paternidade na Ação de Alimentos* (1882), *Condição Civil do Estrangeiro* (1882). O autor participou da conferência feita na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1888, a respeito das estações agronômicas, consideradas fatores poderosos do desenvolvimento econômico. Além disso,

escreveu diversas publicações sobre estudos sociais e econômicos em jornais e revistas da época.

Tarquínio de Souza Filho trabalhou no Ministério da Imigração em 1887, onde constatou a importância do ensino técnico para o desenvolvimento educacional e econômico do Brasil Imperial. Além disso, foi membro e diretor da Sociedade Central de Imigração¹, para a qual escrevia artigos no informativo *A Imigração*. Também foi membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Colégio dos Advogados de Lima e da Sociedade de Legislação Comparada. Atuou como advogado em Recife, como capitão de fragata honorário e professor da Escola Naval.

Foi Catedrático da Escola Naval e da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, professor do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, lecionando o curso público *Instrução Cívica e Direito Usual*, a partir de 1887. Demonstrou expressiva atuação na imprensa da época, sendo redator do jornal *O Tempo*, em 1880 e colaborou ainda nos jornais *O Cruzeiro e Brazil*. Faleceu em 1908, na cidade do Rio de Janeiro.

Nosso interesse em pesquisar o autor e sua obra surgiu devido à ampla discussão feita por Tarquínio S.F. sobre a educação profissional durante o período imperial brasileiro, tema pouco abordado pelo governo ou por intelectuais da época. Destaca-se que encontramos escassa menção ou citação sobre o autor, ou sua importância na abordagem do assunto no Brasil Imperial, caracterizando a singularidade deste trabalho.

Por esparsos documentos bibliográficos, soubemos que seu pai, Tarquínio Bráulio de Souza Amaranth, foi um renomado político com grande influência na corte portuguesa e membro da aristocracia da época. Isso propiciou que Tarquínio S.F. tivesse sua formação no exterior, obtendo o título de bacharel em Direito. Com uma formação acadêmica europeia, ele pôde vislumbrar a importância do ensino técnico para o desenvolvimento de um país:

A agricultura, as industrias e o commercio não podem prosperar si aquelles que a elles se têm de entregar e que constituem a maior parte da sociedade, senão a sociedade inteira, não acharem nas escolas os conhecimentos e meios necessários ao desenvolvimento de sua intelligencia. Se si perguntar porque certas nações fazem mais progressos do que outras, a primeira resposta que forçosamente se deve dar é porque sabem mais. (SOUZA FILHO, 1887, p. 43).

¹O livro *O Ensino Technico no Brazil* foi encomendado pela Sociedade Central de Imigração

Lembramos que, no século XIX, a Europa já possuía um sistema industrial, advindo da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra e expandida para o restante do continente. Enquanto isso, no Brasil daquela época, permaneciam traços de uma ex-colônia de exploração portuguesa, com a exportação de matéria-prima como uma das principais atividades econômicas. Os poucos produtos manufaturados visavam principalmente o consumo interno e as necessidades básicas da população.

Essa distinção se torna importante por demonstrar que, em um momento no qual a industrialização nacional não era prioridade do governo e da elite aristocrática, Tarquínio S.F. já sugeria os moldes e vantagens que a implantação do ensino técnico traria para o país. Ressaltamos que, para essa implantação, seria necessária a qualificação da mão de obra a ser contratada, e o Brasil não contava com estabelecimentos de ensino voltados para essa modalidade. O autor menciona, no livro *O Ensino Technico no Brazil*, a quase ausência de escolas técnicas e profissionais no país:

São grandes as lacunhas do nosso systema de ensino publico, sensíveis os seus defeitos, nenhum, porém, nos parece maior nem mais notável do que a falta, quasi absoluta, de escolas technicas ou profissionaes, que se nota em nosso paiz. O que existe entre nós neste assumpto é pouco, é insignificante, comparado com as necessidades de nossa população e as urgencias da actualidade. Ao passo que nos outros paizes cultos, tem-se olhado com o maior interesse para este ramo importantissimo da instrucção publica, fazendo-se novas creações ou melhorando-se as existentes, nós temos encarado esta questão, com frieza, uma indifferença quasi criminosa. Escolas industriaes, escolas agricolas, escolas commerciaes, cursos profissionaes, institutos technicos, e outras instituições congeneres que existem e florescem na França, na Alemanha, na Belgica, na Italia, na Suissa, nos Estados-Unidos e até na Australia, tudo nos falta, tudo está entre nós por fazer. (SOUZA FILHO, 1887, p. 42).

Ele observa, inclusive, que, com a tendente abolição do trabalho escravo, o ensino técnico seria necessário para um maior incentivo à vinda de imigrantes, uma vez que o trabalho manual não era bem-visto pela população brasileira, por remeter aos escravos e desvalidos. A solução encontrada por muitos latifundiários foi a promoção da vinda de imigrantes para o Brasil, já que eles não possuíam o estigma do trabalho manual, destinado aos mais pobres².

² Entre 1871 e 1880, a estatística oficial para o Brasil como um todo, aponta a entrada de 219.128 imigrantes, equivalente ao total das duas décadas anteriores, com média anual de quase 11 mil imigrantes, passando a nacionalidade italiana a predominar no final dos anos 1870. Entre 1881 e 1885, as entradas no Brasil alcançaram mais de 133 mil imigrantes, média anual de quase 27 mil, entrando mais de 32 mil em 1886. Foi entre 1887 e 1889, que a imigração aumentou

Tarquínio S.F. discorria que essa grande leva imigratória exigiria do país a implantação de cursos profissionais voltados para capacitação dos descendentes dos imigrantes e destes próprios. Em seu livro a respeito do ensino técnico, ele demonstra que este também poderia ser utilizado como ferramenta para propiciar a população desvalida uma capacitação para inserção nas atividades agrícolas e nas oficinas de trabalho manufatureiro.

Diante disto, encontramos em Tarquínio S.F. uma rica fonte de pesquisa sobre a educação profissional no período monárquico do Brasil para buscarmos além da sua compreensão, o entendimento do pensamento do autor a esse respeito. Para isso, realizamos uma seleção e um exame de algumas fontes documentais bibliográficas, que representam parte da memória e da história da Educação Profissional no Império, dando ênfase ao livro *O Ensino Technico no Brazil*.

Como objetivo específico desta pesquisa, buscamos historiar a memória da Educação Profissional e Tecnológica, e de Tarquínio S.F. efetuando uma relação entre o pensamento do autor e o desenvolvimento da EPT no Brasil Império. Para isso, analisamos a situação em que se encontrava a educação, mais precisamente, a profissional, voltada para o trabalho manual, entre os anos de 1822 a 1889.

Esta contextualização foi realizada com base na bibliografia sobre o período, que discutiremos adiante no referencial teórico. Já o pensamento de Tarquínio S.F. sobre a educação profissional foi analisado com base na obra *O Ensino Technico no Brazil*. Acreditamos que num cenário marcado por uma educação profissional assistencialista, ele tenha discorrido em outra direção, entendendo a educação como uma promotora do desenvolvimento econômico do país.

Em buscas no *Google*, a expressão *Tarquínio de Souza Filho* remete a documentos que em nada dizem respeito ao ele. Havia uma homonomia que não remetia a sua história ou aos seus trabalhos. Mesmo em publicações a respeito do ensino técnico no Brasil Império, Tarquínio S.F. e seu livro são pouco mencionados. Portanto, foi necessário executarmos uma busca em publicações que, de maneira esparsa, nos remeteram a achados a respeito de Tarquínio S.F. Um dos desafios

consideravelmente, alcançando pelo menos 252 mil pessoas. Destas, cerca de 152 mil destinaram-se a São Paulo. Em 1888 e 1889 o governo imperial assinou sete contratos para a entrada de cerca de 775 mil imigrantes nos cinco anos. Não existem dados de imigração líquida para o período imperial. Ao par de 27d/1\$000 a libra esterlina correspondia a Rs 8\$890. Nos anos seguintes, a intervenção direta no mercado de trabalho, criou uma oferta elástica de mão-de-obra estrangeira que pode ter prejudicado a absorção de libertos e brasileiros natos pelo setor exportador. (ABREU; LAGO, 2010, p.12-13).

enfrentado para execução desta dissertação foi a escassez de material historiográfico e bibliográfico a respeito do autor, desafio esse, compensado pela singularidade do pensamento de Tarquínio S.F.S.F. sobre o ensino técnico para aquela época.

Assim, esta pesquisa se justificou pelos poucos trabalhos publicados a respeito do autor e pela necessidade de divulgação da história da EPTNM (Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio) para a comunidade desta modalidade de ensino.

Pela inópia de materiais citados sobre o pensamento de Tarquínio S.F. no século XIX, é que buscamos os intelectuais e espaços sociais, que influenciaram sua atuação política e intelectual, tentando entender a motivação do autor para a escrita acerca do ensino profissional nacional e estrangeiro naquele período. Neste sentido, nossa pergunta central foi: Qual o modelo de educação profissional defendido por Tarquínio S.F.?

Nossa hipótese, baseada em uma leitura inicial de sua obra, foi a de que, no século XIX, Tarquínio S.F. já defendia um ensino técnico gratuito, público e com amplo acesso para a população brasileira. O autor poderia entender que este tipo de ensino seria um impulso ao crescimento econômico, social e político do Brasil.

Nosso objetivo geral foi entender o pensamento de Tarquínio S.F. sobre a educação profissional e criar uma plataforma de divulgação deste pensamento. Como objetivos específicos propusemos:

- a) Identificar, em documentos bibliográficos pertinentes a Tarquínio, qual era a situação da educação profissional no Brasil Império e a percepção do autor a respeito do ensino técnico da época;
- b) Analisar os espaços de sociabilidade percorridos pelo autor, que auxiliaram na formação de seu pensamento;
- c) Criar episódios de *podcast* que divulguem a obra do autor a respeito da Educação Profissional.

Para o procedimento de análise dos dados, utilizamos os procedimentos descritos no capítulo três deste trabalho denominado *Metodologia*. A fim de testarmos o produto educacional proposto, utilizamos um formulário semi-estruturado *on-line* aplicado em 15 alunos e ex-alunos do ProfEPT do CEFET-MG, *campus* de Divinópolis-MG.

Esperamos com esta pesquisa contribuir para no conhecimento da história da

Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, através de Tarquínio de Souza Filho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Memória, História e Educação Profissional

Segundo Nora (1993, p.14-15), memória pode ser compreendida como recordações de eventos passados manifestados no presente, cuja transmissão pode ter ocorrido via oralidade ou pela experiência pessoal. Ela é arraigada de emoções, podendo contemplar memórias semelhantes de outros indivíduos envolvidos em uma mesma experiência. Possui um caráter parcial e instável, uma vez que é construída por perspectivas e propósitos variados, consoante ao testemunho de um grupo.

A definição de história, para Nora (1993, p.8), seria uma reconstituição dinâmica e subjetiva de eventos passados, utilizando, para isso, uma metodologia científica, com estudos sistematizados, provenientes de fontes selecionadas, possuindo uma natureza de transmissão intelectual e consistente.

Por se tratar de um trabalho histórico, foi necessário compreender e diferenciar os aspectos de memória e história para que, durante a execução de nossa pesquisa, não houvesse conflito entre os conceitos, que possuem particularidades diferentes. Como citado por Nora (1993, p.9), memória e história não se confundem, embora coexistam e, por vezes, se entrelacem em uma dinâmica dialética, clamada, pelos tempos atuais, de velocidade, mundialização e globalização das informações. Essa aceleração contribui para o esvaziamento das memórias e o surgimento das histórias. O esvaziamento das memórias e de seus espaços provoca a varredura dos fatos pela história. A necessidade de memórias é uma necessidade da história:

(...) a consciência de ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda uma memória suficiente para que possa colocar o problema de sua encarnação. É o mundo inteiro que entrou na dança pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. É o fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. (...) é o modo mesmo da percepção histórica, que com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade. (NORA, 1993, p.7-8).

A memória pode glorificar ou demonizar o passado, para que, propositadamente, atinja os objetivos daqueles que a descrevem. Pode ainda estar arraigada de sentimentos, enquanto a história deve ser imparcial quanto aos eventos pesquisados. A memória pode servir aos propósitos de reforçar sentimentos de pertencimento, de coesão nacional, valendo-se de um processo de seleção de eventos, que corroboram a verdade que o pesquisador deseja contar. Nesse caso, há um esquecimento de “ocorrências” selecionadas convenientemente a não se opor aos fatos relatados.

Segundo Meneses (1992, p.10), pensamos na memória como algo concreto, imutável e acabado, que serve para transportar ao presente fatos passados. No entanto, longe disto, ela pode ser destruída, esquecida e, por isso, tem a necessidade de ser resgatada. Na verdade, a memória é fluída, em movimento, em constante construção e desconstrução. Comporta diversas reestruturações de fatos passados.

A respeito da memória, Ciavatta (2010, p.11-13) cita que é ela que constrói a identidade ao contribuir para a formação cultural, para a compreensão do real e ainda para a análise das lutas sociais ao longo do tempo.

O passado não pode ser mudado, e o futuro está em aberto. Mas o sentido do passado pode ser alterado pelos agentes sociais em confronto, quando da escrita de determinado documento. A memória é suscetível aos interesses e pressões sociais. Já a história, por buscar ser imparcial e buscar manter o teor científico e racional dos levantamentos pesquisados, tende a não ser tão vulnerável.

Para Meneses (1992, p.14-15), a memória coletiva consistiria em um sistema organizado de lembranças, cujo suporte estaria relacionado com grupos sociais. Ela seria responsável por assegurar a coesão e a solidariedade do grupo, tendo destaque em momentos de crise e pressão. Já a memória nacional, é aquela responsável pela identidade de um país, por seu desenvolvimento cultural,

ideológico e histórico:

A memória é constituída de eventos do passado, vividos ou valorizados por interesse. Certos grupos costumam defender memórias que a história já desconstruiu através de pesquisa e crítica, porque eles querem que sua memória seja a única e verdadeira. E dizem que o resto seriam mentiras ou “história de vencedores”. Ela pode ser sobre algo que o indivíduo não viveu, mas se identifica, porque ela é coletiva ou compartilhada por um grupo do qual essa pessoa faz parte. (LEITURA OBRIGAHISTÓRIA, 2017).

Já para Halbwachs (2016, p. 247), criador do conceito de “memória coletiva”, as lembranças só podem ser analisadas em um contexto social que sirva para sua reconstrução. As lembranças de um sujeito não seriam apenas dele, já que coexistem em um grupo social. Elas seriam a junção de recordações de uma sociedade, na qual a pessoa está inserida, sendo influenciada por família, igreja, grupo de amigos, ambiente de trabalho, dentre outros:

Somente se pode falar em memória coletiva se evocarmos um evento que também fez parte da vida do grupo no qual fazemos parte. No processo de rememoração é necessário que os dados sejam comuns entre os membros do grupo. (HALBWACHS, 2016, p.249).

Analisando as memórias próprias do sujeito, Ribeiro (2011) cita que o uso da própria história de pessoas para levantamentos históricos possibilitou ao pesquisador respostas para questionamentos atuais inseridos na época vivenciada pelo objeto do estudo: “A alteridade ganhou destaque nos estudos e assim vozes silenciadas passaram a ser ouvidas e o processo histórico a registrar sua imensa diversidade.” (RIBEIRO, 2011, p.326).

Conforme prescrito por Nunes (2003, p.141), a memória não pode ser considerada apenas como uma simples produção do saber. Ela deve ser vista como uma ferramenta para a ressignificação da educação e da cidadania. A autora cita que memórias, como fontes históricas em educação, constituem apenas a ponta de um *iceberg*, que gradualmente o pesquisador vai descobrindo.

Após discorrermos a respeito do conceito de memória e suas variáveis, cabe agora uma análise do conceito de história. Segundo Halbwachs (2016, p. 252), esse conceito estaria ligado à junção dos fatos que ocupam maior destaque em uma sociedade. Os eventos são selecionados de acordo com necessidades ou regras, que antes não se impunham aos homens. A história se inicia no instante em que ocorre o apagamento da memória coletiva, buscando respostas para o presente no

passado.

Propagar a importância da história documental e da criação de espaços para discussões sobre a memória da educação serve de propulsão ao engrandecimento da cultura de um povo, além de propiciar a compreensão de problemas enfrentados na atualidade. Nesse sentido, esperamos, com nossa pesquisa, contribuir para uma maior difusão do conhecimento na educação profissional e tecnológica no período imperial brasileiro.

A história é sempre contemporânea, já que, quando se busca, no passado, explicações para os fatos presentes, relacionamos esses com situações atuais. Com isso, os temas de pesquisas históricas são selecionados com base em dificuldades recentes, garantindo a eles um dinamismo e os afastando de conceitos cristalizados. (RIBEIRO, 2011, p.325).

Desta forma, os conceitos de memória e história são fundamentais para nossa pesquisa. Com relação à memória, planejamos estudar tanto a memória que se tem de Tarquínio de Souza Filho, quanto fazer do nosso produto um espaço de memória do mesmo. Sobre o conceito de História, realizaremos um trabalho historiográfico, ao analisar a obra do autor e buscar entender suas ideias e representações acerca da educação profissional no Império.

2.2 Educação profissional no Brasil império

Segundo o Parecer n. 16 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 05 de outubro de 1999, o primeiro esforço governamental no sentido do ensino profissional brasileiro data de 1809, quando um decreto do então Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas, após ter suspenso a proibição do funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras. Passemos a um breve relato a respeito da história da EPT brasileira.

A história da educação profissional no Brasil traz, intrínseca a ela, o demérito atribuído ao trabalho manual. No período colonial brasileiro, os homens livres, procurando demonstrar seu poder econômico, se afastavam das atividades manuais, colocando escravos para sua execução. O trabalho era visto como um castigo, e o ócio era altamente desejável. (CUNHA, 2005, p.16).

Com a expansão da agroindústria açucareira e o aumento da extração de minérios em Minas Gerais, os jesuítas, que aqui estavam, passaram a recrutar escravos e homens livres (mestiços, indígenas) para o aprendizado do trabalho manual (artesanato, carpintaria, dentre outros), visando atender aos consumidores de produtos artesanais e utensílios domésticos. (MANFREDI, 2006, p.47- 48).

No século XVIII, surgem as corporações voltadas para a associação de trabalhadores que desempenhavam funções mecânicas. Nelas, havia a inserção de não brancos e, em alguns casos, até mesmo de escravos. Era o início das Corporações de Ofício³ ligadas a uma irmandade, nas quais o trabalho era ensinado pelo mestre ao aprendiz. (MARTINS, 2012, p.2).

Ainda visto como uma atividade executada exclusivamente por escravos, indígenas e desvalidos, o trabalho manual era compreendido como um castigo, destinado às classes sociais desprovidas de recursos financeiros, não cabendo, ou não devendo ser executado pelos membros da alta sociedade da época. Assim:

A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional). Ao trabalho, frequentemente associado ao esforço manual e físico, acabou se agregando ainda a ideia de sofrimento. Aliás, etimologicamente o termo trabalho tem sua origem associada ao “tripalium”, instrumento usado para tortura. A concepção do trabalho associado a esforço físico e sofrimento inspira-se, ainda, na ideia mítica do “paraíso perdido”. (BRASIL, 1999, p. 2)

A transferência do rei D. João VI para o Brasil, juntamente com sua corte, fez a antiga Colônia passar à condição de centro do Império Português. Observam-se mudanças nos setores econômicos, culturais e políticos, com o início da instalação de empreendimentos industriais incipientes, estatais e privados, para fomentar o comércio. (MANFREDI, 2016, p.50).

Com a independência do Brasil, em 1822, iniciou-se o período conhecido como Brasil Imperial ou Brasil Monárquico. Do ponto de vista da classe dominante, poucas seriam as mudanças. O Brasil independente continuou sendo governado por um príncipe português. A escravidão, base da economia agrícola da época,

³ Martins (2012, p. 2) cita que as corporações de ofícios eram responsáveis pelos aspectos socioeconômicos das atividades dos trabalhadores, mantendo vínculos religiosos e compromissos com a irmandade do santo protetor do respectivo ofício. Eram polos de proteção, crédito, previdência e seguridade, além de serem fundamentais no estabelecimento de regras e critérios para a execução do ofício e para a legitimação e aceitação dos produtos nas ruas da cidade.

persistiu e garantiu o poderio econômico e a influência política dos oligarcas.

Por se delongar no tempo, o trabalho escravo acabou prejudicando a difusão do ensino técnico no Brasil. O escravo era tido como ferramenta e não como trabalhador que necessitava de qualificação para a execução das tarefas. Isso legou consequências sociais, afetando, inclusive, a relação entre trabalho e educação:

(...) no Brasil, a escravidão, que perdurou por mais de três séculos, reforçou essa distinção e deixou marcas profundas e preconceituosas com relação à categoria social de quem executava trabalho manual. Independentemente da boa qualidade do produto e da sua importância na cadeia produtiva, esses trabalhadores sempre foram relegados a uma condição social inferior. A herança colonial escravista influenciou preconceituosamente as relações sociais e a visão da sociedade sobre a educação e a formação profissional. O desenvolvimento intelectual, proporcionado pela educação escolar acadêmica, era visto como desnecessário para a maior parcela da população e para a formação de “mão-de-obra”. Não se reconhecia vínculo entre educação escolar e trabalho, pois a atividade econômica predominante não requeria educação formal ou profissional. (BRASIL, 1999, p. 2).

Assim, o sistema de ensino necessário a época era aquele que correspondesse satisfatoriamente às exigências da ordem política dominante, habilitando os indivíduos, por exemplo, para o cumprimento dos mandatos eleitorais e para o exercício das responsabilidades que o novo regime lhes atribuía. (RIBEIRO, 1993, p.17-18).

Para uma melhor compreensão da displicência do governo imperial com o ensino técnico, retomaremos alguns fatos históricos. Isso dará uma dimensão de como a introdução do ensino profissionalizante durante o império brasileiro se arrastou por décadas sem um planejamento adequado.

Influenciados pela efervescência do liberalismo na Europa, membros da elite brasileira, tomados pelos pensamentos liberais, embora não consignados explicitamente nas leis, motivaram-se e reivindicaram a implantação de grandes projetos de reforma de ensino no decorrer do Império, sem, no entanto, se preocupar com o ensino técnico. (RIBEIRO, 1993, p.17-18).

A independência provocou transformações, como a extinção das corporações de ofício e a organização da instrução pública. Ela trouxe consigo a necessidade de instalação de uma Assembleia Constituinte. Esta ocorreu em 1823, buscando uma nova orientação para o sistema educacional, graças à vitória dos liberais com ideais inspirados na Revolução Francesa. Quanto ao ensino dos ofícios, estes continuaram

destinados aos desvalidos, uma vez que a Assembleia de 1823 não obteve êxito nesta proposta. (FONSECA, 1961, p.126).

O documento constituinte produzido pela Assembleia de 1823 não obteve aprovação. A primeira Constituição Brasileira foi outorgada em 25 de março de 1824, e tratou, no quesito educação, apenas da gratuidade da instrução primária e da organização do ensino das ciências, letras e belas-artes nos colégios e universidades. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.35).

Ressalta-se que, na prática, essa gratuidade da educação primária não foi concretizada, em decorrência da falta de recursos e da segregação social, já que ainda vigorava o regime escravocrata. As Corporações de Ofício foram extintas, continuando, no entanto, o ensino a ocorrer entre mestre e aprendiz. A partir de então, não seria mais necessário a aprovação dessas associações para o indivíduo exercer seus ofícios livremente.

As poucas iniciativas voltadas para a educação profissional foram executadas por associações civis, religiosas e filantrópicas e pelas províncias legislativas. Em alguns casos, por ambas. O ensino profissional foi ministrado em academias militares (exército e marinha), em recintos filantrópicos e nos liceus de artes e ofícios. Para (MANFREDI, 2016, p.51), a dualidade entre o ensino propedêutico, das escolas secundárias e superiores, voltadas à elite e às classes dominantes, e o ensino profissionalizante, para o povo, continuou marcando a educação brasileira durante o período imperial, contribuindo para a permanência do estigma ao trabalho manual.

Em 1826, o sistema de ensino foi dividido em estabelecimentos e graus distintos através do "Projeto de lei sobre a instrução pública no Império do Brasil":

Por aquele projeto a instrução seria dividida em quatro graus distintos denominados: pedagogia, os que se referissem ao primeiro grau, liceus, os que se destinassem ao segundo; ginásios, aqueles que cuidassem de transmitir os conhecimentos relativos ao terceiro grau; e, por fim, as Academias, destinadas ao ensino superior. (FONSECA, 1961, p.127).

Esse foi o primeiro projeto apresentado na história brasileira a tratar da organização do ensino público nos diferentes níveis de ensino em todo o país. Os estabelecimentos de ensino foram assim chamados: pedagogias (primeiro grau); liceus (segundo Grau); ginásios (terceiro Grau) e academias (ensino superior). (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.36).

No primeiro grau, os alunos estudavam noções de geometria, mecânica e agrimensura, e, nos Liceus, aprendiam o desenho necessário às artes e aos ofícios. Foi o início da ideia de extensão do ensino profissional a todos os indivíduos e não somente aos desvalidos sociais. Em 1827, a Câmara do Império aprovou o ensino obrigatório às meninas dos ofícios de costura e bordados. (FONSECA, 1961, p.127-128).

Pelo caráter obrigatório, observa-se que, perante a população, permanecia o estigma de inferioridade ao aprendizado dos ofícios manuais, uma vez que, caso pudessem escolher, os estudantes optariam pelo ensino propedêutico, visto como sinônimo de posição social restrito às classes abastadas, enquanto o ensino profissional continuava ligado à ideia “de destinado aos desvalidos de toda sorte” (grifo nosso).

A expansão da educação enfrentava dificuldades no aludido período: a grande dimensão do território brasileiro dificultava a expansão do ensino de uma forma generalizada. Faltavam recursos, escolas e professores para garantir a oferta dos cursos. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.37).

Em 1834, os ensinos primários e secundários, ficaram a cargo das províncias. Ao governo central, caberia apenas cuidar do ensino superior e daquele realizado no município neutro. O ensino secundário retornaria para o governo central anos depois, permanecendo, no entanto, o primário a cargo das províncias. (FONSECA, 1961, p. 129).

Em 2 de dezembro de 1837, foi criado o Imperial Colégio Pedro II, atual Colégio Pedro II, tendo sido instalado definitivamente em 1838, no Rio de Janeiro. Esta foi considerada uma das mais importantes iniciativas do Império no campo educacional. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 38). Inicialmente, tentou-se o ensino manual junto ao intelectual no Colégio Pedro II, fato esse que se mostrou fracassado, uma vez que, no país, ainda havia uma valorização dos aprendizados das literaturas humanísticas. (FONSECA, 1961, p.130).

A proibição do tráfico de escravos, ocorrida em 1831⁴, gerou uma série de

⁴ A Lei de 7 de novembro de 1831 foi promulgada com o intuito de extinguir o tráfico negreiro em território brasileiro, constituindo-se como a primeira norma nacional orientada nesse sentido. As origens estão na Convenção Anglo-brasileira de 23 de novembro de 1826, ratificada em 1827, em que o governo brasileiro compromete-se com a Grã-Bretanha em tornar, em um período de três anos, o comércio de africanos um crime de pirataria e a combatê-lo. Assinada por D. Pedro I sem consulta ao parlamento, a Lei enfrentou opositores interessados na manutenção do tráfico de escravos, dentre eles políticos da época, como o deputado mineiro Luiz Augusto May e o deputado goiano Raimundo

medidas, a curto e longo prazo. Entre elas, a criação de locais para crianças e adolescentes abandonados aprenderem uma profissão. Nesse sentido, são criados, nas décadas seguintes, estabelecimentos educacionais, que, na verdade, funcionavam mais como instituições de caridade⁵. As Casas de Educandos Artífices ofereciam uma instrução geral e a iniciação ao ensino industrial. Ali, os internos podiam aprender ofícios de marceneiro, carpinteiro, funileiro, sapateiro, dentre outros. (CUNHA, 2005, p.113-115).

O ensino profissionalizante destas instituições ocorria em arsenais militares ou em oficinas particulares, onde eram ministrados a instrução primária, o ensino de ofícios, como tipografia, alfaiataria, tornearia, carpintaria, dentre outros. Após concluir a aprendizagem, o aluno deveria permanecer mais três anos no local, para “pagar” sua aprendizagem e construir um fundo de pecúlio que lhe era entregue ao final. As casas de educando e artífices eram integralmente custeadas e mantidas pelo Estado. (MANFREDI, 2016, p.53).

O ano de 1854 marcou a criação dos Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, destinados a crianças e adolescentes abandonados. Lá, eles aprendiam as primeiras letras, e eram encaminhados, em seguida, para oficinas públicas e particulares na condição de aprendizes de ofícios. (CORDÃO; MORAES, 2017, p.68-69).

Tratava-se de um local para atendimento aos menores abandonados, a quem eram ensinadas disciplinas pertinentes ao primeiro grau e aos ofícios. Buscava-se, com isso, a retirada dos desvalidos das ruas e a geração de mão de obra para a incipiente indústria. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.39). Esse foi outro fator que contribuiu para a discriminação do trabalho manual, inicialmente destinado aos silvícolas, depois aos escravos e, por fim, aos órfãos e mendigos.

Em 23 de novembro de 1856, a Sociedade Propagadora das Belas Artes (SPBA), fundada pelo arquiteto e comendador Francisco Joaquim Bethencourt da

José da Cunha Matos. A década de assinatura do acordo anglo-brasileiro, 1820, é também aquela em que o Brasil emerge no cenário mundial como grande exportador de café. Para os favoráveis à manutenção do tráfico de escravos, seu fim prejudicaria a economia do país, além de ferir interesses da nação, à medida que a extinção do tráfico causaria enormes prejuízos à agricultura, assim como a soberania e a independência nacional estariam ameaçadas, uma vez que o Tratado atendia a interesses ingleses, e não aos interesses brasileiros. (AZEVEDO, 2018, p. 207-208).

⁵ De 1840 a 1865, o país viu surgirem dez Casas de Educandos Artífices, uma em cada capital da época. São elas: Pará (1840), Maranhão (1842), São Paulo (1844), Piauí (1849), Alagoas (1854), Sergipe (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do Norte (1858) e Paraíba (1865). Elas buscavam atender aos órfãos e expostos. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 38).

Silva, criou o Liceu de Artes e Ofícios, na cidade do Rio de Janeiro. Lá eram oferecidos cursos que abrangiam cerca de 50 profissões, divididos em curso profissional livre, curso comercial e curso feminino⁶. Artesãos, estudantes e operários, aprendiam noções de desenho geométrico, industrial, artístico e arquitetônico, além de princípios aplicados à arte. Sua criação se deu através dos recursos de beneméritos, pertencentes à aristocracia do Império e ao voluntariado de docentes, que lecionavam sem remuneração. (CORDÃO; MORAES, 2017, p. 101).

O liceu da cidade do Rio de Janeiro foi o primeiro a oferecer ensino noturno para atender aos artesãos, operários e demais estudantes, que poderiam trabalhar durante o dia e, à noite, ter tempo para estudar. Inicialmente, atendia somente homens, passando, a partir de 1881, a atender mulheres. Eram oferecidos os cursos: profissional livre, curso comercial e o curso feminino. (CORDÃO; MORAES, 2017, p.102).

Novos liceus foram criados nos anos seguintes: São Paulo (1873), Recife (1880), Serro (1879), Ouro Preto (1886) e São João Del Rei (1888). Uma explicação para o surgimento dos liceus é o aumento da produção manufatureira e a expansão da economia cafeeira ligada ao setor agroexportador, em meados do século XIX. A partir dessa expansão econômica, surgiram sociedades civis direcionadas ao acolhimento de órfãos e ao ensino de artes e ofícios. Seus sócios, em sua maioria, eram pessoas ligadas à burocracia do Estado, tendo sido custeados por doações governamentais e dos próprios benfeitores. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.40).

Em 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea e abolido o regime escravocrata no Brasil. Em um país essencialmente agrícola e com uma pretensa indústria, fazia-se necessária mão de obra para executar os trabalhos manuais nas fazendas, além de profissionais capacitados tecnicamente. A proposição para a questão seria o trabalho de imigrantes, já experimentado em décadas anteriores no Brasil, uma vez que o trabalho manual aqui permanecia visto como algo atrelado aos escravos e desvalidos. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.41-42).

É neste contexto de imigração e de incipientes iniciativas voltadas para a educação profissional que Tarquínio S.F. escreveu sua principal obra que

⁶ Em 1881, foram inauguradas as classes profissionalizantes para o sexo feminino no Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, apenas 24 anos depois de sua fundação. Os cursos, porém, ainda reforçavam os papéis tradicionalmente vinculados às mulheres. (CORDÃO; MORAES, 2017, p. 102).

analisaremos nesta dissertação.

2.3 Tarquínio de Souza Filho

Autor do livro *O Ensino Technico no Brazi*”, que se constitui como nossa principal fonte de pesquisa, Tarquínio S.F.nasceu em Recife no dia 3 de abril de 1859, segundo o *Diccionario Bibliographico Brasileir*. Tarquínio S.F.de Souza Filho era advogado, professor de direito e publicista. Foi um intelectual, pertencente a uma classe social que lhe pôde assegurar uma boa formação intelectual.

Souza Filho pertenceu ao Brasil do século XIX e isso é indicador de alguns aspectos importantes. A obra (*O Ensino Technico no Brazil*) foi publicada em momento de transição política e de acontecimentos marcantes para a vida social e para a economia. O Brasil do século XIX ainda vivia sob a configuração monárquica, tendo suas rédeas conduzidas por Dom Pedro II. Mesmo no auge do vigor do Império, por volta de 1860, o Brasil ainda estava longe de ter uma identidade cultural, até mesmo sincrônica, que lhe permitisse certa unidade. (SILVA, 2014, p.12).

As poucas publicações a respeito do autor e sua obra, o mencionam esparsamente e, por vezes, dificultam o trabalho do pesquisador. Um exemplo é o *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, publicado em 1902, que menciona Tarquínio S.F.na página 250 do volume sete, tomando o autor pelo nome de seu pai, Tarquínio S.F.Bráulio de Souza Amarantho. Com isso, pelo equívoco na grafia do referencial, só é possível saber que se trata do autor objeto desta pesquisa mediante conhecimentos prévios a seu respeito, como o nome das obras mais importantes publicadas.

Outra menção a Tarquínio S.F. se encontra no artigo que o autor publicou na *Revista Brasileira*, de 1895, que, em seu Tomo Terceiro, primeiro ano, publicou da página 193 a 208 o artigo *Estado de Sítio*, no qual ele discorre a respeito da expressão “estado de sítio”, dizendo se tratar de um termo novo no direito constitucional da época, criticando o abuso do recurso por governos para implementar atentados e violências.

José Rodrigues⁷, em seu artigo intitulado *Celso Suckow da Fonseca e a sua História do ensino industrial no Brasil*, publicado na *Revista Brasileira de História da Educação*, - n.4 jul/dez de 2002, também se refere ao autor. Rodrigues (2002, p. 55)

⁷ Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, doutor em educação pela Universidade Estadual de Campinas

cita que Celso Suckow, em sua defesa pelo reconhecimento do ensino industrial como educação e não como apanágio ou castigo, deu destaque à defesa realizada por Rui Barbosa, em 1882, quando este defendeu propostas na Câmara para implantação de cursos industriais. José Rodrigues discorre que, segundo Suckow, somente Tarquínio S.F., em seu livro *O Ensino Technico no Brazil*, apoiou a ideia de Rui Barbosa, que acabou não sendo colocada em prática.

A obra de maior fôlego sobre Tarquínio S.F. é o artigo de Silva ⁸ (2014), *Vivendo no século do Trabalho e da Indústria (...): Tarquínio de Souza Filho e o discurso nobilitante das artes mecânicas no Brasil no final do século XIX*, no qual o autor inicia discorrendo a respeito da história da arte mecânica no Brasil.

Silva (2014) cita o embate, na Idade Média, entre as artes mecânicas executadas manualmente, e, por isso, gozando de menor prestígio social, e as artes liberais, consideradas habilidades essenciais para que a pessoa livre pudesse fazer parte da vida cívica e pública da sociedade. Para o autor, a discussão se concentrava entre a separação que se fazia “entre cabeça e mãos ou numa perspectiva diferente entre *globus intellectualis* e *globus mundi, mutatis mutandis*, entre a estrutura conceitual das ciências e sua aplicação concreta para usos humanos.” (SILVA, 2014, p. 3).

Trazendo para o contexto da contemporaneidade o confronto entre as artes mecânicas e as artes liberais, este seria equivalente ao que vislumbramos ocorrer entre o ensino técnico/profissionalizante e o propedêutico/“intelectual”. Silva (2014, p. 09-10) continua sua análise citando as diferenças atribuídas pelas sociedades, ao longo da história, entre estas formas de aprendizagem:

As tentativas de mudar o rosto do trabalho associado às artes mecânicas foram múltiplas. Com o fim da escravidão e com o processo de industrialização do Brasil, a demanda por mão de obra, não mais por “artífices” donos de sua arte demiúrgica, mas de operários nas fábricas, especializados em determinada atividade, foi orientando o caminho da educação profissional no Brasil. Importante fazer a ressalva de que não foi a Indústria a força motriz que desencadeou a criação de instituições destinadas à formação profissional, mas uma preocupação com a ordem pública, com a inserção na sociedade daqueles que não tinham lugar. O processo foi lento, eivado de muitos debates partidários, cada qual privilegiando uma determinada razão. O que não se pode negar é que, aos poucos, as profissões inscritas no hall das artes mecânicas foram ganhando relevância, sobretudo porque favoráveis ao desenvolvimento da

⁸ Bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); mestrando em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG); e bolsista de pós-graduação da CAPES.

economia. (SILVA, 2014, p. 09-10).

Após essa digressão, ele menciona Tarquínio S. F., uma vez que, seu em seu livro *O Ensino Technico no Brazil*, o autor dessa obra, cita a importância do ensino técnico para o desenvolvimento do Brasil Imperial e a pouca importância dispensada pelo governo da época a esta modalidade educacional, uma vez que permanecia o estigma do trabalho manual. Silva (2014, p. 10) descreve o autor como um indivíduo dotado de ideias de progresso, crescimento econômico e desenvolvimento social para o Brasil da época:

Para Souza Filho (1887, p. 47), educação não deveria ser amoldada pelo passado, mas atentar-se às necessidades do seu tempo. “Vivendo no seculo do trabalho e da industria, no regime da liberdade, é necessario harmonisarmos o nosso systema de educação e ensino com as condições de nossa época” (sic). A criação de escolas técnicas era objeto máximo de interesse social, uma vez que educaria as classes laboriosas e, concomitantemente, engrandeceria as carreiras profissionais. Sabe-se que, dentre as muitas consequências, a escravidão no Brasil imprimiu forte abjeção ao trabalho. “Funesta consequencia do trabalho, o envelhecimento das carreiras industriaes, têm sido por sua vez uma das causas do desequilibrio, que entre nós existe entre as diversas funcções de nosso organismo” (sic). (SOUZA FILHO, 1887, p. 52). (SOUZA FILHO, 1887 *apud* SOUZA, 2014, p. 10).

Para Silva (2014), Tarquínio S.F. se preocupa em trazer uma posição “intermediária do ensino secundário entre o sistema “real-científico (ensino científico) e o sistema clássico-humanista (ensino clássico). *Mutatis mutandis*, identifica-se o embate entre artes liberais e artes mecânicas, dessa vez com lógica invertida”. (SILVA, 2014, p.14).

Outro autor a citar Tarquínio S.F. é Chamon⁹ (2017), em seu artigo *O Ensino Profissional em Debate no Brasil Oitocentista*. A autora discorre a respeito de Tarquínio S.F. e seu livro *O Ensino Technico no Brazil*, relatando ser esta obra, possivelmente, a primeira dedicada a temática. A pesquisadora explana, ao longo das 13 páginas, de seu artigo a respeito da vida dele, fazendo um breve resumo sobre o livro:

O fio a conduzir a narrativa de Tarquínio de Souza Filho na análise e defesa do ensino técnico profissional é a sua percepção do tempo como uma categoria móvel, em constante avanço e carregado de novidades, qualitativamente diferente do anterior. Percepção que aparece na obra por

⁹Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG. Professora do Centro de Educação Profissional e Tecnológica do CEFET-MG.

meio da associação entre sociedade moderna e termos como marcha progressiva, marcha triunfal, difusão, progresso, evolução, agitação maravilhosa, renovação, revolução, aperfeiçoamento, novos processos e outros correlatos. Além disso, o autor trabalha sempre com o par de opostos “ontem e hoje” como forma de caracterizar a sucessão do tempo como transformação em direção a algo novo: “outroa cuidava-se do ensino das classes elevadas com exclusão das outras; hoje, porém, a grande preocupação da época é a instrução das classes populares” (Idem, p. 8). É alicerçado nessa noção de tempo móvel, em avanço permanente, que Tarquínio defendia a difusão do ensino técnico como uma das “urgências da atualidade”, uma das necessidades da sociedade moderna. (CHAMON, 2017, p. 2854).

O referido livro de Tarquínio S.F. foi encomendado pela Sociedade Brasileira de Imigração, da qual ele era membro, como demonstrado na terceira página do *Livro de propaganda da Sociedade Brasileira de Imigração*¹⁰. Composto por oito capítulos, nele são descritos os fatores limitantes ao desenvolvimento do ensino técnico enraizados culturalmente na sociedade brasileira, além das possíveis ideias para implementação e expansão do ensino profissional.

Na publicação, o autor também faz uma análise da educação profissional no Brasil Império, além de um comparativo com projetos educacionais vigentes em países estrangeiros da época. Ele demonstra a importância do ensino profissional para o desenvolvimento econômico do país, além de discorrer a respeito da relevância da educação. Aponta ideias e alternativas para melhoria do ensino profissionalizante, fazendo um comparativo com a educação profissional adotada nos países estrangeiros. Com isso, ele descreve ações para o Brasil, baseadas em propostas exitosas que ocorreram no exterior.

O autor faleceu em 1908, na cidade do Rio de Janeiro. Seu trabalho e pensamento não obtiveram grande destaque ou menção, permanecendo quase esquecido ao longo da história brasileira. Embora *O Ensino Technico no Brazil* tenha sido escrito em 1887, várias ideias propostas por Tarquínio S.F. para o crescimento e difusão do ensino técnico poderiam ser perfeitamente utilizadas no período atual. Por isso, nosso desejo em executar uma pesquisa que esclareça quais os pressupostos teóricos e metodológicos nortearam a produção historiográfica da

¹⁰ A Sociedade Brasileira de Imigração, também conhecida como Sociedade Promotora de Imigração, foi criada em 02/07/1886, buscando promover a imigração estrangeira no estado de São Paulo. O objetivo era que estes pudessem trabalhar nas lavouras cafeeiras paulistas. Tendo perdurado por 10 anos (1886-1896), ela foi a entidade responsável pelo maior número de imigrantes fixados no Brasil durante o Império. Buscava uma menor re-imigração, não só para a Europa, como para outros países da América do Sul, principalmente para a Argentina, a qual dava preferência à entrada de imigrantes solteiros e havia se tornado grande concorrente do Brasil quanto à vinda de estrangeiros. (SANTOS, 2007).

referida obra, vinda à luz em 1887.

2.4 A educação profissional no Brasil sob um viés historiográfico

Ainda hoje, a sociedade brasileira associa a educação profissional unicamente à “formação de mão-de-obra”, reproduzindo o dualismo existente na sociedade brasileira entre as “elites condutoras” e a maioria da população. Nesse contexto de formação *omnilateral*¹¹, diversas publicações, como artigos e livros, que discorram a respeito da Educação Profissional, podem apresentar contribuições significativas para se pensar com maior profundidade a ideia de uma educação profissional que forme um indivíduo para a sociedade e não apenas para o mercado de trabalho.

Para uma melhor compreensão sobre a história da educação profissional no Brasil, em nosso caso o recorte do período compreendido entre o Brasil Colônia e Brasil Império, autores como Manfredi (2016), Ciavatta (2010), Cunha (2000), dentre outros, poderão nos propiciar um pensamento amplo a respeito da EPT, uma vez que possuem publicações que retratam a educação durante os períodos colonial e imperial brasileiro.

Manfredi (2016) cita que tem crescido, nos últimos anos, as pesquisas que buscam investigar as relações entre trabalho e educação em uma perspectiva histórico-crítica. Para a autora, a educação se efetiva para espaços além dos escolares, como em sindicatos, empresas, associações e movimentos sociais. Ela centra seus estudos em educação, nas classes mais desprovidas, buscando entender sua trajetória pela história do Brasil.

Em sua obra *Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história*, Manfredi (2016) reconstrói as histórias das práticas educacionais no Brasil analisando-as em relação às transformações estruturais da sociedade brasileira. A autora relata a preferência da elite brasileira pelo ensino propedêutico em detrimento do ensino de profissões durante o período imperial. E, mediante um discorrer histórico, traz as consequências desse passado para o desenvolvimento atual da EPT, lembrando que a economia colonial escravista limitou o desenvolvimento do ensino profissional, uma vez que o trabalho manual era vinculado à escravatura:

¹¹ A educação omnilateral busca a formação do homem de uma maneira completa. Nela, o ensino deve ocorrer não só para o trabalho produtivo, mas também para a vida em sociedade.

O sistema escravocrata, que sobreviveu por mais de três séculos, deixou marcas profundas na construção das representações sobre o trabalho como atividade social e humana. Além de envolver a violência cometida contra os habitantes nativos, impondo-lhes um padrão civilizatório que não era o seu, e de afugentar os trabalhadores livres, o emprego da mão de obra escrava para a execução de atividades artesanais e de manufatura acabou criando a representação de que todo e qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual consistiria em um “trabalho desqualificado”. (MANFREDI, 2016, p.71).

Outro autor a discorrer a respeito da história da EPT, Cunha (2005), no exemplar *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*, traz uma reconstrução do ensino dos ofícios ao longo da história do Brasil. Partindo do Brasil Colônia para os dias atuais, Cunha (2005) busca, nos acontecimentos históricos, a explicação para a pouca valorização do ensino profissional brasileiro. Para ele, a explicação da divisão entre ensino profissional para os “desfavorecidos economicamente” e ensino intelectual para a elite perpassa a história brasileira, tendo suas raízes no longo período escravocrata vivenciado no Brasil:

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre, do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, etc., afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores/empregadores, que viam todos os trabalhadores como coisa sua. Por isso, entre outras razões, as corporações de ofícios (irmandades ou “bandeiras”) não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento de outros países. Com efeito, numa sociedade em que o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos. Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto à sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social. Além da herança da cultura ocidental, matizada pela cultura ibérica, aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres. (CUNHA, 2005, p.16).

O autor cita a ligação da educação profissional à conjuntura econômica, cultural e política do país, tecendo críticas ao fato do ensino profissional ter sido tratado como ferramenta para perpetuação de interesses da elite brasileira, utilizando-se de recursos como a promoção da educação profissional pelos intelectuais da época.

A questão da educação do povo, do ponto de vista dos intelectuais do Império brasileiro, não pode ser entendida separadamente da questão da

escravidão. Isso porque as questões surgiram como expressão de outra: como fazer os trabalhadores trabalharem? Enquanto a força de trabalho era toda ou quase toda escrava, a questão não admitia dúvidas: a coação física era a resposta pronta. No entanto, desde a época da Independência, os intelectuais do novo Império começaram a ver as relações escravistas de produção como empecilho a acumulação de capital. Os custos de reposição do escravo, elevados pelas limitações ao tráfico negreiro impostas pela Inglaterra, e a inadequação dessas relações à produção manufatureira levaram-nos a defender a substituição da força de trabalho escrava pela força de trabalho livre. Mas havia o temor de que da libertação da força de trabalho escrava não brotaria imediatamente uma força de trabalho livre disposta a trocar sua capacidade produtiva por salário. Os milhões de brancos, mulatos e caboclos dispersos pelo território brasileiro, formalmente livres - não se comportariam como assalariados num país com abundância de terras. Eles precisaram ser educados para verem o trabalho como um dever. (CUNHA, 2005, p.145)

Caires; Oliveira (2016) são outros autores que contribuíram com nossa pesquisa no quesito histórico. Discorrendo a respeito da origem dos preconceitos contra os ofícios manuais, eles demonstram como a ligação entre estes e as atividades manuais impostas aos indígenas e escravos acabaram por criar o estigma de que o trabalho manual caberia, exclusivamente, aos desvalidos socialmente, preconceito este que remota ao Brasil Colônia, tendo perdurado durante o Brasil Império. As poucas iniciativas ocorridas durante o Brasil Império relacionadas ao ensino profissional foram direcionadas para os desvalidos de toda sorte, possuindo um caráter assistencialista:

Nessa conjuntura, para o desenvolvimento das atividades que empregavam, preponderantemente, a força física e a utilização das mãos, foram introduzidas o trabalho escravo de índios e, especialmente, de negros, africanos. Os escravos trabalhavam para movimentar a economia baseada na extração e no comércio de madeira e na agroindústria açucareira, enriquecendo os proprietários das terras. Quanto maiores a riqueza e a prosperidade geradas nas fazendas e nos engenhos, maior era a distância socioeconômica entre os trabalhadores e os senhores. Assim, crescia, também, o preconceito contra os trabalhos pesados e de cunho manual que eram destinados apenas aos escravos e àqueles socialmente próximos deles. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 26).

Os trabalhos destes autores demonstram que a história da educação profissional no Brasil é um campo que merece estudo, uma vez que questões históricas ligadas ao trabalho manual prejudicaram e ainda podem estar prejudicando o desenvolvimento e expansão desta modalidade de ensino. Além de propiciar a compreensão a respeito do pensamento de que “a educação profissional teria como objetivo único o atendimento as demandas industriais, estando intrinsecamente ligada ao seu desenvolvimento” como dito por Caires; Oliveira,

(2016, p. 26).

Desta forma, nossa pesquisa buscou se inserir nesta corrente de produções voltadas para o processo de constituição e formatação da educação profissional, tendo um intelectual do século XIX como foco.

3 METODOLOGIA

No que diz respeito à metodologia, o presente estudo realizou uma pesquisa histórica que investigou as considerações a respeito da educação profissional descritas por Tarquínio S.F. em seu livro *O Ensino Technico no Brazil*. A fim de contextualizar o trabalho do autor, a pesquisa discorreu a respeito do período imperial uma vez ter sido este a época em que o autor viveu e escreveu sua obra.

Santos (2016, p.21) cita que “não podemos dizer que o indivíduo do século XVI é igual ao do século XIX. Uma das funções mais importantes do historiador é colocar os homens de ontem em contato com os de hoje”. Desta forma, para ser considerado um trabalho histórico, uma pesquisa não pode se restringir a narração dos fatos, sendo necessária uma metodologia científica para sua execução. Um trabalho histórico sem método é apenas especulação, achismo, carecendo de uma metodologia científica. Uma pesquisa histórica passa pelas definições das “ideias do pesquisador”, as “formas de pesquisa e os métodos necessários” e os “interesses dos indivíduos”. (SANTOS, 2016). Segundo Santos (2016, p.28-29), a “fase das ideias do pesquisador “é aquela na qual este percebe uma lacuna a respeito de um determinado tema e movido por decisões inerentes a sua vida e a sua realidade, decide se aprofundar, pesquisar, estudar o assunto. Sua curiosidade será o propulsor para que ele possa “lançar luz sob o passado para compreender o presente e moldar o futuro” (SANTOS, 2016, p. 28-29).

Um historiador tem uma ideia, oriunda de sua própria formação ou de sua comunidade, ou mesmo de alguma outra esfera na qual ele se identifique. A pesquisa vai determinar se aquela inicial era válida ou não, e, mais ainda, descobrir o quanto daquela ideia era válida e os motivos pelos quais há uma invalidade ou uma correta percepção do historiador ou mesmo do senso comum. Não basta dizer “no passado era assim”. É necessário buscar, escavar, dialogar com o passado. É preciso trazer o passado para o presente e fazer as perguntas corretas, para que se consiga as melhores respostas possíveis. (SANTOS, 2016, p.39-40).

Qualquer pessoa pode escrever acerca do passado. O que difere essa escrita de um trabalho histórico são as “formas de pesquisa e os métodos necessários” como citado por Santos (2016, p.43), para sua execução. Não basta apenas descrever o fato passado, pois uma pesquisa histórica demanda a análise das fontes e até mesmo um exame da ausência destas em uma época específica. É preciso compreender o motivo da ocorrência do fato. Ele não é como um monumento estático pertencente ao passado. Ao contrário, está em constante movimento, podendo fornecer novas informações a cada pesquisa realizada a seu respeito, em decorrência da especialização/formação do pesquisador que procederá à análise.

As fases metodológicas propostas por Santos (2016, p 46-47) foram utilizadas para a construção da nossa pesquisa, consistindo na primeira etapa de nosso trabalho. A “fase das ideias do pesquisador” foi a responsável pela construção deste projeto, uma vez que percebemos uma lacuna sobre Tarquínio S.F. e sua publicação a propósito ensino técnico no Brasil Império. Esse hiato histórico despertou nossa curiosidade e nosso interesse em buscar conhecer quem foi Tarquínio S.F. e a razão de seu interesse pela educação profissional. Essa brecha foi nosso propulsor para execução deste trabalho.

Em uma segunda etapa, pesquisamos o contexto em que o exemplar *O Ensino Technico no Brazil* foi escrito, como era ministrado o ensino profissional na época e os indivíduos aos quais ele se destinava. Parafraseando Bourdieu (2006), foi necessário obter informações a respeito de fatos que ocorreram no período de sua publicação e qual era a importância dada ao governo para o ensino técnico:

(...) não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 2006, p.190)

Para entendermos as ações econômicas e políticas proposta por Tarquínio S.F. em sua obra, foi necessário pesquisar as condições objetivas daquele momento histórico, tentando compreender quais as ações e atividades dos homens são influenciadas por fatores externos como políticas literárias, sociais, culturais, econômicas ou religiosas. Fazer história é recuperar essas ações, buscando compreender por que um processo tomou um dado rumo e não outro. É resgatar as

injunções que levaram a um determinado resultado diante de outras possibilidades. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1991, p.11). Por isso nossa escolha pela análise historiográfica, como um facilitador para a compreensão dos fatos que conduziram Tarquínio S.F. à publicação de seu estudo sobre o ensino técnico brasileiro.

Utilizando a pesquisa bibliográfica, recorreremos a autores que pesquisaram e discorreram a respeito da história do ensino profissional durante o Brasil Império, citando os principais fatos ligados à educação profissional que marcaram esse período. Os fatos históricos podem sofrer diferentes interpretações, mas uma verdadeira pesquisa histórica procura não projetar as acepções culturais do historiador, seus valores e suas expectativas sobre os documentos pesquisados. Deve-se buscar evitar o anacronismo e procurar extrair das fontes o que elas contêm, sem nada lhes acrescentar. (LUCA, 2020, p.18).

Nesta pesquisa tivemos em vista realizar um trabalho que, ao final, transparecesse o pensamento de Tarquínio S.F. e suas considerações sobre o ensino técnico. Para isso, utilizamos a metodologia de análise de discurso e de conteúdo. A análise de discurso e de conteúdo facilitou a compreensão do manuscrito *O Ensino Technico no Brazil*, tendo sido a terceira etapa na execução deste trabalho. Nesta fase perscrutamos a bibliografia do autor para a compreensão de qual foi o papel desempenhado por ele na sociedade de sua época, sua influência política e a dimensão que suas ideias e discursos atingiram. Em razão disso, optamos por uma abordagem qualitativa¹², de caráter exploratório, visando uma compreensão do assunto na perspectiva histórica.

Com ela, pudemos efetuar uma aproximação temporal para compreensão dos paradigmas teórico-metodológicos da obra de Tarquínio, além da observação dos indícios de presença do autor em outros textos. Este foi um processo investigativo de vestígios e registros contidos no exemplar, buscando os direcionamentos para a compreensão do pensamento do autor a respeito do ensino técnico, lembrando, no

¹²Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa “parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve”. O caráter exploratório se deve ao fato de que o pesquisador: visando a compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas, devem ser olhadas holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados na totalidade. (GODOY,1995). Assim como relatado por Godoy (1995), consideramos como importante todos os documentos encontrados a respeito de Tarquínio, pois, como há uma escassez de informações a acerca do autor e sua obra, todo dado encontrado deve ser verificado e analisado, antes de ser descartado como fonte.

entanto, que esse pensamento se encontra em um processo dialético, no qual influencia e é influenciado pelo contexto histórico de sua época, como citado por Vieira; Peixoto e Khoury (1991, p.27-28): “Uma questão que se coloca para o historiador é observar quem produz uma dada linguagem, para quem produz e quem a domina”.

A publicação nos serviu como referência para a compreensão dos espaços intelectuais e sociais durante o Brasil Império, conforme a perspectiva de Tarquínio, sendo, portanto, uma fonte para nossa análise historiográfica. Uma leitura inicial da mesma nos apresentou evidências da escrita engajada do autor quanto a educação profissional. Tentamos demonstrar as diferentes vertentes do trabalho construído por Tarquínio, buscando compreender a fundamentação de suas propostas para melhoria do ensino técnico e, ainda, os possíveis fatores que dificultaram a divulgação de seu pensamento à época.

Segundo Luca (2020, p.50-52), em uma pesquisa histórica não se deve utilizar unicamente como fonte depoimentos de quem viveu a época, sendo necessário também a análise de registros feitos em consonância com normas processuais, mediados por terminologia e pela visão do encarregado de realizá-lo. Lembremos que Tarquínio S.F. escreveu sua obra sobre o ensino técnico por encomenda da Sociedade de Imigração, proporcionando uma rara oportunidade de aproximação com as crenças e com o universo cultural daqueles que viveram à época de sua escrita.

Esclarecemos que todas as fontes utilizadas em nosso trabalho foram previamente analisadas¹³ em uma operação histórica¹⁴, sendo motivo de análise, ainda, a possível escassez de dados a respeito de Tarquínio S.F. e sua obra. Para isso, utilizamos o método heurístico¹⁵, buscando extrair das fontes o máximo de assertivas de seu conteúdo informativo, analisando sua origem, datação, dentre outras informações. Trata-se, segundo Rusen (2010) *apud* Santos (2016, p. 58), de uma “operação metódica da pesquisa, que relaciona questões históricas,

¹³Embora saibamos que documento e fonte não são sinônimos em uma pesquisa historiográfica, na escrita deste projeto, os termos terão o mesmo significado, uma vez que não houve, ainda, uma definição final das fontes a serem utilizadas - exceção aos escritos de Tarquínio S.F.- uma vez que estas precisam de uma análise minuciosa e criteriosa de nossa parte.

¹⁴Certeau (1982) cita que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. É analisando premissas das quais o discurso não fala que conseguimos as informações silenciosas do texto. A escrita histórica exige que as regras de uma instituição sejam examinadas por elas mesmas. Pesquisas historiográficas se articulam com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural.

¹⁵Método que explora e estuda as fontes através da perspectiva histórica.

intersubjetivas controláveis, a testemunhos empíricos do passado, que reúne, examina e classifica as informações das fontes relevantes”.

Os documentos bibliográficos encontrados foram analisados, ainda, através de leituras que compreenderam quatro etapas: leitura exploratória, leitura seletiva, leitura analítica e leitura interpretativa, para uma melhor análise dos conteúdos que tratam do tema objeto deste trabalho.

Na leitura exploratória, verificamos se o material selecionado atendia aos objetivos propostos na pesquisa. A leitura seletiva selecionou os materiais, trechos, capítulos que contribuíram para a execução deste trabalho. Na fase da leitura analítica, o material selecionado foi ordenado, o que possibilitou sua utilização para obtenção de respostas aos questionamentos destes pesquisadores. (GIL, 2007, p.77).

Por fim, na leitura interpretativa unimos o conhecimento adquirido com o levantamento bibliográfico e documental ao conhecimento prévio do pesquisador, buscando uma interpretação imparcial e fiel aos dados coletados. (GIL, 2007, p.79). Analisando as fontes, foi possível constatar as diferentes vertentes que levaram aos sucessos e fracassos contidos em nosso objeto de estudo, no caso, Tarquínio S.F. e seu livro acerca do ensino técnico. Foi o momento de busca de algo que se perdeu no passado, mas cuja problemática ainda não foi resolvida atualmente, como a questão da educação profissional e tecnológica, que ainda hoje possui diversas questões já levantadas pelo referido autor em sua época. Ao analisar seu objeto de estudo, o historiador deve perguntar porque ele foi representado daquela maneira e não o que ele representa. Quando o pesquisador entende haver diferentes interesses sociais que influenciaram a construção de seu objeto, ele percebe os motivos que levaram a determinados resultados. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1991, p. 20).

A análise documental das fontes, segundo Lüdke e André (2015, p.44-45), “pode se constituir, numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

A realização desta pesquisa, tomando como referência o livro *O Ensino Technico no Brazil*, fez uso, ainda, do método indiciário de Carlo Ginzburg (1989). O método indiciário busca, em fontes e documentos, informações além daquelas que seriam reveladas em um exame inicial. Analisados e desconstruídos pelo

pesquisador, eles podem dizer muito sobre uma época, contextualizando situações para conhecimento do historiador.

Ele aproxima o historiador de um detetive, que recolhe pistas e indícios de documentos em busca da verdade, levando-o a questionar as fontes apresentadas e analisando como o autor efetuou a leitura das mesmas na época de sua construção. Ele conduz o pesquisador a fazer uma análise minuciosa do material encontrado, se atentando para detalhes que à primeira vista possam parecer insignificantes, no contexto ao qual estão inseridos.

O uso do método indiciário permitiu que detalhes contidos na publicação de Tarquínio, ainda pouco conhecidos, pudessem fornecer uma compreensão da sua visão sobre a educação profissional, que não refletia necessariamente o que se via na prática, mediante a análise de indícios, que, ao primeiro exame, se mostrariam imperceptíveis, mas agora serão desvelados com a metodologia de Ginzburg (1989, p.149): “(...) a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores.”

Interessante notarmos que, durante nossa leitura inicial do manuscrito de Tarquínio, procurando em *sites* informações a respeito de sua vida, nos deparamos com informações que, naquele momento, não cogitávamos encontrar, como a publicação de outros livros e artigos. Isso tornou a pesquisa ainda mais interessante, uma vez que, por determinado material, chegamos a outras fontes que continham a informação que desejávamos. A respeito disso, Ginzburg (1989, p.163) explana que é possível “encontrar aquilo que não estou de fato procurando, e mesmo aquilo de cuja existência nem mesmo suspeito”. Luca (2020, p.58) cita que: “(...) percorrer milhares de páginas em alguns segundos, os resultados podem sugerir novas possibilidades e chamar a atenção para aspectos antes sequer imaginados”. Percebemos que, devido à escassez de publicações sobre nosso tema, deveríamos fazer das informações constantes nos documentos encontrados “pontes” para se chegar a outras fontes de pesquisa.

Em nosso trabalho, procedemos à análise de cada texto encontrado sobre Tarquínio S.F., buscando detalhes que, a princípio, poderiam passar despercebidos. Registros como jornais, revistas e livros da época que citassem o autor, forneceram pistas e indícios que apontaram um caminho para onde conduzir nossa pesquisa. Como citado por Ginzburg (1989, p.169) *apud* Coelho (2014, p.1), “quando as causas não são reprodutíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos”.

Não desprezamos nenhuma fonte encontrada, mesmo aquelas que somente faziam menção a Tarquínio S.F. esparsamente, seja com relação ao trabalho ou obra desenvolvida pelo mesmo, poderemos obter o direcionamento para a busca das informações que necessitamos. A partir de dados aparentemente negligenciáveis, montamos uma realidade complexa não experimentável diretamente:

(...) a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la. (GINZBURG, 1989, p.177)

Para entender a trajetória de um sujeito é imprescindível refletir sobre a conexão entre sua vida pessoal e os múltiplos contextos sobrepostos. A utilização destas ferramentas metodológicas propiciou que esquadrihássemos a teia de relações que marcaram a vida e obra de Tarquínio de Souza Filho, dissecando sob sua perspectiva a realidade do ensino técnico no contexto da época imperial brasileira.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 - Pensadores da educação profissional contemporâneos a Tarquínio S.F. de Souza Filho

Nosso objetivo com este tópico é pensar as fontes que dialogavam com Tarquínio S.F. e entender até que ponto ele se alimentou das propostas de outros pensadores. Buscando compreender como alguns intelectuais contemporâneos a Tarquínio, pensavam o ensino técnico e o sistema educacional durante o Brasil Império, decidimos efetuar um levantamento a respeito de autores da época, para compreendermos se as ideias e proposituras de Tarquínio S.F. eram compartilhadas por outros escritores.

Como critério, selecionamos aqueles que discorreram a respeito da educação profissional, contextualizando a situação do período e propondo alternativas e soluções para os problemas identificados. Desta forma, chegamos aos trabalhos publicados pelos autores, José Liberato Barros (1867), Antônio de Almeida Oliveira

(1873) e Domingos Maria Gonçalves (1880), demonstrando assim, que as propostas de Tarquínio S.F. não estavam isoladas naquele contexto. .

Dentre estes autores, podemos destacar José Liberato Barros, que em seu livro *A Instrução Pública no Brasil*, publicado no Rio de Janeiro em 1867, inicia citando que: “(...) é impossível a regeneração nacional sem o desenvolvimento da instrução”

José Liberato Barros nasceu em Aracati-CE em 21 de setembro de 1830. Formou-se em Direito, em 1852, na Faculdade de Direito de Recife, sendo no mesmo ano aprovado em concurso para o corpo docente. Foi deputado provincial, deputado geral, ministro do Império, tendo presidido, em 1882, a província de Pernambuco.(NOBRE, 1996). Era defensor do fim da escravidão, participando de atividades da Sociedade Abolicionista Cearense. Faleceu no Rio de Janeiro, em 02 de outubro de 1885, deixando várias obras publicadas¹⁶.

A partir da obra citada, concluímos que José Liberato desejava que o desenvolvimento material e intelectual “caminhassem” juntos na história do Brasil. Para ele, os que amassem sinceramente as instituições liberais, deveriam se dedicar a instrução dirigida para todas as classes populares, sendo essa a base mais sólida que o governo poderia oferecer ao povo. O ensino seria imprescindível inclusive para a implantação do sufrágio universal e da democracia: “Todo o edifício do desenvolvimento democrático será um edifício construído na areia sem o melhoramento do ensino público.” (LIBERATO, 1867, p.16).

A educação seria a base verdadeira para a felicidade do homem e a prosperidade das nações. José Liberato também cita a importância da família no quesito educação:

As escolas não educam, instruem. Não quer isto dizer, que a educação não deva se desenvolver e completar nas escolas; mas que os princípios da educação, o gérmen da moral, que a escola deve cultivar e aperfeiçoar, o homem recebe no lar domestico, no seio da família. O fim principal da educação, diz o escritor distinto, que eu já tenho citado mais de uma vez, é corrigir as inclinações viciosas da infância; mas todos aquelles, que têm tido este dever a cumprir, a bem, que a ciência do mestre não podem suprir a autoridade e a solicitude dos pais.(BARROS, 1867,p.31)

¹⁶ Entre suas publicações estão: Criação da Vila do Aracati; Observações sobre o Artigo 61 da Constituição Política do Império; Necrológio do Desembargador Antônio José Machado; Não se pode dar conflito entre o Direito e a Moral; Índices alfabéticos do Código Criminal e do Código Comercial; Compilação das leis provinciais do Ceará; Questões práticas de Direito Criminal; A instrução pública no Brasil (volume de 310 páginas); A letra de câmbio segundo o direito pátrio; Contratos e obrigações mercantis e O espírito do cristianismo-conferência realizada no Grande Oriente Unido do Brasil. (NOBRE,1996)

Segundo Barros (1867), o progresso e a decadência social dos países dependem do sistema educacional. Para ele, já havia em todos os países um interesse pela instrução pública, sendo esta uma preocupação constante dos governos. No caso do Brasil, essa preocupação não ocorria. A mesma crítica, é feita por Tarquínio S.F. em seu livro:

Em todos os países cultos da Europa e da América, os esforços do Estado e as energias fecundas da iniciativa individual convergem incessantemente para a propagação e melhora do ensino. Por toda a parte, todas as nações cultas têm considerado a instrução do povo como a questão mais urgente, a questão capital da actualidade. (SOUZA FILHO, 1887, p.09,10 e 12).

E continua:

É um fato verificado por todos: o ensino secundário entre nós vai em plena decadência. Parece que os germes de vida intelectual de que deviam florescer estão feridos de esterilidade. Sob qualquer dos dois aspectos por que o encaremos, quer na sua organização, quer na sua execução, são infelizmente dos mais deploráveis os sintomas que ele oferece ao nosso exame. (SOUZA FILHO, 1887, p.29)

A situação da educação no Império, para estes autores, necessitava de reformas voltadas para o ensino profissional. Tarquínio S.F.(1887, p.21) cita que: “a nossa instrução publica reclama sérias reformas, carece de ser renovada por um espirito mais adequado as necessidades do tempo; falta-lhe ar, vida e movimento”. Para o autor, o ensino vigente no período não atendia as necessidades reais brasileiras, preparando os “jovens” apenas para funções públicas e esquecendo o preparo para as atividades de comércio, agricultura e indústria, ou seja, o ensino profissional.

Já Barros (1867, p.01), observa haver uma desorganização e um desinteresse pelo sistema de educação por parte do governo imperial e provincial: “As Assembléas Provinciaes não têm curado dos importantes interesses da instrução publica; o ensino official offerece ainda esse triste espectaculo de anomalia e desordem”. O autor criticava a descentralização de ensino ocorrida na época, em que coube as províncias a educação primária, por acreditar que isso havia prejudicado a qualidade ofertada, principalmente no que tangia ao ensino técnico. Para Barros (1887, p.04) o ensino se encontrava quase abandonado por parte do governo: “O que porem temos, é a falta absoluta de organização; é um

quasi total abandono, que não pode continuar sem os maiores males para o país”.

José Liberato Barros (1867) citava o desejo de muitos ao progresso mediante reformas sensatas e eficazes aos sistemas de ensino e eleitoral da época. Reitera, mais uma vez, a importância de ambos caminharem juntos, citando que a instrução pública seria a responsável pela manutenção da união das províncias no país, como ocorreu na América do Norte.

O desenvolvimento das instituições livres, o governo da nação pela nação, o sufrágio popular é impossível sem a instrução pública. Procuremos elevar o nível da educação e da instrução na sociedade brasileira; e todas as reformas assentarão sobre uma base sólida e permanente. (...) e cada nova liberdade pede como contrapeso uma virtude, cada novo direito um novo dever. O amor da verdade é a base de todas as virtudes, e a origem de todos os deveres: é na educação e na instrução, no desenvolvimento das faculdades morais e intelectuais, que se baseiam o critério da verdade. (BARROS, 1867, p.42).

Com relação ao ensino profissional, José Liberato narrava que este era quase desconhecido no Brasil da época. Em nenhum outro país, se perdiam tanta força humana devido ao abandono das vocações ou escolhas forçadas de profissões sem a devida aptidão natural. Assim como Tarquínio, José Liberato considerava a carência da instrução profissional como empecilho para o desenvolvimento da indústria.

Precisamos lembrar, do fato ao estigma existente na época em relação ao trabalho manual, por conseguinte, ao ensino profissional. Segundo Cunha (2005), as marcas das relações escravistas de produção acabaram por afastar a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. Os homens brancos e livres negavam esta categoria de trabalho para se diferenciarem da condição de escravo. Gerou-se no país uma estrutura de classes diferenciadas economicamente e por discriminação ideológica, étnica e cultural.

Ainda segundo Cunha (2005, p.72-75), os séculos de colonização consolidaram o poder patriarcal das oligarquias latifundiárias e empresariais no mundo político e no padrão de vida da população. Assim, gerou-se uma grande desigualdade de acesso aos bens econômicos e sociais, inclusive na educação diferenciada para diferentes classes de cidadãos brasileiros. Aos pobres e desvalidos cabia o trabalho manual e o ensino técnico. Desta feita, tem-se a carência da instrução profissional e o empecilho para o desenvolvimento da indústria citado por Tarquínio S.F. (1887).

Problema percebido por Ciavatta (2010, p.21-28) atualmente, para quem a educação profissional seria uma resposta estratégica, mas polêmica do ponto de vista dos trabalhadores, aos problemas postos pela globalização econômica, pela reestruturação produtiva, pela busca da qualidade e da competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural. Permanece a divisão social e técnica do trabalho, com a educação intelectual nos cursos superiores, destinada às classes ricas e/ou intelectualizadas, e o ensino profissional destinado aos setores mais pobres da população, repetindo-se o padrão histórico da herança escravista.

Barros (1867) pensava ser necessário melhorar o ensino de uma forma geral, para uma preparação adequada dos jovens, propiciando que estes escolhessem suas profissões conforme suas aptidões. Isso ocorreria por um grande sistema de educação prático que propiciasse aos estudantes dedicarem-se às atividades do comércio, da indústria e da agricultura.

A instrução primária é evidentemente a base sobre que se funda o ensino profissional; e, portanto, convém dar-lhe o mais amplo desenvolvimento pela multiplicação dos estabelecimentos do Estado e liberdade do ensino privado. Não é menos necessária a instituição de estabelecimentos de ensino médio, onde não se beba somente a instrução clássica, mas uma instrução mais adequada às necessidades das sociedades modernas, e reclamada pela industria e pelo commercio. (BARROS, 1867, p.128).

Para José Liberato (1867), a ausência de instrução primária era um obstáculo relatado pelos chefes de estabelecimentos ao desenvolvimento da indústria. Sem o ensino básico, os trabalhadores não teriam condição suficiente para aprendizagem do ensino profissional. O ensino profissional era, por este autor, considerado a forma de emancipação das classes menos abastadas e, portanto, uma necessidade pública. Em um sistema uniforme de educação pública, seria indispensável o ensino profissional por meio de escolas industriais, comerciais e agrícolas ligadas a um programa geral de ensino popular. Sem a disseminação do ensino profissional pelo país, a agricultura e a indústria não poderiam realizar progressos como os observados em povos do exterior.

O Brasil é um país essencialmente agrícola. Se a agricultura não deve constituir a única fonte de riqueza publica, é, todavia, a principal, aquela de que depende o futuro financeiro do paiz; e, portanto, a necessidade de instrução técnica para os agricultores deve constituir uma das mais serias

preocupações do governo, e de todo os homens, que se interessam sinceramente pela prosperidade da nação. (BARROS, 1867, p.135)

Tarquínio S.F.(1887) também acreditava que a educação seria o caminho mais poderoso para o progresso econômico de uma nação. Portanto, podemos perceber que muitas das ideias de Souza (1887) também estavam no pensamento de Barros (1867).

A influencia da instrucção sobre a produtividade do trabalho, sobre a elevação do seu valor, é ponto incontroverso na ciência econômica e foi perfeitamente elucidado por Luigi Cossa, E. Levasseur, E. de Laveleye, Ed. Villey e H. Fawcett, para não citar senão os mais modernos. A nosso ver esta convicção, em que todos se acham, do valor econômico da instrução, como elemento de progresso, tem sido uma das mais poderosas causas que têm ativado o seu desenvolvimento e propagação. De necessidade moral, intelectual, social que era, tornou-se em nossos dias uma necessidade econômica. (SOUZA FILHO, 1887, p.17 e 18).

Outro autor que também publicou sua obra no período imperial brasileiro é o maranhense Antônio de Almeida Oliveira. Este, inclusive, tendo sua obra *O Ensino Público* citada por Tarquínio S.F.na bibliografia utilizada para escrever o manuscrito *O Ensino Technico no Brazil*. Oliveira (1873) é citado com apreço por Tarquínio S.F.nas páginas de seu livro, em decorrência do trabalho desenvolvido na área da educação:

Como subsídio valioso para o estudo da questão que nos occupa, registraremos o programma dos Asyls Industriaes Urbanos, proposto pelo ilustrado Sr. Conselheiro Leôncio de Carvalho e os programas de diversas escolas técnicas formulados pelo honrado Sr. Conselheiro Almeida Oliveira, no notável projeto de reorganização do ensino superior e inferior, apresentado a Câmara dos Deputados em 1882. (...) O plano de reorganização do ensino público inferior e superior apresentado pelo ilustrado Sr. Conselheiro Almeida Oliveira, formando um todo complexo e homogêneo, para sua melhor compreensão, além dos programas das escolas propriamente profissionais, daremos também os do ensino inferior de 1º e 2º grau¹⁷.(SOUZA FILHO, 1887, p. 214 e 215).

Antônio de Almeida Oliveira, formou-se em Direito na cidade de Recife, tendo atuado como advogado, jornalista, educador, deputado geral e presidente da Província de Santa Catarina de 1878 a 1880. Criou no Maranhão uma escola noturna voltada para o ensino de adultos, a chamada Onze de Agosto. O livro *O*

¹⁷ Tarquínio S.F.cita o programa de escolas técnicas formulado por Antônio Almeida Oliveira como referência e subsídio para formulação das disciplinas a serem ministradas nas instituições de ensino profissional da época.

Ensino Público, publicado em 1873, relata os problemas da educação no período imperial brasileiro, como o desinteresse por parte do governo local a respeito do assunto, a escassez de recursos e a grande extensão do território brasileiro. Além deste, escreveu os títulos: *A Necessidade da Instrução*, *A Instrução e a Ignorância*, *A Sociedade e o Princípio da Associação* e *Discurso sobre a Educação Feminina*.

Segundo Oliveira (1873), a completude do ser humano só é alcançada por meio da educação e do trabalho. Estes seriam os princípios basilares para o desenvolvimento do Brasil. O autor discorria que, embora dotado de muitas riquezas, o brasileiro vivia um futuro incerto e uma vida difícil: “A ignorância quebranta, esteriliza a sua atividade. A falta de trabalho o tem de pés e mãos inertes. Tira-lhe a um tempo a força do caráter, a independência e a liberdade de ação”.

Uma das razões para o entrave do desenvolvimento das atividades laborais, para o autor, seria a ignorância acometida pelo povo brasileiro e, justificando sua afirmação, apresenta dados a respeito do ensino no país. Em 1873, o Brasil possuía uma população de 10.161.041 pessoas, sendo 8.490.910 livres e 1.670.131 escravos. O percentual de “ignorantes” era da ordem de 80%. Havia 4.890 escolas primárias (3.792 públicas e 1.098 particulares) e 358 estabelecimentos de ensino secundário (110 públicos e 248 particulares). À época, não havia nenhuma universidade nem escola de ciências físicas e naturais. Já a instrução profissional contava com apenas 69 locais. (OLIVEIRA, 1873, p.47-49).

O autor cita que, para se chegar a essa quantidade de 69, teve que considerar estabelecimentos civis e militares que, embora não tivessem sido criados para esse fim, preparavam os alunos para o exercício profissional. Contabilizou, ainda, as escolas dos educandos e menores artífices e aprendizes marinheiros. Ele relata não haver por parte do Estado nenhuma preocupação com a expansão do ensino. Ao contrário, a atitude de descentralizar o ensino primário para as províncias sem repasse de recursos, teve como objetivo livrar o Estado da responsabilidade de ofertar essas etapas da educação. Ficando encarregado da educação superior, também não “deu desenvolvimento algum” a esta. Outro problema levantado em seu livro diz respeito a formação dos professores:

Homens, que só em falta de melhor emprego seguiram o magistério, que para ele não se preparam, e que por mal remunerados procuram fora dele suprimir a exiguidade das suas rendas, nem só estão abaixo do mérito que o cargo exige como ensinam mal o pouco que sabem. (OLIVEIRA, 1873, p.52).

Oliveira (1873) desejava difundir pelas províncias escolas noturnas para adultos. Nesta época o país já contava com 136 estabelecimentos desse tipo, sendo 83 públicos e 53 particulares, frequentados por 5.720 pessoas. Para ele, a miséria e a desordem, os crimes e os vícios, estariam ligados a ausência do ensino.

A educação deveria ser dever dos pais, cabendo ao Estado promover e facilitar o cumprimento dessa obrigação. Deveria ser gratuita e obrigatória, uma vez que, para a época, a taxa de evasão escolar era grande. Como exemplo, ele cita a Bahia, onde dos 13.227 alunos matriculados, apenas 11.921 eram frequentes. A população do estado na época era de 1.140.000 habitantes.

Assim o aprendizado obrigatório é medida necessária, porque para a instrução ser geral não basta haver escolas em toda a parte. Alguns pais se descuidam do dever de mandar instruir seus filhos. Outros precisam deles para auxiliares do seu trabalho. Outros enfim, por serem pobres, não os podem apresentar decentemente vestidos nas escolas. (OLIVEIRA, 1873, p.70)

Com relação ao ensino profissional, Oliveira (1873) propõe que todas as províncias tenham casas de educação para os menores desvalidos, as chamadas casas de educandos artífices. A educação ministrada nesses locais deveria ser “sólida e não de luxo ou supérflua”. Elas teriam como vantagem o fato do trabalho dos menores poder ser utilizado para custear sua própria educação, o que à época ainda não estava sendo posto em prática¹⁸.

Junto a instrução deveria ser ministrado “o gosto pelo trabalho”. Assim, os locais de ensino seriam divididos em duas secções: uma para instrução e outra para trabalho. No período diurno os menores aprenderiam um ofício (ensino profissional), devendo este ser escolhido livremente pelos meninos e meninas, entre os diversos existentes à época, buscando sempre priorizar aqueles que pudessem ter influência para a indústria do país. Já a noite teria o ensino humanístico. O autor discorre que os alunos permaneceriam nas casas dos nove aos dezesseis anos. Aqueles que,

¹⁸ A casa dos educandos do Maranhão existe desde 1841, há 32 anos. (...) segundo um quadro, que me forneceu o Sr. Canaes, digno empregado do Tesouro Provincial, até 1870 gastou-se com a casa dos educandos a quantia de 620:714\$020 réis, quantia que dividida por 289, o número dos alunos preparados, dá para a educação de cada um 2:147\$802! Nem isso é tudo. As oficinas de alfaiate e sapateiro só trabalham (é e sempre foi assim) para o estabelecimento. E até 1870 toda a renda das outras oficinas era aplicada às suas despesas, não fazia parte da receita da província. Ora, ajunte-se esse rendimento, bem como a importância do vestuário e calçado, ao que despendia o cofre público e maior ainda será o preço da educação. (OLIVEIRA, 1873).

devido a sua condição financeira, não pudessem sair das casas de educandos, ali permaneceriam trabalhando e ensinando os ofícios apreendidos.

As vantagens desta organização a todos os olhos são patentes. O estabelecimento é convertido numa grande casa de trabalho, cujos produtos darão para a maior parte das suas despesas. Os meninos desde logo ficam sabendo que o trabalho é uma redenção, pois por meio dele se educam e conquistam posições na sociedade. (OLIVEIRA, 1873, p.185).

Outro autor contemporâneo a Tarquínio de Souza Filho é Domingos Maria Gonçalves, então Cônsul de Portugal no Brasil, que em 1880 publicou o livro *A Instrução Agrícola e o Trabalho Livre* na cidade do Rio de Janeiro, pela Tipografia Central de Evaristo Rodrigues da Costa. Domingos Maria Gonçalves, além de Cônsul, era ex-membro do corpo de engenharia civil, ex-aluno do Curso Superior de Letras, do Instituto Industrial, da Escola do Comércio e do Liceu de Lisboa. Era sócio correspondente da Sociedade Brasileira de Aclimação, da Academia Espanhola de Arqueologia e Geografia, da Associação de Arquitetos Cíveis Portugueses, do Retiro Literário Português, fundador do Grêmio Acadêmico Português, redator-chefe e coproprietário do *Jornal da Província*.

Gonçalves (1880) desejava implementar no Brasil Império, uma escola profissional agrícola e zootécnica que atendesse aos jovens desafortunados, indígenas e escravos recém-libertos. No caso dos escravos, o autor cita que não bastaria apenas os libertar. A eles deveria ser ofertado instrução para que pudessem ter um ofício que lhes garantisse os meios de sobrevivência:

(...) desejo a liberdade de todos os filhos desta terra; mas o libertar não basta; antes de tudo é necessario, que os recém-libertos encontrem a instrução, que lhes dará então a verdadeira liberdade. (...) libertem-se os negros, mas dê-se escolas agrícolas a este povo. Uma cousa sem a outra é a ruína completa de toda a nação. (GONÇALVES, 1880. p.03 e 05).

Assim como Tarquínio, Gonçalves (1880) tem no ensino técnico um propulsor para o desenvolvimento econômico brasileiro. Em sua visão, o ensino agrícola/zootécnico seria essencial para o desenvolvimento econômico da agricultura. Para Tarquínio S.F., a educação era uma condição indispensável para o progresso de um país: “Nos regimes livres e de organização democrática, a instrução é uma condição essencial de força, de progresso e de estabilidade social. (SOUZA FILHO, 1880, p.10)

Gonçalves (1880) cita que a Lei de 28 de setembro de 1871, aboliu o direito ao nascimento cativo - Lei do Ventre Livre. Sem o trabalho escravo, muitos julgavam que seria o fim das lavouras. A solução estaria na transformação nos processos de cultura e organização do trabalho rural, passando pela instrução dos trabalhadores. Ele relata, por várias páginas de sua obra, o quanto tentou demonstrar para o governo da época, as vantagens econômicas da implementação do ensino técnico. Incluindo ainda em seus levantamentos a vantajosidade econômica na contratação de homens livres em detrimento aos escravos.

Ele ainda cita as dificuldades e entraves burocráticos que encontrou para a implementação de sua escola agrícola. Do trabalho iniciado em 09 de junho de 1871, quando chegou em terras brasileiras, ele só conseguiu um decreto autorizando o funcionamento do estabelecimento em outubro de 1880.

Figura 1: Cálculo feito por Domingos - demonstração da vantajosidade na contratação de homens livres

Dois indivíduos possuidores ambos de terrenos iguaes, e cada um com o capital de 40:000\$000 em moeda, vão dedicar-se à lavoura pelo espaço de dez annos, empregando um o seu dinheiro em escravos e o outro em salarios a homens livres a razão de 2\$000 por dia util de serviço e sem comida.

O primeiro compra 20 escravos a 2:000\$000 cada um.

Despesa com os negros

Comida de 20 homens a 250 rs. por dia = $5\$300 \times 365 \text{ dias} = 2:044\000 por anno.

Roupa, medico e botica para os ditos, á razão de 30\$000 por cabeça, são 600\$000.

Admittindo que os pretos podem produzir durante 20 annos, damos 5 % de 40:000\$000 para mortalidade = 2:000\$000 réis.

Logo temos $2:044\$000 + 600\$000 + 2:000\$000 = 4:644\000 de despesa por anno com o pessoal.

Admittin lo que cada preto dá o producto bruto annual de 800\$000, por exemplo (aqui a cifra pôde variar, comtanto que seja igual para o trabalhador livre), temos: $800\$000 \times 20 \text{ pretos} = 16:000\000 producto bruto. $16:000\$000 - 4:644\000 de despesas = 11:356\$000 producto liquido ou 113:560\$000 nos dez annos previstos.

O fazendeiro que trabalha com homens livres faz o seguinte raciocinio: paga 2\$000 por dia util de serviço, desconta 600 rs. diarios para comida, como fazem os rancheiros nos trabalhos das estradas, não gastando realmente senão 400 rs. com cada homem por serem muitos arranchados, e temos com cada homem de despesa por anno:

300 dias a 2\$000.....	600\$000
Desconto para comida 365 dias a 600 rs.....	219\$000
Paga em dinheiro.....	381\$000
Em comida 365 dias a 400 rs.....	146\$000
Total da despesa.....	527\$000

Conhecida a despesa annual feita com cada trabalhador, vê que com o seu capital de 40:000\$000 pôde fazer trabalhar 75 operarios ruraes.

Ora produzindo cada homem pelo menos um valor bruto igual ao do escravo temos: 800\$000 multiplicados por 75 homens 60:000\$000.

Abatendo desta quantia 39:525\$000 que gastou com os 75 trabalhadores fica com o lucro liquido de 20:475\$000 ou 9:119\$000 mais do que, o que trabalha com escravos, e em dez annos tem a mais 91:190\$000 de lucro do que o outro.

Fonte: Livro "A Instrucção Agrícola e o Trabalho Livre - p. 58 e 59"¹⁹

¹⁹ GONÇALVES, Domingos Maria. A Instrucção Agrícola e o Trabalho Livre. Rio de Janeiro, 1880.

Com relação ao custeio, a escola agrícola/zootécnica se autossustentaria com recursos próprios, provenientes dos alunos que ali se formassem. Para sua implementação, ele necessitava apenas de um terreno para construção do estabelecimento de ensino e um investimento inicial para custeio dos primeiros alunos.

Há dois meses que tenho tentado montar neste município um estabelecimento zoo-técnico, onde principalmente se criasse, reproduzisse e engordasse a raça suína; indústria que aos olhos de todos é tida como imensamente remuneradora e de grande vantagem para o commercio de Campos. Infelizmente, porém, o publico ainda não está preparado para introduzir no paiz uma industria que na Hungria, Servia, Hamburgo, Portugal e principalmente nos Estados Unidos é vulgaríssima e altamente importante. Isto é devido principalmente à falta de instrucção especial agricola A rotina, a terrível rotina opõe-se a tudo que seja dar um passo no caminho industrial-agrícola. Convencido desta verdade, eu pretendo criar uma escola agrícola teórica e pratica no meu projetado estabelecimento zoo-técnico para 60 menores pobres, como se depreende do seguinte officio, que em 9 de junho ultimo dirigi ás duas sociedades beneficentes Brasileira e Portuguesa. Quantas crianças abandonadas nos grandes centros de população, entregues sem defesa aos religiosos que as cercam e encontrando na ociosidade estímulo para os vícios, que nesse estado se desenvolvem, encontrarão abrigo e agasalho na escola, que as prepara para servir inutilmente esse pais. (GONÇALVES, 1880, p.25 e 44)

Após tentativas sem êxito, em 25 de outubro de 1880 é publicado um decreto do presidente da província do Rio de Janeiro, autorizando a criação de uma fazenda modelo. Nas exatas palavras do autor, o documento não passou de algo para “inglês ver”. Sua crítica se baseia no fato, de que por anos o presidente da província, Sr. Dr. João Marcellino de Souza Gonzaga, impediu a instalação do estabelecimento de ensino técnico proposto pelo autor. Em suas palavras: “S.Ex. tem tal horror à instrução, que só quer escola prática; (...) adaptada as condições da lavoura atual; isto é: com o auxílio do chicote, palmatoria e tronco. (...) escola e penitenciaria são os dons ideais”

Observamos haver por parte destes autores uma compreensão do desinteresse do Império em custear e incentivar a educação brasileira em seus diversos segmentos: primário, superior e profissional. Havia, por parte do governo, uma ausência de percepção das vantagens econômicas para o país que o investimento no sistema educacional poderia propiciar. Em uma época em que a

indústria aspirava seu surgimento, não se compreendia o quanto o ensino técnico poderia contribuir nesta implementação e desenvolvimento.

Sobre o ensino profissional e técnico neste período, Cunha (2005, p.69) faz a seguinte observação: “(...) durante o Império, o ensino profissional continuou a ser desvalorizado, contudo, ocorreu uma ampliação da capacitação profissional compulsória, de caráter assistencialista e moralizador, voltada para os pobres e desvalidos da sorte”.

Fonseca (1961, p.141) nos chama a atenção para a própria “visão” que a elite brasileira possuía do ensino profissional. Na época predominavam os cursos de medicina, direito e engenharia, apreciados pelos estudantes em virtude do conhecimento geral da cultura humana que propiciavam ou do ideal de um trabalho literário. Fonseca (1961, p.147) considera que durante o governo de D. Pedro II, não houve progresso ao ensino profissional, citando nesse caso a fundação pelo Imperador do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Imperial Instituto de Surdos-mudos em 1854 e 1856 respectivamente: “O ensino necessário à indústria tinha sido, inicialmente, destinado aos silvícolas, depois fôra aplicado aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos. Passaria, em breve, a atender, também, a outros desgraçados”.

As críticas tecidas por Tarquínio de Souza Filho no livro *O Ensino Technico no Brazil* não são limitadas ou tratam-se de uma visão deturpada de ele. Ao contrário, são compartilhadas por outros estudiosos da época, que acreditavam serem necessárias mudanças nas formulações das políticas educacionais, bem como alterações nas formas de implementação da educação, principalmente a profissional, no Brasil Império. Em comum, José Liberato Barros, Antônio de Almeida Oliveira e Tarquínio de Souza Filho têm a cidade de Recife/PE como ponto de passagem, sendo todos formados em Direito na Faculdade de Recife, entre as décadas de 50 e 80 do século XIX. O pensamento, proposições e questionamentos dos autores, não são coincidências.

De acordo com Nunes (2012, p.25) a ideia de modernidade no Brasil Império só começou a ser questionada rigorosamente devido aos novos valores que se punham cada vez mais fortemente. Em algumas situações, ultrapassavam os limites e as possibilidades das bases de sustentação sobre as quais se assentava a estabilidade da monarquia brasileira. Essas bases viam-se ameaçadas, em face da radicalização da defesa de uma democracia republicana, de uma economia liberal

bem mais ampla do que aquela executada e admitida pelo Império.

É nesse cenário de modernidade que ganharam destaque os cursos como o de direito, principalmente aquele ministrado na Faculdade de Direito de Recife-PE, de onde se originaram intelectuais que compunham um movimento intelectual tão forte e abrangente que passaria a ser conhecido como “Escola de Recife” em alusão à referida faculdade²⁰. Ainda segundo Nunes (2012, p.31), esse era um dos cursos que mais atraíam os jovens na segunda metade do século XIX. A camada intermediária o procurava para seguir a atividade jurídica e ocupar funções administrativas e políticas ou dedicar-se ao jornalismo.

A Faculdade de Direito de Recife foi uma difusora de um pensamento social baseado em concepções teóricas que mesclavam o positivismo com o

²⁰ A Escola do Recife, como foi denominado o movimento de renovação de ideias veiculadas na Faculdade de Direito de Recife, expressou a inquietação dos espíritos em face de posições científicas e filosóficas assumidas na Europa que eram trazidas ao nosso meio como coisa de primeira mão, através da divulgação de autores como Comte, Darwin, Spencer, Haeckel e outros. (...) a doutrina positivista, largamente difundida na Europa e nos demais países ocidentais, encontrou na Faculdade de Direito do Recife campo propício à expansão e assimilação de seus postulados, em contraposição a tudo que fugisse ao alcance da observação e da experiência, como a metafísica e a teologia. As primeiras faculdades de Direito, inspiradas em pressupostos formais de modelos alienígenas, contribuíram para elaborar um pensamento jurídico ilustrado, cosmopolita e literário, bem distante dos anseios de uma sociedade agrária da qual grande parte da população encontrava-se excluída e marginalizada. Pela importância que essas duas escolas (Recife e São Paulo) exerceram como redutos encarregados de formar atores jurídicos, cabe sublinhar algumas diferenciações. A Faculdade de Direito pernambucana expressaria tendência para a erudição, a ilustração e o acolhimento de influências estrangeiras vinculadas ao ideário liberal. A Escola do Recife introduziria para a cultura do país, a partir da segunda metade do século XIX, os mais avançados pensamentos da época, sobretudo a contribuição do germanismo via Tobias Barreto, limitando a excessiva influência portuguesa e francesa. O intento do Grupo do Recife tratou o fenômeno jurídico a partir de uma pluralidade temática, reforçada por leituras naturalistas, biólogos, cientificistas, históricas e sociológicas, apoiando-se fortemente num somatório de tendências que resultavam basicamente no evolucionismo e no monismo, sem desconsiderar a crítica sistemática a certas formulações jusnaturalistas e espiritualistas. Pode-se registrar, assim, como faz Lília M. Schwarcz, que “a recepção dessas teorias científicas deterministas significava a entrada de um discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate a uma série de instituições assentadas. No caso da Faculdade do Recife, a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social-darwinistas resultou em uma tentativa bastante imediata de adaptar o direito a essas teorias, aplicando-as à realidade nacional. Recife foi talvez o centro que se apegou de forma mais radical tanto às doutrinas deterministas da época quanto a uma certa ética científica que então se difundia. Afastados dos centros de decisão política do país, esses pesquisadores viviam ao menos a certeza de que representavam a vanguarda científica do país. A partir de Wolkmer, podemos constatar que a Escola do Recife viabilizou a formação de bacharéis em Direito com tendência à erudição, mediante, sobretudo, a incorporação e difusão de ideias europeias de viés liberal, bem assim comprometidas com a construção de uma sociedade laica e entusiasta das conquistas e avanços científicos, percepção que se buscava incorporar no âmbito também do estudo e das reflexões jurídicas, então percebidas a partir de uma perspectiva complexa posto que interdisciplinar. Nesse sentido, a Escola do Recife funcionou como centro receptor, difusor e problematizador de “novas ideias”, revelando-se, efetivamente, conforme destacou Antônio Carlos Wolkmer, um centro de formação de intelectuais. (AVELINO, 2006).

evolucionismo determinista do darwinismo social. Ela teve papel de destaque na constituição de interpretações sobre o Brasil que propiciaram o pensamento das elites dirigentes a respeito de questões sociais e políticas. Lá observaram-se formulações teóricas, fortemente marcadas pelo racionalismo científico, que iriam combater a metafísica, a tradição supersticiosa e o clericalismo católico conservador. O ímpeto crítico e a penetração desse ideário no debate teórico e político no Brasil seriam de tal ordem que, na década de 1870, já se falava de uma “Escola do Recife”, cuja produção e influência de largo, no entanto, ultrapassavam os limites regionais de Pernambuco. (RAGO; VIEIRA. 2018. p 02-03).

(...) esses literatos e pensadores eram homens que tinham em comum a origem social numa classe média urbana ascendente, distanciada do mundo agrário escravista e marginalizada com relação à política imperial. Capazes de se distanciar criticamente da ordem escravista monárquica, puderam defender a laicização da sociedade brasileira e combater o ideário romântico que, ao final do século XIX, fornecia as referências para a formação da identidade nacional. (RAGO; VIEIRA. 2018. p 03).

De acordo com Avelino (2006) havia entre os alunos da Faculdade de Direito do Recife, mesmo após a saída do meio acadêmico, uma identidade cultural e ideológica de pensamento. Isto pode ajudar a explicar a semelhança de proposições entre José Liberato Barros, Antônio de Almeida Oliveira e Tarquínio S.F.de Souza Filho, dado que todos se bacharelaram em direito no estabelecimento acadêmico:

A identidade ideológica e cultural dessas elites se deve em parte ao reduzido número de escolas superiores no Império, no caso de Direito, apenas a de São Paulo e a de Recife, berços ambas da burocracia dominante e destino dos filhos da elite agrária imperial. Em vista disso, laços sociais, culturais, ideológicos e pessoais se desenvolveram entre esses “companheiros”, originários de diversas províncias, quando de volta a elas ou no exercício profissional em outras regiões. A admiração, o respeito pessoal e, em muitos casos, a identificação política são fatores a aproximá-los e a fazer com que deem continuidade aos laços desenvolvidos desde a Escola. (AVELINO, 2006, *apud* QUEIROZ, p.06).

Interessante observação faz ainda Avelino (2006), ao citar que essa identidade ideológica só seria notada após suas atuações:

(...) a percepção de que os autores que gravitavam em torno da Faculdade de Direito do Recife representavam, em conjunto, um efetivo movimento de ideias no campo científico-jurídico é algo que aparece após às suas atuações, embora esses autores apresentassem filiação às ideias positivistas, evolucionistas e naturalistas, então em voga na Europa, a partir de pensadores como Augusto Comte, Herbert Spencer, Charles

Darwin. (AVELINO, 2006. p.08).

Lendras (2021) cita que os intelectuais da Escola de Recife tinham como característica certa “valorização nacional”, almejando “pensamentos autônomos de brasileiros para o povo brasileiro”. Dedicavam-se aos estudos e interpretações históricas, antropológicas, sociológicas, políticas e culturais do país, produzindo, assim, estudos sociais brasileiros autênticos. Tratava-se de um grupo composto por pessoas que desejavam romper com os paradigmas da época, perante os pensamentos dominantes que cercavam o Brasil.

Quando Tarquínio S.F. em seu livro *O Ensino Technico no Brazil* efetua proposições para um ensino técnico mais abrangente e moderno para a população brasileira, um sufrágio que fosse universal para a população, percebemos a influência do meio acadêmico em que foi educado. Esse “levante” de ideias modernistas descritos na obra, não só no que tange à educação profissional, eram pensamentos compartilhados pelos jovens bacharéis formados na Faculdade de Direito de Recife.

4.2- Inspirações intelectuais e espaços sociais de Tarquínio S.F.de Souza Filho

Para Sirinelli (2003, p. 248-250), um intelectual seria o sujeito legatário de uma herança cultural, ou o que a negando rompe com esses conhecimentos. Tarquínio S.F.de Souza Filho é um intelectual do Brasil Império, que tentou romper com a situação do ensino profissional daquele momento. Em 1887, efetuou nas páginas do livro *O Ensino Technico no Brasil*, um estudo a respeito da situação do ensino técnico, apontando as deficiências existentes e propondo formas de solucioná-las. Para compreendermos suas propostas e ainda entender sua percepção da situação em que essa modalidade educacional se encontrava, é necessário compreendermos a situação social, política e econômica da época. Não há como se negar a influência do meio social sobre o pensamento intelectual de uma pessoa.

Corroborando nossa afirmação da indissociabilidade entre o pensamento intelectual e o contexto histórico político vivido por um sujeito, Brasília Sallum Júnior afirma que: “não se consegue identificar ao longo do século XIX um campo

intelectual com um mínimo de autonomia; nessa situação histórica ele se funde no campo político". Ele lembra que do Império é reconhecido pela literatura especializada e pelo fato do Brasil "absorver ideias produzidas na Europa e nos Estados Unidos". De fato, uma das inspirações de Tarquínio S.F. em sua obra, é o ideário dos intelectuais europeus sobre a educação profissional e de projetos concernentes a educação e imigração norte-americana.

Segundo Alonso (2002, p. 39-40), esses argumentos e teorias estrangeiras adotados no Brasil durante o Império não foram aleatórios. Eles sofreram um critério político de seleção, no qual os intelectuais optaram por aqueles que fornecessem subsídios para a compreensão da situação vivenciada e desvendassem linhas de ação política. Para a autora, formas de pensar e agir são intrínsecas, não sendo possível sua compreensão em separado: "A interpretação, por isso, exige uma análise fina, empírica, do modo pelo qual uma experiência social concreta plasma certas formas de pensar".

Por outro lado, além de fatores políticos e econômicos, outros elementos como idade, estudos, amizade, atração, hostilidade, ruptura, rancor e briga, funcionam como base para estabelecimento das redes intelectuais.

Para sua análise da situação do ensino profissional brasileiro, Tarquínio, utilizou publicações e conhecimentos de seus antecessores intelectuais, como os de Celestin Hippeau e Antônio da Costa de Sousa de Macedo, sobre os quais falaremos mais adiante.

Para Gramsci (2001b, p. 62-63) todo grupo social que emerge da história a partir da estrutura econômica anterior e como produto do desenvolvimento da mesma, encontrou categorias intelectuais preexistentes. Gramsci (2001a, p.104) cita que uma massa humana não se distingue, não se torna independente sem se organizar, não existindo organização sem intelectuais, aqui entendidos como organizadores e dirigentes, ou seja, sem que os aspectos teóricos da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas "especializadas" na elaboração conceitual e filosófica.

Ele ressalta a importância dos intelectuais para os grupos dominantes, que buscam a assimilação e conquista ideológica destes. Para o autor, na civilização moderna as atividades práticas se tornaram tão complexas que passaram a exigir uma escola para habilitar grupo de intelectuais, criando especialistas de nível elevado. Com isso, os diversos tipos de escolas existentes, produzem diferentes

especializações intelectuais.

Nesse tópico, submeteremos o pensamento de Tarquínio S.F. a um paralelo da análise de intelectuais e espaços sociais, citados e vividos por ele em seu livro. Se há uma indissociabilidade entre o pensamento e a prática de um sujeito, abarcando as fontes que inspiraram a escrita de Tarquínio S.F. de Souza Filho, poderemos compreender as propostas práticas para melhoria do ensino técnico defendidas pelo autor em sua obra.

Sirinelli (2003, p.232) cita que a história de um intelectual é um campo histórico autônomo e aberto, situado no cruzamento entre histórias políticas, sociais e culturais, corroborando nossa proposta de análise desses aspectos no itinerário percorrido por Tarquínio.

Outra dificuldade: em certas abordagens sociológicas do meio intelectual, é, de fato, toda uma visão teleológica da história que é exposta, com o risco de falsear a realidade histórica. Sem dúvida, uma análise sociológica dos modos de produção social das opiniões e dos gostos - tal como a praticam sobretudo Pierre Bourdieu e seus discípulos - pode revelar-se proveitosa. Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 2003, p.247 -248)

A proposta de reconstrução dos itinerários percorridos pelos intelectuais é uma tarefa complexa, sendo mais complexas ainda as questões relativas à sua interpretação. A análise da história social vivida por eles exige uma análise sistemática de elementos dispersos, mas com finalidades prosopográficas.²¹ (SIRINELLI, 2003, p.245).

Para nossa análise tomaremos como intelectuais referenciados por Tarquínio, o autor francês Celestin Hippeau e o autor português Antônio da Costa de Sousa de Macedo. Nossa escolha, se deve ao fato de estes terem sido os autores estrangeiros com maior número de obras citadas por Tarquínio S.F. em seu livro. Como espaço social vivido por Tarquínio, procederemos à análise da Sociedade

²¹ O estudo de biografias coletivas ou a prosopografia, é utilizado na investigação de uma diversidade de objetos, fenômenos políticos, movimentos sociais, grupos políticos, culturais e sociais, sem estar, logicamente, associada a uma teoria ou a uma interpretação histórica substantiva. Nesse sentido, pode-se considerar que o investigador de História Política, de História Social, recorre a este recurso da micro-história como uma técnica de pesquisa, dentre outras, abordagens possíveis dos fenômenos investigados. Esse tipo de recurso teórico-metodológico permitiu a análise de biografias coletivas em relação aos estudos históricos sobre grupos políticos e sociais, além da reconstrução das trajetórias, revelar a persistência de estruturas sociais em dado período histórico, ou dar indícios de mudança. (MONTEIRO, 2014, p.12-16)

Central de Imigração – SCI. Será mantida, nas transcrições de textos dos autores citados, a escrita de sua época.

4.2.1 –Celestin Hippeau e Antônio da Costa de Sousa de Macedo

Celestin Hippeau (1803-1883) foi professor em vários colégios franceses como o Niort, Rochefort e o Chatellerault, no período de 1820 a 1837. Em 1837, fundou em Paris uma instituição privada – *L'Ecole des Sciences Appliquées* – precursora do ensino secundário especial, estabelecido somente 20 anos depois. Além de uma vasta obra literária, composta de livros de história, de literatura, de poesia e de poemas da Idade Média, publicou inúmeros relatórios sobre a organização da instrução pública na Europa e na América. (BASTOS, 2002, p.70-73).

A partir de 1870, edita uma série de volumes sobre o ensino em diversos países, com o objetivo de fazer conhecer na França a organização da instrução pública de outros países. Publica *L'instruction publique aux États Unis* em 1870, em um momento em que, após os desastres da guerra franco-prussiana (1870), há uma vontade urgente em reformar a educação. O sucesso dessa obra, que teve três edições (1870, 1872, 1878), encoraja-o a publicar estudos análogos: *L'instruction publique en Angleterre* (1872); *L'instruction publique en Allemagne* (1873); *L'instruction publique en Italie* (1875); *L'instruction publique dans les États du Nord* (1876); *L'instruction publique en Russie* (1878); *L'instruction publique dans l'Amérique du Sud* (1879); *L'instruction publique en France pendant la Révolution* (1883); *La Révolution Française et l'éducation nationale* (1884); *L'éducation et l'instruction considérées dans leur rapport avec le bien-être social et le perfectionnement de l'esprit humain* (1885). (BASTOS, 2002, p.71).

A estrutura capitular de Hippeau foi adotada por Tarquínio S.F. em seu livro a respeito do ensino profissional. Assim como o autor francês, ele divide sua obra em capítulos contendo: análise da situação do ensino técnico no Brasil Império, proposições de melhoria, estudo do ensino técnico em países estrangeiros, dentre outros que se assemelham às divisões dos livros de Celestin Hippeau. Além da semelhança estrutural capitular, o brasileiro faz várias menções ao pensamento do autor francês. Há, inclusive, na parte da bibliografia utilizada por ele para escrever sua obra, menção a seis diferentes publicações de Hippeau, sendo elas:

- *L'Instruction Publique en Allemagne* - Paris - (1873);
- *L'Instruction Publique en Italie* - Paris - (1875);

- *L'Instruction Publique dans les Etats du Nord* - Paris - (1876);
- *L'Instruction Publique aux Etats-Unis* - Paris - (1878);
- *L'Instruction Publique dans la Republique Argentine* - Paris - (1878);
- *L'Instruction Publique en Russie* - Paris - (1878).

Analisando a obra de Hippeau, podemos compreender que este foi um dos intelectuais que mais influenciaram a escrita e o pensamento de Tarquínio de Souza Filho, tamanha similaridade quando aproximamos a escrita e o pensamento dos autores a respeito da educação profissional.

Celestin Hippeau foi um autor conhecido e utilizado no Brasil Império por diversos intelectuais. Segundo Bastos (2002), todos os livros desse autor, estiveram na Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro em 1883, sendo apresentados pelos expositores, Faro&Lino, proprietários da Livraria Contemporânea. A primeira edição do Livro *L'Instruction Publique aux États-Unis* foi traduzida por ordem do Governo Imperial Brasileiro em 1871 e publicada no *Diário Oficial do Império do Brasil* de 17 de fevereiro a 17 de março de 1871. Posteriormente foi editada no formato de livro pela *Tipografia Nacional* com 349 páginas.

Por isso, Hippeau influenciou, além de Tarquínio S.F., outros escritores da época como Rui Barbosa, Almeida de Oliveira, Manoel Francisco Correia, Teixeira de Macedo e depois Félix Ferreira. Bastos (2002, p.106) nos chama atenção a para o fato de que as ideias do autor francês, ao serem apropriadas pela elite brasileira da época, não permaneceram iguais e inertes ao que foi veiculado. Elas passaram a ser adaptadas para a realidade brasileira, assumindo novas formas, muitas vezes em sentido contrário àquele preconizado por Hippeau.

Como já dito, seriam ideias fora de lugar, mas que estavam no lugar, isto é, foram traduzidas para fortalecer um ideário de valorização da educação e da instrução pública, numa sociedade em processo de abolição da escravatura e de instauração da República, que precisava revalorizar as condições de formação e de trabalho, nas novas perspectivas que assumia e que deveria assumir. (BASTOS, 2002, p.107).

Em suas obras, Célestin Hippeau analisou o sistema educacional dos países que deram nomes aos títulos dos livros. Para alguns, como os Estados Unidos da América, ele efetuou seus estudos e pesquisas “*in lócus*”. Em outros, como na

Rússia e Argentina, esse trabalho foi realizado mediante documentos levantados pelo autor. Desta forma, ele comparava a situação do sistema educacional dos países estudados com aquele vigente na época na França. Exatamente como Tarquínio S.F. fez em seu livro, ao comparar a educação de países europeus com a que vigorava no Brasil Império.

A França, depois dos tristes acontecimentos de 1870, dos dias luctuosos de 1871, depois do desastre de Sédan e dos horrores da communa, empreendeu a reforma do seu ensino publico; a questão continúa na ordem do dia, tem ido o objecto das mais vivas competições, das lutas ardentes de todos os partidos, de todas as paixões politicas que dividem e retalham aquelle nobre paiz. A Italia, depois da unificação politica da peninsula, tem envidado os maiores esforços para progredir, e pôde-se afirmar que poucos paizes têm como ella, nestes ultimas annos, agitado tantas idéas, proposto e discutido tantos projectos de ensino publico. Todo este, movimento benefico em prol da instrucção teve por ponto de partida Turim, nos ultimas annos do reinado de Carlos Alberto. Na Inglaterra os poderes publicos, abandonando o principio absoluto de não interferencia em materia de instrucção em que até então se haviam inspirado, tem por medidas legislativas successivas, desde o *Elementary Education Act* de 1870, devido a iniciativa de Forster, até o *Education Act* de 1880, intervindo na direcção do ensino nacional no sentido de auxiliar os esforços das localidades, das associações e dos individuos a quem até então tinha elle estado quasi exclusivamente entregue. Portugal, a nossa antiga metropole, deixando o seu secular retrahimento, tem ultimamente levado a effeito diversas e importantes reformas que auguram melhor futuro à sua instrucção publica. (SOUZA FILHO, 1887, p.10 e 11).

E continua informando que embora o Brasil já tivesse buscado realizar esparsas melhorias para o ensino profissional do período, estas não eram o suficiente:

Temos feito alguma cousa, é certo: os orçamentos do Estado; da provincia e de raros municipios têm dotado o ensino com mais largueza que outrora; as leis geraes e provinciaes e suas respectivas regulamentações têm procurado seguir as lições da sciencia e o exemplo dos povos cultos; temos alguns estabelecimentos de instrucção que nos honram, a iniciativa privada, individual e collectivamente, principia a mover-se, as questões de educação e ensino estão mais ou menos na tela da discussão; mas é força convir em que, tratando-se de objecto de tal transcendencia, tudo isto é pouco, muito pouco. Estamos ainda bem longe do ideal a realizar. Não seja, porém, isto motivo para desanimo. Em desoladoras condições achava-se a França em 1833, quando, por iniciativa do illustre F. Guisot, abriu: -se o celebre inquerito que veio desvendar o lastimoso estado a que estava reduzido o ensino. Tristes eram então as perspectivas que se desenhavam aos olhos do observador attento a esta ordem de interesses, e deu-nos disto uma synthese tristemente eloquente P. Lorain no seu- *Tableau de l'Instruction Primaire en France*. (SOUZA FILHO, 1887, p.23).

Para Gondra (2002), o trabalho de Hippeau demonstra que também na

Europa do século XIX havia uma insatisfação com o sistema educacional vigente. Para Hippeau, o modelo educacional a ser seguido por todas as nações seria aquele adotado nos Estados Unidos da América, sendo este modelo a solução para “todos os problemas da liberdade, gratuidade, obrigatoriedade, secularização e higienização dos estabelecimentos educacionais, em todas as modalidades e níveis de ensino. Gondra (2002) também chama a atenção ainda para a rápida circulação entre os intelectuais brasileiros, do pensamento do escritor francês.

O instigante, nesse caso, é a rapidez de sua circulação e leitura no Brasil, o que faz indagar se por seu intermédio é possível observar a legitimação de uma nova rota para o sonho civilizatório, na medida em que Hippeau constrói a América como novo porto cuja visita deveria se tornar obrigatória para os interessados em um projeto educacional colocado a serviço da nova civilização. (GONDRA, 2002, p.163)

Embora para Hippeau e, conseqüentemente para Tarquínio de Souza Filho²², os Estados Unidos fossem um modelo educacional a ser seguido, Pontes (2015, p.151) contradiz ambos os autores, relatando haver fortes críticas ao sistema educacional americano no que concerne à qualidade e à equidade, visto que o sistema de ensino excluía a população negra, promovendo a segregação racial.

O pensamento dos Estados Unidos como nação modelo a ser seguida no quesito educacional, decorria do fato de que no Brasil do século XIX o avanço educacional era percebido como um instrumento de modernização e, neste quesito, os norte-americanos apareciam como um modelo na América. Isto corroborava a tendência mundial de construção dos estados-nação e modernização social como pilares sobre os quais deveriam ser alicerçados os ideais e as políticas de inovação educacional. (SOUZA, 2000).

A influência de Hippeau sobre o pensamento de Tarquínio, também decorre do fato do modelo educacional francês, ter exercido uma forte influência nos intelectuais da época de Tarquínio. Era comum a elite brasileira, enviar seus filhos para estudar em países europeus, como a França. Houve no país, a instalação de escolas nos moldes da educação francesa, tendo o próprio material didático sido inspirado no francês.

No decorrer do século XIX, as famílias da elite brasileira mandavam seus

²² No tópico 4.3 desta pesquisa, discorreremos sobre o pensamento de Tarquínio S.F.a respeito dos Estados Unidos.

filhos para estudar na França. A seguir, implantaram aqui escolas nos moldes da educação francesa, iniciando-se com a criação no Rio de Janeiro do Colégio Pedro II, em 1857. O historiador da educação Nelson Schapochnik observa que até o material didático e o conteúdo foram importados. A própria organização curricular no Brasil começou calcada no modelo francês. Esse colégio serviu de modelo para várias instituições no Brasil, especialmente após a Proclamação da República. (LUCCHESI, 2011, p.5).

Ressaltamos que no decorrer do século XIX, questões como conteúdo e método provocaram um intenso debate sobre a questão política da educação popular e a maneira de torná-la efetiva. Havia a esse respeito um fenômeno mundial alimentado por ideias e modelos de países ditos como civilizados que circulavam por meio de exposições universais, congressos de instrução, relatórios oficiais elaborados por ministros e inspetores de ensino, artigos, revistas especializadas em assuntos educacionais, dentre outros. (SOUZA, 2000).

É neste contexto que se compreende por que as ideias de renovação do ensino e o modelo de escola graduada direcionado para a escolarização em massa tiveram grande aceitação, sendo adotados em inúmeros países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em que pesem as particularidades locais, o fenômeno da escolarização em massa, configurado a partir da segunda metade do século XIX, apresentou muitos aspectos comuns de abrangência global, entre eles: a obrigação escolar, a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização do ensino e a secularização da moral, a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura escolar, a educação popular concebida como um projeto de integração ideológica e política. (PETITAT, 1994 *apud* SOUZA, 2000, p.11).

Assim como Celestin Hippeau, em sua obra, Tarquínio S.F. deixa claro ser conhecedor da tendência mundial de defesa de amplo acesso dos povos a instrução popular, defendendo tais pensamentos e ideias:

A instrução das novas gerações, e de todas as camadas sociais, dos que se destinam às profissões liberais e dos que se dedicam às carreiras profissionais, tem sido a preocupação constante dos povos e dos governos em todos os países de civilização ocidental. A todos os espíritos; quer o nosso século esclarecer, instruir e moralizar popularizando a ciência, divulgando os conhecimentos úteis, propagando o ensino em todos os seus graus, criando escolas superiores, secundárias, intermediárias, técnicas e primárias por toda a parte, aperfeiçoando os sistemas, os métodos, os processos de ensino, e fazendo da pedagogia, outrora escarnecida e aviltada, uma ciência e uma arte das mais elevadas e mais nobres na genealogia dos conhecimentos humanos. (SOUZA FILHO, 1887, p. 06 e 07).

Também defensor de uma ampliação do acesso à educação pela população

de seu país, o português Antônio da Costa de Sousa Macedo, influenciou a escrita de Tarquínio S.F., tendo suas obras *Auroras da Instrução*, *A Instrução Nacional* (1870), *História da Instrução Popular em Portugal* (1871), citadas pelo brasileiro em seu livro.

Conforme o *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico de Portugal* (1915, p. 1087), Antônio da Costa de Sousa de Macedo nasceu em Portugal em 21 de novembro de 1824, tendo falecido em 17 de janeiro de 1892. Em 1851 foi secretário-geral distrital de Leiria, tendo nessa época fundado o Centro Promotor de Instrução Popular, voltado para a educação popular. Em 22 de junho de 1870 foi nomeado ministro do Ministério da Instrução Pública pelo trabalho desenvolvido até então na educação. Seu mandato durou cem dias, período em que promoveu reformas educacionais como a promulgação do decreto da liberdade do ensino superior, da reforma da instrução primária, das bibliotecas populares, das escolas normais, da reorganização do teatro nacional.

No ano de 1878, escreveu nas seis edições do informativo *O Acadêmico - Revista Quinzenal Literária*²³ artigos em que defendia as reformas do Marquês de Pombal²⁴, conhecida também como Reformas Pombalinas²⁵.

Seguiu-se a ressurreição da universidade de Coimbra. Tínhamos assistido ao lastimoso espetáculo que nos dera o próprio rei D. João III e os reis que lhe sucederam, e viramos que a reforma introduzida por aquele monarca fora sufocada pelos jesuítas. A universidade abismara-se durante dois séculos. O Marques de Pombal não a colocou só ao par das universidades do seu tempo, adiantou-a ainda mais, merecendo a atenção e o espanto da Europa. (COSTA, 1878, n.05, p. 10).

²³ Revista Quinzenal Literária editada em 1878 (6 números), com dimensão de 31 por 2,5 cm, com 8 páginas. A administração e redação foram sediadas no Porto e a impressão realizada na Typ. Commercio e Industria (Rua do Corpo da Guarda, 29, no Porto). Não se conhecem propriedade e responsáveis editoriais. Teve três dezenas de colaboradores. Ao abrir, o editor apela a que todos se alistem “no batalhão das letras”, sendo o seu público alvo preferencial “os moços que gastam os melhores dias da vida no lidar litterario”. Junto, na primeira página de abertura, uma análise à reforma do Marquês de Pombal no ensino (D. António da Costa): “a liberdade escrava e o absolutismo livre”. Aliás, nos números desta publicação, destaca-se o nome deste escritor, que abre sempre cada edição, provavelmente o seu principal dinamizador. (MANGORINHA, 2013, p.01).

²⁴ Antônio era bisneto do Marquês de Pombal. (PINTO, 2017, p.146).

²⁵ As reformas político-econômicas administrativas, educacionais e eclesiásticas empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, tiveram início com a missão de reconstruir Lisboa, após o terremoto de 1755. Desta empresa, Pombal saiu fortalecido para implementar reformas em várias áreas do estado português. As reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo. Já em 1758 foi introduzido o sistema diretivo para substituir a administração secular dos jesuítas. (MAXSUELL, 1995, p.13)

Em outra passagem do informativo, Costa (1878) continua seu enaltecimento ao Marques de Pombal, afirmando que:

O Marques de Pombal, pondo em obra um sistema completo, não dotava o país com a simples reforma nas instituições do ensino, rasgava-lhe de par em par a libertação do pensamento. A organização da instrução primária anteviu o segredo do nosso século: O Marques era legislador do futuro. (COSTA, 1878, n.04, p.25 e 26).

Já na edição número 02, página 01 do informativo, ele cita que: “A reforma inaugurava um sistema completo de educação moral, religiosa, social e mandava-o realizar pelo reino todo”. Nas edições seguintes Antônio da Costa de Sousa de Macedo enalteceu ainda mais o Marquês de Pombal e sua reforma na área educacional.

Segundo Pinto (2017, p.146), Antônio da Costa de Sousa de Macedo enfrentou todos os que à época se opunham ao amplo acesso da população a instrução, por considerarem a “leitura” um perigo social. O autor português acreditava que por meio da educação construiria uma “unidade cultural” que aproximasse a elite política e os cidadãos, estruturando assim um Estado-Nação triunfante do século XIX. Através da criação do jornal *O Leiriense* colocou em evidência o atraso de Portugal em comparação aos países europeus e aos Estados Unidos. Este último, o autor tinha como um exemplo a ser seguido quanto ao desenvolvimento das bibliotecas populares.

Além da semelhança em terem os Estados Unidos e países europeus como modelo educacional a ser seguido, Tarquínio S.F. e Antônio da Costa de Sousa de Macedo convergem no pensamento de que o sucesso educacional de um país dependia de uma articulação entre a iniciativa privada e o Estado.

Conhecedor da realidade do seu tempo e do seu país, D. Antônio da Costa assumiu posições essencialmente conciliadoras, acreditando que o sucesso das suas propostas dependia da capacidade de articulação das iniciativas públicas e privadas, laicas e religiosas, pelo que privilegiava a intervenção descentralizada. (PINTO, 2017, p. 155).

Assim como Antônio da Costa de Sousa de Macedo, Tarquínio S.F. pensava que a união entre iniciativa privada e Estado poderiam promover uma renovação no ensino educacional brasileiro:

Não basta formular um programma, e preciso achar os meios de realiza-lo. Convencidos da verdade deste conceito, não duvidamos afirmar que o Estado e a Iniciativa Privada são as duas grandes forças que devem concorrer para a renovação do nosso systema de ensino. A grande obra da reforma da educação nacional ha de ser o resultado da convergencia dos esforços destes dois propulsores energicos da actividade social. Qualquer delles, operando isoladamente, nas actuaes condições em que se acha o paiz, não conseguiria os effeitos que se tem em mira; os dois elementos combinados serão capazes de remover todos os obstaculos e fundar obra estavel e duradoura. (SOUZA FILHO, 1887, p.228).

Antônio da Costa de Sousa de Macedo e Celestin Hippeau acreditavam que a ampliação e modernização da educação seria o caminho necessário para o desenvolvimento não só educacional, mas político e econômico de um país. Todo esse ideário em torno de um sistema educacional propulsor de desenvolvimento, comum a Tarquínio S.F. e a outros intelectuais da época imperial brasileira, como já explicado, advém das influências de pensadores europeus e norte-americanos, sendo os Estados Unidos referência em assuntos como política imigratória e sistema educacional.

Palma Filho (2005, p.17) cita que como acontecia em países europeus e nos Estados Unidos, também no Brasil do final do século XIX, a educação era tida como um instrumento de modernização, elevada à condição de “redentora da nação”. As duas últimas décadas do Império, foram um período de grande efervescência de ideias, de difusão de filosofias cientificistas e liberais e, sobretudo, de valorização da educação e debate sobre seus problemas.

Esses princípios deflagrados pela modernidade tornara-se referência para projetos e parâmetros reformadores da instrução pública em vários dos países da Europa e das Américas a partir do século XIX. Particularmente no Brasil, nos processos desencadeados com a Independência e depois com a República, foram significativos os esforços de reformas da instrução pública. Nos séculos XIX e XX, criaram-se projetos voltados para a constituição de uma escolarização laica, gratuita, pública, para ambos os sexos e universalizada. No entanto, é preciso considerar que esses princípios gerais não se efetivaram da mesma maneira, ou seja, de forma homogênea em todos os países e regiões de cultura ocidental que neles se inspiraram. (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009, p.91).

No entanto, o sistema escravocrata era visto, por alguns, como um empecilho ao desenvolvimento industrial e, por conseguinte, ao ensino profissional.

A prosperidade da segunda metade do século XIX afetou não apenas a

vida econômica do país. Principalmente no município neutro da Corte, o grande palco da política do país, com o incremento do setor de serviços (bancos, administração pública, comércio a varejo, etc.), houve uma mudança sensível na composição social da população urbana. Profissionais liberais como médicos, advogados, jornalistas, professores, ao lado de banqueiros, técnicos ligados ao sistema financeiro e à administração de firmas estrangeiras de serviços (estradas de ferro, abastecimento de gás, etc.) engrossaram uma camada média urbana que se diferenciava dos valores agrários tradicionais. Tinha uma nova mentalidade, muito influenciada pelo estrangeiro. Não apenas seus hábitos culturais (literários, estéticos), mas seus próprios hábitos de consumo denunciavam os padrões ditados pelos europeus. Assim como a música e a literatura, a seda francesa, a gabardine inglesa, o vinho alemão e a manteiga dinamarquesa disseminaram-se pela casa da Corte. Essa nova classe de homens, que rapidamente se abriu às ideias vindas de fora, participou decisivamente de movimentos de vanguarda do período, ora abraçando a causa abolicionista, ora a republicana, ou a ambas, posto que, se não se confundiam, andavam sempre próximas. (MALERBA, 1999, p.134).

Assim como Antônio da Costa de Sousa de Macedo desejava uma reformulação da educação em seu país, Tarquínio S.F. almejava alterações no ensino brasileiro. Ele discorre que a reforma educacional era um caminho a ser seguido por todas as nações que almejavam adentrar ao século XX em um nível de desenvolvimento equivalente aos países europeus e ao dos Estados Unidos; locais estes, tidos como desenvolvidos e dominantes, no cenário mundial.

Cabe aqui um esclarecimento da terminologia cultura. Cunha (2016) citando Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1975), a definem como os modos de agir, sentir, pensar e perceber. Uma sociedade não tem uma cultura, mas tantas quantas forem os grupos e classes que a compõem. A cultura a qual Tarquínio S.F. estava inserido, era justamente a dos grupos e classes das quais fazia parte, enquanto um intelectual, advindo de uma família portuguesa, com amplo acesso a corte e ao sistema privilegiado de ensino. Portanto, a cultura pertencente à classe dominante no país à época.

Dois fatos acabaram por transformar o pensamento cultural, econômico e político da época: a questão escravocrata e a vinda dos imigrantes para o país, descritos no próximo item a respeito da Sociedade Central de Imigração - SCI. Este foi um espaço no qual Tarquínio S.F., além de membro, teve atuação como diretor. A obra *O Ensino Technico no Brazil* foi encomendado por essa instituição e, por isso, não poderíamos deixar de aprofundar nosso estudo ao seu respeito.

4.2.2 - Sociedade Central de Imigração – SCI

Segundo Malerba (1999, p.105), a implementação do regime de trabalho livre alterou profundamente a economia do país, uma vez que os escravos não dispunham de recursos para serem consumidores. O trabalho assalariado, além de suprir a demanda de mão de obra do setor de ponta da economia nacional, acabou constituindo a base de um mercado consumidor bastante sólido. Novos hábitos de consumo e culturais foram introduzidos pelos imigrantes, já que dentre estes se encontravam intelectuais e artistas, com gostos e mentalidades, tais como as ideias socialistas e anarquistas. Embora os ideais liberais europeus tenham influenciado fortemente os intelectuais da época, incluindo Tarquínio de Souza Filho, Malerba (1999) nos chama a atenção que o pensamento liberal brasileiro possuía características próprias que o tornavam diferente daquele difundido na Europa.

No Brasil, o liberalismo teria significado mais restrito e não se apoiaria nas mesmas bases sociais. Tratava-se de uma sociedade altamente verticalizada, cuja base se constituía de milhões de indivíduos forçados ao trabalho em condições precárias de vida. Não havia aqui uma classe capitalista dinâmica e ativa que pudesse ter servido de suporte a um liberalismo genuíno. As camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir liberdade de comércio e autonomia administrativa e judiciária não estavam dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava.

O Brasil surgiu no contexto do sistema colonial da época mercantilista, fadado a fornecer matéria-prima e importar manufaturados. Não experimentou o processo secular de civilização em que se gestaram os Estados europeus: a ocupação de seu território lhe impôs uma língua, um sistema de leis, uma religião. Na verdade, durante toda a colônia e ainda no Império, o número de alfabetizados foi reduzidíssimo. Constituía-se de alguns filhos de fazendeiros e depois de burocratas que, quando não herdavam as terras dos pais, ingressavam nas carreiras burocrática e política por meio das faculdades de Direito e Medicina - ou então, se não fossem o primogênito, optavam pela eclesiástica, iniciada nos seminários. (MALERBA, 1999, p.112).

Neste sentido, a Sociedade Central de Imigração funcionou de 1883 a 1891 no Rio de Janeiro, com o objetivo incentivar a vinda de imigrantes para as pequenas propriedades, buscando transformar um país de latifúndio monocultor em uma sociedade de múltiplas culturas e pequenas propriedades. (OLIVEIRA, 2002, p.16). Ela foi a organização social mais representativa deste quesito, tendo

contribuído para a idealização da ideia de que o imigrante seria a solução para o engrandecimento do futuro brasileiro, tornando-se uma espécie de gerenciadora das demais associações de imigrantes espalhadas pelo império.

A obra objeto de nossa pesquisa, *O Ensino Technico no Brazil*, foi encomendada a Tarquínio S.F. pela própria SCI para levantar as condições do ensino técnico no país, conforme descrito por Hall (1976): “A Sociedade parece ter estado, no entretanto, igualmente inquieta com a tradicional elite brasileira”. Esse seria um dos motivos do pedido feito à “Tarquínio de Souza, o autor do estudo patrocinado pela organização sobre a educação técnica” (p.163). O estudo seria fundamental para delinear estratégias para a promoção da vinda de imigrantes da Europa para o Brasil, propiciada pela conjuntura econômica e política que o país passava.

Segundo Stahl (2016), no final do século XIX, ocorreram no Brasil, mudanças que favoreceram a expansão da economia exportadora, possibilitando o surgimento de uma classe social intermediária entre os trabalhadores manuais e os membros da elite latifundiária. A definição dessa camada intermediária pode ser compreendida segundo Hall (1976) como uma “classe média”:

O termo “classe média” tem uma acepção bastante ambígua, e o seu uso tem sido tão controvertido no Brasil como em outros países do mundo. Diversos estudiosos já notaram que as mudanças econômicas que ocorreram no final do século passado (século XIX), em particular a expansão da economia de exportação, criaram certas condições no Brasil que causaram o crescimento de camadas sociais intermediárias compostas nem de trabalhadores manuais, nem de membros da elite latifundiária. A essa nova classe média, embora seja uma categoria quase residual na estrutura social, tem-se, não obstante, dado um papel importante em quase todas as principais mudanças sociais e políticas que aconteceram nos últimos anos do Império, inclusive na abolição da escravatura e na queda da monarquia. (HALL, 1976, p. 147).

Assim, as décadas de 1870 e 1880, viram surgir iniciativas que buscavam a supressão das instituições atreladas ao regime escravista e o incentivo a imigração como estratégia de modernização do país, uma vez que os imigrantes trariam para o Brasil conhecimentos já utilizados para execução de atividades na Europa.

Inicialmente, a legislação brasileira do século XIX, no intuito de incentivar a imigração e ocupar o extenso espaço demográfico do país, permitia ao estrangeiro a posse de território e a produção de riquezas, embora, na prática, tal medida não

fosse implementada. O imigrante desejado era o agricultor, o colono, o artesão que aceitasse viver no país. Em 1850, com o fim do tráfico de escravos, essa legislação foi revista, passando proibindo a posse de terras por parte dos estrangeiros. O país enfrentou dificuldades para atrair novos imigrantes em decorrência da existência dos latifúndios, a vigência da escravidão e a associação entre vida civil e religião, uma vez que a Igreja Católica dificultava a vinda de protestantes e adeptos de outras religiões. Essas limitações alimentavam nos membros da Sociedade Central de Imigração, o desejo na adoção do modelo norte-americano de imigração baseado na pequena propriedade, pois acreditavam que desta forma haveria um aumento do fluxo imigratório de europeus para o Brasil. (OLIVEIRA, 2002, p. 13-15).

Além disso, os membros da SCI acreditavam que o governo brasileiro deveria subsidiar apenas parte das despesas da vinda dos imigrantes, e as terras que aqui ocupassem, deveriam ser pagas, pois pensavam que, dessa forma, atrairiam pessoas mais “prósperas” evitando a criação de um proletariado urbano e rural.

A Sociedade se opunha à política intermitente do governo imperial de dar terras a imigrantes, preferindo que eles as comprassem, pois desse modo, pelo menos segundo a Sociedade, somente aquelas famílias relativamente prósperas seriam atraídas para o Brasil. Além disso, como a Sociedade não quisesse imigrantes de certas classes sociais — e ainda menos um proletariado urbano ou rural — a organização se opôs, em geral, ao programa extensivo de imigração subvencionada, começando em grande escala em 1886 pela província. Esses programas, planejados com o intento de assegurar as fazendas de café com trabalhadores, pagavam os custos totais de transporte dos imigrantes da Europa ao Brasil. A Sociedade gostava mais da ideia de pagamentos parciais pelo governo, que assim reduzia o custo da passagem ao Brasil a mais ou menos o mesmo preço da passagem aos Estados Unidos. Desse modo, a Sociedade esperava que o Brasil atraísse uma classe de agricultores profissionais bem-sucedidos — ao ponto de poderem pagar uma parte de sua passagem, ao mesmo tempo que estivessem dispostos a emigrar a procura de uma vida melhor. O problema em pagar o custo completo, era que atraía “gente paupérrima”, em tão grande desespero que tentaria tudo para emigrar. Além disso, os programas que pagavam a passagem completa serviam mais para escorar o sistema da grande lavoura, do que para suplantá-lo, o que era talvez a objeção fundamental da Sociedade. (HALL, 1976, p.158-159)

Segundo Hall (1976, p.162) “uma das proposições mais relevantes da Sociedade dizia respeito à educação técnica”. Esta modalidade educacional poderia ser utilizada como um “incentivo” para a vinda e estabelecimento dos imigrantes no Brasil, sendo este um dos objetivos da Sociedade Central de Imigração: a difusão na Europa da propaganda do Brasil como uma terra de novas oportunidades e de

grande receptividade para os estrangeiros que aqui buscassem residência.

O caso da educação técnica, como também de cada uma das reformas legais e sociais propostas pela Sociedade, estava baseado, ao menos ostensivamente, na crença de que futuros imigrantes se achariam desinclinados a virem ao Brasil, a menos que essas medidas fossem adotadas. Por exemplo, argumentava-se que a falta de um sistema adequado de educação técnica desencorajava os agricultores europeus de imigrarem para o império. Em geral, a Sociedade queria ver o sistema de escolas técnicas altamente expandido com a criação de um grande número de novas instituições separadas, dedicadas ao treinamento de indivíduos para o trabalho na agricultura, na indústria e no comércio. Os traços particulares da organização e do currículo das escolas, que estão descritos no ensino técnico de Tarquínio S.F.de Souza, ilustram mais que qualquer outra coisa a predileção da Sociedade de imitar formas europeias sem a mínima crítica. (HALL, 1976, p.163).

A vinda e permanência dos imigrantes figuravam entre os objetivos gerais da Sociedade Central de Imigração, como dito por Stahl (2016):

Os objetivos gerais da Sociedade Central se desenvolveram em dois aspectos. No primeiro, a preocupação se dava em motivar a vinda dos imigrantes e preparar-lhe uma boa acolhida. Ulteriormente, fixar o imigrante ao solo, dando sentido à colonização. (STAHL, 2016, p.251).

Além da implementação do ensino profissional, a Sociedade Central de Imigração desejava reformular as leis e as instituições brasileiras, buscando melhores condições para o recebimento dos imigrantes:

(...) desenvolver uma propaganda de seu projeto imigrantista que pode ser analisado em duas etapas escritas em seu estatuto e publicadas no primeiro boletim: em primeiro lugar pretendiam transformar as leis e as instituições do Brasil de uma maneira que o país tivesse condições de receber os imigrantes europeus e posteriormente publicar na Europa informações que exaltassem as instituições políticas, jurídicas – então reformadas – sociais, culturais e naturais do Império. Desta forma acreditavam que seria possível convencer parte das pessoas que deixavam o velho mundo a escolher o país como seu novo lar. Integrantes da SCI, bem informados por periódicos nacionais e estrangeiros, foram capazes de perceber que a Europa vivia um período de instabilidade oriundo do aumento populacional e das transformações nas forças produtivas observadas no século anterior que obrigava cada vez mais trabalhadores rurais a deixar o campo. Esse processo somado à evolução nos hábitos de saúde e higiene, a proletarização do trabalho rural, a mercantilização das terras e ao conseqüente esfacelamento do modo de vida pré-capitalista das sociedades tradicionais gerou um acúmulo de trabalhadores pobres nas cidades. Essas pessoas seriam o principal foco da propaganda da Sociedade Central, pois, para a instituição já estariam à procura de um lugar que lhes proporcionasse melhores condições de vida. (CARREGA, 2016, p. 266 e 267).

Segundo Hall (1976, p.164) é “difícil concluir se os líderes da Sociedade realmente acreditavam ou não que as suas reformas eram requisitos *sine qua non* para uma imigração em massa”. De acordo com Stahl (2016, p.253), a direção da sociedade coube a intelectuais, profissionais públicos e negociantes envolvidos no comércio externo.

Sua direção coube a indivíduos de um novo seguimento social que se constituiu no interstício do esquema senhor versus escravo e teve como espaço privilegiado as cidades. Praticamente todos os líderes tinham filiação com a Europa, através de nascimento, família, educação ou negócios. Demonstraram ser uma nova força na vida brasileira: um grupo de classe média consciente de seus interesses próprios e donos de uma crítica coerente e cabal da sociedade tradicional brasileira. (STAHL, 2016, p. 254).

Gozando de extensa popularidade e certa importância, como citado por Hall (1976, p.148), os membros da SCI “chegaram a desenvolver uma crítica razoavelmente coerente da sociedade brasileira e um conjunto de noções sobre a maneira de como produzir mudanças na estrutura do país”.

Os líderes da Sociedade eram homens de certa importância e muitas das suas ideias gozavam de extensa popularidade. Uma análise da composição da organização, suas atividades e seu programa talvez ajude a sugerir algumas das características e limitações do liberalismo de classe-média dentro do contexto do Brasil nos últimos anos do século XIX. Os primeiros organizadores da Sociedade foram três destacados imigrantes alemães: Karl von Koseritz, jornalista e deputado provincial do Rio Grande do Sul, Hermann Blumenau, o fundador da colônia do mesmo nome em Santa Catarina, e Hugo Gruber, diretor do jornal Allgemeine Deutsche Zeitung do Rio de Janeiro. (HALL, 1976, P.148).

Ainda descrevendo os membros da Sociedade Central de Imigração, Hall (1976) cita que:

A Sociedade Central, foi, portanto, em geral, dirigida por indivíduos da nova classe média-alta urbana, sobretudo intelectuais, profissionais independentes com treinamento científico e técnico, altos funcionários públicos e negociantes envolvidos no comércio externo. Praticamente todos os líderes tinham filiação com a Europa, através de nascimento, família, educação ou negócios. Pela sua eloquência, autoconfiança e treinamento técnico, eles demonstraram ser uma nova força na vida brasileira: um grupo de classe média consciente de seus interesses próprios e donos de uma crítica coerente e cabal da sociedade tradicional brasileira. (HALL, 1976, p.153).

Lembremos que o pai de Tarquínio S.F. chegou ao Brasil, juntamente com a

corte de D. João VI e que este era um intelectual, tendo tido uma educação privilegiada. Possuidor, portanto, de algumas das características dos membros da SCI citadas por Hall (1976).

Os membros da SCI acreditavam que os problemas políticos e econômicos do Brasil eram decorrentes da baixa densidade demográfica, que gerava pouca demanda de mão de obra, agravados pela abolição da escravidão. Portanto, era essencial o investimento em propaganda externa, buscando atrair mão de obra imigrante. (CARREGA, 2016, p.266 e 267).

Era importante para a SCI que os imigrantes que chegassem tivessem condições reais desse desenvolvimento através exclusivamente de seu trabalho, assim defendiam que a propaganda externa fosse fiel e verdadeira, sem promover falsas esperanças a esses possíveis novos moradores. (...) a propaganda teria importância fundamental, pois teria como função promover as discussões necessárias aos interesses imigrantistas no primeiro caso e de exaltação do Brasil como um país em condições de garantir a ascensão social e o desenvolvimento material por meio do trabalho no segundo. Nesse sentido podemos refletir sobre a propaganda da SCI em duas frentes, uma interna e outra externa. A primeira, bem mais volumosa no boletim, se desenvolveu através da divulgação de informações que fornecessem o conhecimento a respeito dos benefícios que a imigração europeia traria para o Brasil. Já a externa buscava convencer trabalhadores rurais europeus que o país tinha condições de recebê-los e satisfazer os desejos de enriquecimento e desenvolvimento pessoal. (CARREGA, 2016, p.268).

A propaganda externa ainda teria o objetivo de agregar mais sócios à Sociedade Central de Imigração e assim aumentar sua receita financeira. Carrega (2016, p. 269) nos chama a atenção para que, mesmo após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1950) e da Lei Áurea (1888), permanecia uma mentalidade escravista no Brasil. Esse pensamento trazia dificuldades para que a SCI aumentasse seu quadro societário, uma vez que muitos dos senhores de terras não acreditavam que a vinda dos imigrantes poderia lhes propiciar ganhos financeiros:

Com influências liberais e iluministas, a SCI acreditava que a informação era a principal arma contra a ignorância, os preconceitos e as superstições que dominavam à consciência dos senhores de terras citados anteriormente. Consideravam o “obscurantismo” e o “nativismo” – classificação usada no boletim – responsáveis por desenvolver percepções errôneas sobre os estrangeiros e o trabalho livre. Ambos os termos eram referentes à falta de informações de estadistas e senhores de terras brasileiros, que não acreditavam nos benefícios que trabalhadores europeus trariam para o Brasil, nem que esses estrangeiros teriam intenções de permanecer no país. Assim, a SCI buscava, através do trabalho de propaganda interna, informar e educar as elites agrária e urbana nesse sentido. (CARREGA, 2016, p.270).

O objetivo da Sociedade Central de Imigração não era apenas o de garantir um fluxo migratório constante para o Brasil, mas o de modernizar o país através dele. Seus membros também tinham nos Estados Unidos, inspiração no que diz respeito à política imigrantista. Segunda Carrega (2016, p.275), “a política imigrantista norte-americana aparece em muitas ocasiões no periódico “A Imigração”, podendo ser apontada como a principal inspiração da Sociedade”.

Para a SCI o sistema de colonização norte-americano deveria servir como modelo para os brasileiros, pois assim o sucesso observado na América do Norte poderia ser repetido no Brasil. Um dos pilares do projeto estadunidense era para o Visconde de Taunay (1843 – 1899) a substituição gradual do latifúndio pela produção em pequena propriedade. Na “nova lei de terras”, publicada nos boletins 35, 36 e 37 entre julho e setembro de 1887, tinha como objetivo estimular os grandes proprietários a lotear e vender suas propriedades e ainda convencer o governo Central a lotear terras devolutas, principalmente terras incultas próximas a estradas de ferro já instaladas. Lembramos que a proposta da SCI visava transformar a terra em um atrativo para os imigrantes, por isso lutava para que os lotes e os preços estivessem de acordo com as aspirações dos estrangeiros, bem como os prazos para o pagamento, que deveriam ser estendidos de três para cinco anos. Defendiam ainda o fim da intervenção nas terras dos novos proprietários e que as punições por atrasos no pagamento fossem mais brandas, pois a vontade de trabalhar e quitar sua dívida seria da cultura do imigrante, logo, as preocupações não seriam necessárias. (CARREGA, 2016, p.276).

O fluxo migratório europeu ainda favoreceria o branqueamento da mão de obra das lavouras e por que não dizer da população brasileira, pensamento esse assimilado por alguns intelectuais brasileiros do século XIX. No exterior, a miscigenação era vista como intrínseca a degeneração racial e social.

Em busca da negação da ideia de inferioridade inata dos mestiços, a intelectualidade brasileira forjou uma conclusão otimista baseada na afirmação chave de que a miscigenação não produzia inevitavelmente “degenerados”, mas uma população branca, tanto cultural quanto fisicamente. A tese do branqueamento se apoiava na hipótese de que a mistura racial, da forma em que ocorria no Brasil, produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas. A imigração de europeus aparecia nesse contexto como veículo impulsionador do embranquecimento da nação, pois, constituindo uma “*raça mais forte*”, se imporiam no contexto racial brasileiro. (GIAROLA, 2011, p.75).

Além da propaganda externa, a SCI também promovia uma propaganda interna, tendo como destinatários os políticos brasileiros e os grandes fazendeiros,

que para a instituição estariam tomados por sentimentos preconceituosos dos períodos coloniais e resistindo às ideias do loteamento das terras e da limitação ao tamanho dos latifúndios.

O boletim *A Imigração*, publicado pela instituição, estava repleto de influências liberais que buscavam desenvolver as condições favoráveis para a produção econômica, o que levaria o país ao progresso. Tarquínio, chegou a escrever artigos para o boletim, que era publicado em forma de jornal, sendo as edições em sua maioria mensais. No total, foram publicados setenta e seis números, que procuraram debater temas referentes à imigração e à colonização. A publicação não efetuava oposição ao imperador, nem apoiava a fundação da república. Carrega, (2016, p.288) lembra que esse “pensamento liberal” possuía limites:

No entanto, não podemos mostrar a Sociedade Central como um grupo revolucionário, pois o seu liberalismo tinha limites como para a maior parte das elites brasileiras. Não defendiam assim um governo popular, nem a liberdade completa para que migrantes chegassem ao país, limitando sua preferência a famílias europeias e fazendo coro a posições preconceituosas em relação a não europeus, como os chineses e os sírio-libaneses, que tiveram algum destaque já na década de 1890. A conclusão parcial que fazemos a respeito da propaganda do boletim da Sociedade Central de Imigração é que faz parte do projeto imigrantista alternativo que previa aumentar e manter um fluxo migratório constante que por sua vez seria responsável pela criação e desenvolvimento da “grande nação brasileira”. O projeto levava em consideração que os imigrantes ideais para tal objetivo deveriam ser europeus, trabalhadores rurais e que escolhessem migrar com suas famílias. Estes deveriam ser convencidos de que aqui teriam segurança e as condições de progresso material e social garantidas. (CARREGA, 2016, p.288).

Analisando o papel desempenhado pela Sociedade Central de Imigração à época, percebemos que principalmente por ser não apenas sócio, mas diretor da SCI, que Tarquínio S.F. concordava com seus objetivos e ideias. Assim, ele era um liberal que desejava o progresso e o desenvolvimento político e econômico do Brasil, através da imigração de europeus para o país.

Como um dos objetivos da SCI era difundir a ideia de uma nação repleta de oportunidades, era imprescindível que o governo efetuasse investimentos na educação, principalmente no ensino profissional, buscando não só a qualificação dos estrangeiros que aqui adentravam, mas também demonstrando o avanço educacional do país se comparado ao já existente em países como os Estados Unidos.

Ha em nossa organização escolar um forte desequilíbrio. Todo o ensino das nossas escolas propõe-se exclusivamente a preparar as novas gerações para as funções. publicas, deixando em esquecimento as funções privadas; destina-se áquelles que têm de exercer funções uteis e necessarias sem duvida, porém menos productivas, economicamente fallando. O ensino, como se acha organizado, pode servir, apesar de seus defeitos, para. preparar o politico, o funcionario publico, o advogado, o militar, o medico, mas deixa em inteiro abandono os que têm de exercer as funções de commerciante, de agricultor e industrial. E' contra esta tendencia, que constitue uma clamorosa desigualdade, que reclamamos. Esta falsa direcção tem produzido e de futuro produzira as mais deploraveis consequencias. Para corrigir este exclusivismo dos estudos, apropriados sómente áquelles que se destinam ás carreiras officiaes, á vida das letras, contra o qual tão brilhantemente reclamaram na França Victor Cousin e SaintMarc-Girardin, e que pesa ainda inexoravelmente sobre a educação nacional como uma das causas de sua desorganização, vemos dois meios: a) Reforma do ensino secundario, creando-se a par do ensino secundario classico-litterario, o ensino intermedio-scientifico ; b) Creação de escolas technicas, commerciaes, agricolas e industriaes. Cada um destes pontos pede um exame mais demorado - estamos, como se costuma dizer, no amago da questão. (SOUZA FILHO, 1887, p.27 e 28).

Era necessária uma expansão ou porque não dizer, uma massificação da educação, fazendo com que esta fosse oferecida de uma forma mais ampla. No trecho abaixo extraído de seu livro, Tarquínio S.F. defende não só a amplitude educacional, mas também a pequena propriedade em contraposição aos latifundiários da época (pensamento esse defendido também pela SCI).

O ideal moderno em materia de ensino não é a concentração, mas a dispersão da luz intellectual por todas as camadas sociaes. Ao monopolio antigo, a aristocracia intellectual ele outrora, ao privilegio das castas e ao segredo das profissões ,o seculo XIX opõe a liberdade, a concorrência e a publicidade. Operou-se na ordem intellectual o mesmo phenomeno que na ordem economica, ou antes os seus phenomenos vão produzindo paralelamente. Ao antigo predominio das grandes propriedades, a preeminência da riqueza territorial, vai succedendo o regime da pequena propriedade e a supremacia da riqueza movei. A condensação de hontem cede o dominio a difusão de hoje: o bem estar intellectual e economico generalisam-se. (SOUZA FILHO, 1887, p.08).

Tarquínio S.F. se dedicou ao estudo e escrita do livro a respeito do ensino profissional, como uma forma de efetuar para a Sociedade Central de Imigração uma análise das condições do ensino técnico brasileiro daquela época. Também propôs, baseado em projetos internacionais, medidas para modernizar e tornar efetiva esta modalidade educacional. Assim como os demais membros da SCI, ele não tinha como objetivo o fim do império. Percebe-se em trechos da escrita de sua obra, o cuidado ao descrever a situação do ensino técnico no Brasil da época. Por mais que almejassem grandes reformas, ele evitava uma crítica efusiva ao que já se

encontra vigente.

O nosso ensino publico resente-se de uma tal anarchia, de um tal desequilibrio, e de uma falta de accôrdo com os interesses reaes do paiz e com o incessante desdobramento das suas forças individuaes e collectivas; que pôde-se affirmar sem exaggeração - ha um grande trabalho de renovação a fazer. Não queremos, porem ceder a uma tendencia, muito generalisada entre nós, e que se assignala pelo denegrir constante de tudo que é nosso, de toda as instituições patrias. Apontando os vicios, as lacunas e, as imperfeições do nosso ensino, nem por isso deixamos de reconhecer o que se tem feito, os melhoramentos introduzido e os esforços empregados para conseguir a sua elevação, collocando-o a par de outros paizes cultos. Temos feito alguma cousa, é certo: os orçamentos do Estado; das, provincias e de raros municipios têm dotado o ensino com mais largueza que outrora; as leis geraes e provinciaes e suas respectivas regulamentações têm procurado seguir as lições da sciencia e o exemplo dos povos cultos; temos alguns estabelecimentos de instrucção que nos honram, a iniciativa privada, individual e collectivamente, principia a mover-se, as questões de educação e ensino estão mais ou menos na tela da discussão; mas é força convir em que, tratando-se de objecto de tal transcendencia, tudo isto é pouco, muito pouco. Estamos ainda bem longe do ideal a realizar. Não seja, porém, isto motivo para desanimo. (SOUZA FILHO, 1887, p. 22 e 23).

Tarquínio de Souza Filho, também não faz menção à questão abolicionista, não sendo possível, pelos documentos pesquisados, tirar uma conclusão do pensamento do ele a esse respeito. Enfatizamos que entre os membros da SCI havia intelectuais favoráveis e contra a abolição da escravidão, conforme descrito por (Hall, 1976, p. 159 -162):

Existia, no entretanto, uma certa ambiguidade na posição da Sociedade que vinha do fato de que muitos, talvez a maioria dos seus membros, eram racistas fervorosos. Por exemplo, nunca ficou esclarecido se os líderes da Sociedade achavam que a estrutura social e economica que eles procuravam impor no Brasil fosse possível sem a importação de um grande número de agricultores europeus, ou não. (HALL, 1976, p.159).

Hall (1976) continua citando Koseritz para melhor ilustrar a fala racista de alguns dos membros da Sociedade Central de Imigração:

Não há dúvida que eles consideravam a sua própria população rural — altamente não-branca — com severas limitações, caracterizando-a, em várias ocasiões, como “indolente”, “caprichosa” e “inconstante”. Ainda segundo Koseritz, o nível de “energia e atividade” no Brasil era “frouxo”, e para corrigir esse problema ele precisava importar “raças fortes e vigorosas”. (HALL, 1976, p.159).

Havia, entretanto, membros da Sociedade, que contrários aos valores

conservadores pregados pela instituição, eram favoráveis à abolição da escravidão. Entretanto, esta postura não se deu de forma linear, como citado pelo próprio Hall (1976).

Apesar do fato de que uma parte importante da liderança abolicionista viera de formações urbanas da classe média, e de que diversas figuras da Sociedade Central eram abolicionistas ativos, a organização, em geral, procurou evitar essa questão. O seu lema era “abolição pela imigração” e mesmo o seu desejo de ver a grande propriedade em colapso foi insuficiente para que ela tomasse uma posição mais avançada sobre a questão abolicionista. Além disso, a existência da escravidão não era considerada como um sério obstáculo ao tipo de imigração que a Sociedade tinha em mente. Mais tarde veio-se a admitir que a organização “por muitos anos resistiu... com a maior serenidade aos arrastamentos do abolicionismo”, e somente nos fins de 1885 foi que a Sociedade tomou uma posição a favor da abolição contingente. (HALL, 1976, p.161).

Giarola (2011, p.112) nos lembra que as doutrinas raciais ganharam força na Europa do século XIX através de autores como Darwin, Spencer e Gobineau, sendo bem recebidas pelos intelectuais brasileiros.

A superioridade do imigrante branco europeu também foi dada pelas noções de civilização e progresso. Provavelmente sobre a influência do darwinismo social, os periódicos difundiam a concepção de que os países da Europa estariam em um patamar evolutivo mais avançado do que o Brasil. Deste modo, bastaria introduzir os imigrantes deste continente para que o país alcançasse o progresso e a civilização necessários para se chegar à modernidade. Também aí encontramos a inferiorização das demais possibilidades de mão-de-obra. O negro era bárbaro e só seria útil dentro do sistema escravista, regime mal visto aos olhos estrangeiros. Os chineses provinham de nações atrasadas, os índios estavam em estado de selvageria e os nacionais necessitavam se aperfeiçoar com os brancos. (GIAROLA, 2011, p.113).

Isso explica a dificuldade em “uniformizar” a posição dos membros da Sociedade Central de Imigração no que tange ao pensamento abolicionista e, portanto, concluir a posição adotada por Tarquínio S.F. à época. A mesma dificuldade é encontrada quando tentamos coligar a respeito do pensamento do ele sobre a monarquia. Embora teça severas críticas ao sistema educacional ofertado pelo Império, o que será melhor discutido no próximo tópico (4.3 desta pesquisa), seu pensamento não é efusivo quanto ao benefício que o fim do sistema imperial poderia trazer para o ensino profissional. Desta forma, não há como concluir a respeito da posição política adotada por Tarquínio S.F. no que concerne aos temas de abolição da escravidão e do término do sistema monárquico.

4.3- Análise das propostas e percepções de Tarquínio S.F.de Souza Filho a respeito do ensino técnico no Brasil império e sua importância para o desenvolvimento do país

Nas próximas linhas analisaremos a obra *O Ensino Technico no Brazil* de Tarquínio de Souza Filho, contextualizando sua forma de pensar e agir em relação ao ensino profissional durante o império brasileiro. Ela é composta por nove capítulos, sendo o último correspondente a bibliografia utilizada pelo autor.

No livro, Tarquínio S.F. defende a ideia da educação como base de um sistema democrático, citando que “O vento democrático sopra por toda a parte e envolve as sociedades modernas (SOUZA FILHO, 1887, p.14)”. Essa metáfora, diz muito a respeito dos momentos políticos e econômicos ocorridos na França e disseminados por outras nações naquela época, inclusive no Brasil. O pensamento francês pôde ser percebido em várias passagens da obra do ele.

Na França, a educação pública foi objeto de debate desde as Assembleias Constituintes, que antecederam a Revolução Francesa. Segundo Ressineti; Costa (2016), as propostas estavam imbuídas de ideais iluministas que atribuíam grande importância à divulgação do conhecimento científico para a consolidação da República. Conceito este, entendido como sinônimo de educação democrática, como bem demonstra o “*Rapport de Condorcet*”.

O “*Rapport et projet de décret sur l’organisation générale de l’instruction publique, présente à l’Assemblée Nationale, au nom du Comité d’Instruction Publique*”, de Condorcet, escrito em 1792, três anos após o desencadeamento da Revolução Francesa, pode ser considerado o material histórico que contém uma primeira sistematização sobre as bases para a elaboração de outros planos de educação francesa, e para outros países, sendo reconhecido como um projeto de educação democrático. (RESSINETI; COSTA, 2016, p.50).

As diretrizes educacionais, elaboradas durante e pós-Revolução Francesa, buscavam garantir a cidadania, como, por exemplo, no exercício por parte dos franceses de seus direitos e deveres, sua participação social como exercício das funções públicas e a constituição do sentimento de nação. (RESSINETI; COSTA, 2016, p.51). Mais uma vez, deixando intrínsecos os conceitos de educação e democracia.

O princípio liberal da educação como promotora da igualdade encontra suporte no pressuposto da mesma doutrina de que todos os indivíduos nascem iguais e cabe a cada pessoa desenvolver suas aptidões, sendo todos responsáveis individualmente pelo aproveitamento das oportunidades oferecidas pela sociedade, portanto, sujeitos de seus fracassos e sucessos, independentemente da conjuntura social, política, histórica e econômica. Enfim, o uso das aptidões dependeria do esforço pessoal de seu desenvolvimento e das oportunidades oferecidas, de modo que as desigualdades aparecem como consequências naturais de como cada indivíduo. (RESSINETI; COSTA, 2016, p.52).

É esse contexto de democracia, atrelado ao conceito de igualdade de oportunidades, que Tarquínio S.F. traz em seu livro. No primeiro capítulo, intitulado *O problema do ensino em nosso século* ele abre o manuscrito citando os diversos paradoxos existentes à época: questões internas e externas, naturalismo ²⁶ e supernaturalismo²⁷, dentre outros. Ele cita que a democracia era algo inevitável para as nações, sendo utopia acreditar que se poderia adiá-la: “Uma grande renovação tem se operado em todas as relações de vida. A conquista da democracia é quase um fato consumado”. (p.14) “. O caminho a ser adotado, era o de preparar os povos para sua chegada.

Si, pois, é certo que a democracia ganha terreno por toda a parte e é vencedora em todos os arraiaes, pensar em embaraçar-lhe a marcha triumphal é utopia, é contrasenso, é querer debater-se contra o impossível. O meio adequado de evitar-lhe os inconvenientes e os perigos, de torna-la fecunda em resultados benéficos, de impedir que degenera em demagogia ou socialismo, é dirigir-lhe os movimentos, moderar-lhe o impulso, esclarecer-lhe a acção pela difusão das luzes, pela propagação do ensino. (SOUZA FILHO, 1887, p.14).

E continua discorrendo que a educação era a base de um regime democrático:

O regime democrático em qualquer de suas formas, o self-government em qualquer de suas manifestações, chama-se república ou monarquia representativa, é impossível, não pode funcionar regularmente sem que o povo, base em que ele se funda, fonte em que se retempera, seja instruído e moralizado - duas causas que consegue pelo ensino e pela educação. (SOUZA FILHO, 1887, p.16)

Para escrever *O Ensino Technico no Brazil*, Tarquínio de Souza Filho,

²⁶O naturalismo frequentemente implica um compromisso epistemológico com o empirismo e contra o racionalismo, embora isto não seja sempre exclusivamente assim; em outros casos, ele pode envolver mais estritamente uma elevação de, e uma confiança no método científico, e seu mundo objeto da natureza. (LAMBERTH, 2001, p.88).

²⁷ Supernaturalismo seria o que ignora a ciência e suas realizações. O mundo moral dado na consciência moral prova que o naturalismo metodológico é falso. (SCHONECKER, 2012, p.144).

pesquisou a situação educacional em vários países que já possuíam um sistema democrático em curso ou já instalado. Através desse estudo, ele compreendeu os avanços do ensino profissional em países europeus, asiáticos e americanos, tendo-os como referência para a propositura de ideais para o avanço do ensino técnico brasileiro. Isso fica claro, no capítulo VI do livro, totalmente dedicado ao ensino técnico no estrangeiro.

Não temos a pretensão de oferecer um quadro completo de toda a organização do ensino technico, nos paizes estrangeiros. Visamos apenas tornar salientes alguns factos e mais conhecida algumas instituições, que neste ramo de instrucção publica mais impressão deixaram em nosso espirito. O estudo de todas as escolas e institutos technicos seria empreendimento superior ao objectivo que temos em mira. Este ligeiro esboço servirá apenas para mostrar o grande interesse que nos outros paizes civilizados se tem ligado a este assumpto, que preoccupa o espirito publico e continua na ordem do dia. No Congresso Internacional do Ensino, celebrado em Bruxellas em 1880, foi elle objecto de larga discussão e desenvolvidos pareceres. Na Exposição Internacional de Educação e Hygiene de Londres, em 1884, foi o thema de diversas conferencias, em que os mais competentes oradores occuparam-se successivamente do ensino dos officios nas escolas de menino, do ensino elementar do commercio, das escolas technica e de aprendizado, de todas as materias, enfim, attinentes technical education. (SOUZA FILHO, 1887, p.107).

Tarquínio S.F. fez um levantamento dos modelos educacionais em curso, da história evolutiva do ensino em cada um dos países. Estudou os entraves e como a educação foi impulsionadora do desenvolvimento, alcance e manutenção do “*status*” democrático. Observou que nesses países, havia um entendimento de que a educação era algo prioritário e, portanto, merecia ser tratada como tal. Segundo o autor, “todas as nações cultas tem considerado a instrução do povo como a questão mais urgente, a questão capital da atualidade” (p.105).

Ele teceu uma escrita de cunho científico, norteadas de informações obtidas por dados de congressos e publicações de autores estrangeiros, como aqueles utilizados por Celestin Hippeau. Sua escrita, embora tenha um caráter crítico e consciente da real situação do ensino profissional brasileiro, tem em vista demonstrar, por meio de levantamentos documentais, a situação da educação naquele momento do país, apontando o “atraso” que nos encontrávamos se comparado a nações estrangeiras.

O autor brasileiro tem seu discurso de transformação econômica e política através do desenvolvimento educacional, consubstanciado pelo pensamento vigente, à época da escrita do livro *O Ensino Technico no Brazil*. Gondra; Schueler (2008,

p.69) citam; que, para as elites dirigentes do Império, os ideais e os discursos em prol da civilização tornaram-se fundamento para uma série de projetos políticos e medidas administrativas que nortearam a constituição do Estado nacional. Buscava-se legitimar ações que eram tidas como formas de superação para os problemas nacionais, sendo essa a ideologia entre os grupos que se preocupavam com a difusão de práticas de educação, como o ensino e a formação profissional. Para os intelectuais contemporâneos que compartilhavam os ideais de civilização, era urgente para o Império do Brasil, educar e instruir a população.

Enquanto produto encomendado pela Sociedade Central de Imigração, cabia a Tarquínio S.F. “entregar”, com seu livro, propostas que tornassem o ensino profissional brasileiro mais atrativo para os estrangeiros. Precisamos lembrar que, entre os objetivos da SCI, a qual ele era diretor, estava o incentivo da vinda dos imigrantes europeus, que aqui pretendessem constituir “raízes” e que já tivessem um certo poder econômico suficiente para custeio da viagem. Esse perfil de “imigrante desejado” forçava o Brasil a demonstrar que era uma terra, senão de mais possibilidades, ao menos dotada do mínimo educacional que esses trabalhadores europeus já dispunham em seu país natal.

Mas a vinda dos imigrantes europeus, poderia trazer, na análise do ele, um problema vivenciado por nações estrangeiras. Em alguns destes países havia ocorrido, movimentos revolucionários que contestaram o governo vigente. Pelos textos, podemos perceber a compreensão de Tarquínio S.F. a respeito desses momentos ideológicos vivenciados à época com contradições e ideais conflitantes: “A sociedade moderna está trabalhada pela luta dos elementos diversos, das questões múltiplas e das tendências opostas, que se agitam e se movem em seu vasto seio (SOUZA FILHO, 1887, p.05) ”.

O Brasil do final do século XIX vivenciava clamores para a instalação da república e para o término da monarquia. Embora Tarquínio, não considerasse o regime monárquico vigente, como empecilho para o desenvolvimento do ensino profissional e da educação em sua totalidade, ele temia os movimentos revolucionários, e considerava que o Brasil deveria evitá-los. ele pensava que a difusão da educação poderia evitar seu “afloramento” e a “manipulação” da população. Manipulação, aqui compreendida como uma forte adesão as propostas dos grupos insurgentes por parte do povo.

Como poderá o homem ignorante recriar e exercer devidamente os seus direitos políticos? Chamado a intervir na gestão dos negocios de seu paiz, a tomar parte na responsabilidade commum da collectividade, como poderá fazel-o com segurança e acerto, sem ser victima de suas proprias paixões, exploradas pelo agitador revolucionario ou pelo charlatão politico? (SOUZA FILHO, 1887, p.15).

Sem educação e mal instruída, Tarquínio S.F. entendia que a população poderia facilmente aderir a propostas das quais sequer tinha conhecimento da amplitude. Além de ter na educação uma forma de controle de protestos violentos, ele a tinha como manutenção da moral. Assim como seus colegas pertencentes a SCI, ele desejava que a sucessão da pequena propriedade em detrimento das grandes, a formação de profissionais que atendessem a incipiente indústria daquele período, se dessem por uma compreensão de sua importância pela elite governamental e não via processos revolucionários, que poderiam trazer resultados diversos.

Tarquínio de Souza Filho (1887, p. 06 - 13) cita que todos os “temores e esperanças”, em todos os “assuntos que impressionam o espírito público” estão intrínsecos a questão da educação. A instrução das novas gerações que se dedicavam as carreiras profissionais, era a grande preocupação dos governos ocidentais. A educação funcionaria como “barreira às comoções violentas que agitam os povos”.

Investir no sistema educacional brasileiro poderia evitar a propagação de movimentos revolucionários e para o sistema imperial, a manutenção do “*status quo*”. A ideia era a de que “educando” os brasileiros a respeito da importância do ensino profissional para o desenvolvimento industrial do país e demonstrando os avanços e as dificuldades, bem como as propostas para sua melhoria e implementação, pudesse, de certa maneira, evitar a insurgência de movimentos revolucionários, como experimentados pelos países europeus, principalmente a França.

O Segundo Reinado teve esta dupla fonte: a experiência nacional e o repertório político-intelectual europeu. Dosava os valores universais vindos do mundo europeu civilizado e a realidade nacional a civilizar. O modelo de suas instituições políticas deve à pedagogia legada pelas convulsões europeias e regenciais: a liberdade dependia da ordem. Mais que copiar os europeus, a elite imperial se esforçou em evitar a maior de suas desgraças: a revolução. Este caráter pragmático e moderado da elite imperial deu conteúdo novo ao repertório europeu. A experiência brasileira particularizou os esquemas mentais estrangeiros. (ALONSO, 2002, p.56).

Por isso, havia um “cuidado” nas proposições para melhoria do sistema educacional. A Sociedade Central de Imigração, ao encomendar o trabalho, não desejava ter em mãos um documento para incentivo ao levante popular brasileiro. Ela, tão somente, queria demonstrar ao governo, com base em um estudo comparativo, o quanto se estava “perdendo” pela falta de investimentos no ensino, especificamente o profissional.

Outro detalhe, que não podemos deixar de mencionar, é que no século XIX havia, por parte do governo e da elite local, a compreensão de que a educação serviria como uma forma de combate à “pobreza” e à “mendicância”. Difunde-se a ideia de que “a educação das classes populares seria um poderoso instrumento de regeneração social”. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.75)

Além disso, a proposta de um ensino profissional abrangente, abarcando as massas populares, serviria de acordo com Cunha (2005, p.157) como um modo de moralizá-las e de desenvolver a produção para transformar a sociedade. Este foi o “núcleo de todo o pensamento elaborado no Brasil imperial sobre o assunto”. (CUNHA, 2005, p.157).

Segundo Tarquínio de Souza Filho, as consequências políticas e sociais da educação popular fariam surgir um regime de igualdade e de oportunidades. Para ele, nos regimes livres e democráticos o ensino seria uma condição essencial de força, de progresso e estabilidade social. A concessão de liberdade política, sem o contrapeso da instrução, seria como “lançar no espaço livre uma máquina a vapor sem aparelhos reguladores”. Sem o ensino, o homem seria um ignorante, impossibilitado do exercício de seus direitos políticos, sem condições de intervir na gestão econômica de seu país ou assumir as responsabilidades demandadas pela coletividade.

As pessoas melhores instruídas, que tomassem a ciência e a arte por auxiliares, seriam as vencedoras. Para ele, a importância do ensino é tão grande, que gerações futuras lembrariam daquele século devido às proposições para a educação. Esse apontamento de educação como sinônimo de progresso, de inovação e modernismo, realizado por Tarquínio S.F. para justificar a necessidade do investimento público, advém do período vivenciado por ele. Lima (2019, p.231) cita que após a Independência de nosso país e a abdicação de D. Pedro I, ocorre no Brasil a busca pela construção de uma identidade nacional, que almejava assegurar “a unidade territorial e a preservação das riquezas e potencialidades naturais de

todo o território”. Essa identidade nacional, seria construída na “autoimagem do europeu”.

A concepção de sujeito civilizado aos moldes da Europa é tomada como um programa de reforma que iria culminar, no século XIX, na autoimagem dos países europeus em relação a outras sociedades, que lhes cabia civilizar. As elites políticas e intelectuais brasileiras, em geral, ao apropriarem-se do termo civilização, ao longo do século XIX, não o tomaram para se referir a uma nação, mas como forma de produzir a sua autoimagem. Na tradição intelectual brasileira do século XIX e início do século XX, a representação de um Brasil não se fez com base no conceito de uma nação civilizada que se auto reconhece como tal, mas constituiu-se pela permanente dúvida em relação às condições de possibilidade de tornarem seus habitantes civilizados. (VEIGA, 2001, *apud*, LIMA, 2019, p. 332).

As citações, referências, e menções de Tarquínio S.F. ao modelo educacional europeu, eram vistas naquele período como sinônimo de civilização a ser copiada. Como um modelo de modernidade, ao qual o Brasil precisava estar inserido no século XX. Os avanços científicos e educacionais se dariam, ao cumprir etapas sucessivas, sendo que o progresso estaria ligado a ideia de processo civilizatório, como lembrado por Lima (2019, p.340): “o conceito de civilização está posto de maneira valorativa, ligado ao progresso social, ao desenvolvimento da tecnologia e ao crescimento do conjunto de informação científicas no geral”.

Para Tarquínio S.F., somente pela educação, o Brasil conseguiria caminhar na direção do progresso. Não qualquer sistema educacional, mas um que fosse público, com maior amplitude, não se restringindo as classes sociais mais favorecidas.

A todos os espíritos quer o nosso século esclarecer, instruir e moralizar; popularizando a ciência, divulgando os conhecimentos uteis, propagando o ensino em todos os seus grãos, criando escolas superiores, secundárias, intermediárias, técnicas e primárias por toda a parte, aperfeiçoando os sistemas, os métodos, os processos de ensino, e fazendo da pedagogia, outrora escarnecida e avultada, uma ciência e uma arte das mais elevadas e mais nobres na genealogia dos conhecimentos humanos. (...) O ideal moderno em matéria de ensino não é a concentração, mas a dispersão da luz intelectual por todas as camadas sociais. (SOUZA FILHO, 1887, p.06, 07 e 08)

Tarquínio S.F. segue em seu discurso, a tendência de pensamento que vinha acontecendo no século XIX, quando há uma ênfase no cientificismo, influenciado pelo Iluminismo que ocorreu no século anterior, marcadamente nos intelectuais europeus, como Celestin Hippeau. Busca-se um ensino que atendesse a vida prática

e as demandas sociais, sendo o modelo francês o ideal a ser seguido.

A escola brasileira moderna, reflexo do modelo de ensino francês, deveria ser espelhada nas civilizações que fossem consideradas desenvolvidas e detentoras de riqueza. O ensino secundário no país, sobretudo no que se refere ao ensino voltado para a elite brasileira, deveria buscar formas que promovessem a alusão do conhecimento, a metodologias que, conseqüentemente, atendessem na vida prática a demanda social que fosse ao encontro dos interesses do governo. (LIMA, 2019, p. 342).

Tarquínio S.F. cita que essa educação prática, adaptada para o atendimento das necessidades da sociedade, e aqui enfatizamos a preocupação do autor com uma futura demanda da indústria incipiente:

Para dar satisfação às novas necessidades intelectuais, que se manifestam no seio das sociedades constituídas como aquela em que vivemos, para atender aos reclamos das camadas sociais que se vão formando e que exigem uma instrução bem dirigida, prática e aproveitável à vida, cedendo à corrente atual da civilização, cuja feição predominante é a indústria, é preciso reorganizar o nosso ensino fundando escolas técnicas no principal centro do país. (SOUZA FILHO, 1887, p.47).

No entanto, essa educação prática, entendida como o ensino manual ou o ensino técnico ainda enfrentava dificuldades para sua difusão. Recordemos que por volta de 1860, o ensino técnico (agrícola, comercial e industrial) se restringia a ensaios e tentativas malsucedidas. As escolas de ensino profissional não obtiveram sucesso por escassez de recursos, falta de organização e presença de alunos - lembremos o conceito negativo atrelado ao trabalho manual. Por mais que esforços fossem empreendidos, havia uma resistência a consolidação do ensino profissional.

Em 1882, Rui Barbosa, propôs a instalação de seis novos cursos técnicos no Colégio Pedro II, sendo, finanças, comércio, agrimensura e direção agrícolas, maquinistas, industrial e de relojoaria e instrumentos de precisão. (Peres, 2005). A proposta foi inovadora e fadada ao fracasso, uma vez que tínhamos um país agrário, monocultor e ainda escravocrata.

No Império, dadas as características econômicas, sociais e culturais da sociedade, o trabalho manual e mecânico era desprestigiado, sendo exercido por humildes artesãos e por escravos. Daí o número reduzido de alunos - um pouco mais de uma centena em 1864 -, esparsos por pequenas escolas comerciais e agrícolas. (PERES, 2005)

Os dados de matrículas em cursos profissionalizantes de ensino superior e

secundário mostravam a distância que separava a elite, com suas profissões liberais, e o povo, com o trabalho manual e mecânico.²⁸ Em seu livro, Tarquínio S.F. está sempre enfatizando a importância do ensino profissional para o desenvolvimento econômico do país, além de explanar a respeito da relevância da educação para o progresso brasileiro. Esse era seu principal argumento, na tentativa de transpor a resistência ao trabalho manual e, por conseguinte ao ensino técnico no Brasil. Por isso, ele visa associar a educação profissional a ideia de progresso e desenvolvimento do país. Seria uma nova ordem econômica global, sustentada, sobretudo, pela ciência e pela técnica. O Brasil passaria a estar em situação de desenvolvimento educacional semelhante ao já existente nos países europeus.

Esse, contudo, não era um pensamento criado pela intelectualidade brasileira. Eles “importaram” essa ideologia, adaptando-o em certas situações. Portanto, quando Tarquínio S.F. discorre que o ensino profissional alçaria o Brasil ao progresso experimentado por outros países, precisamos entender que naquele momento, essa era uma ideia, como já dito, compartilhada por tantos outros pensadores estrangeiros como Celestin Hippeau e Antônio da Costa de Sousa de Macedo, e apropriada por ele, com as devidas adaptações.

Nos temas, esta elite andava sempre perto do que corria nos parlamentos europeus. A par do que se passava na política externa, muito atenta particularmente à França e à Inglaterra, seus parâmetros de civilização. (ALONSO, 2002, p.54)

Por acreditar nessa proposição, pela preocupação com o papel pouco relevante desempenhado pela educação profissional no Império, além de prever que o Brasil só conseguiria um papel mundial de destaque através do investimento na

²⁸Em um significativo contraste revelado pelas estatísticas, naquele mesmo ano, havia 8.600 alunos matriculados em aulas e estabelecimentos de instrução secundária, pretendendo acesso às escolas superiores e, por conseguinte, às profissões liberais. Essa clientela procedia do patriciado rural e da pequena burguesia que procurava ascender às camadas superiores. O ideal aristocrático de educação, sendo o título de doutor um critério decisivo de classificação social, respondia pelas matrículas nos cursos superiores: no decênio de 1855-64, nas duas Faculdades de Direito, a matrícula chegava a 8.036 alunos; nas duas Faculdades de Medicina, havia um total de 2.682 alunos matriculados (fora os 533 dos cursos farmacêuticos). Em 1864, a matrícula no ensino superior apresentava a seguinte quantidade de alunos: 826 nas Faculdades de Direito; 294 nas de Medicina; 154 na Escola Central; 109 na Escola Militar e de Aplicação. (A Escola Militar, novo nome da antiga Real Academia Militar, desdobrava-se nestas duas últimas escolas). Em 1867, segundo os cálculos de Liberato Barroso, cerca de 107.500 era o total de matrícula geral nas escolas primárias em todas as províncias, para uma população livre de 8.830.000. Aproximadamente, dos 1.200.000 indivíduos em idade escolar, apenas 120 mil recebiam instrução primária, ou seja, a décima parte da população, ou ainda um indivíduo por 80 habitantes. (PERES, 2005).

educação, Tarquínio S.F. propõe a criação de escolas técnicas. O objetivo era educar classes laboriosas, e, concomitantemente, enaltecer as carreiras profissionais. Segundo ele, isso ainda engrandeceria as atividades laborais olhadas com desprezo no período escravocrata. (Silva, 2014).

A solução de Souza Filho para mudar essa realidade, abrindo margem a todas as aspirações, era propagar o ensino técnico, difundindo-o pelo povo. Para ele, a pobreza, quando não um vício, poderia ser vencida pelo trabalho e pela aquisição de conhecimentos. Em outros termos, o autor acreditava que a igualdade social poderia ser alcançada pela instrução. (SILVA, 2014, p.11)

Nas últimas páginas do primeiro capítulo, de seu livro, Tarquínio S.F. encerra com as seguintes perguntas: “(...) o que tem feito o Brasil para acompanhar esta corrente civilizadora? Que reformas tem introduzido no seu sistema de ensino, no intuito de satisfazer as urgências do presente e acautelar o futuro?

Nos capítulos II, III e IV, intitulados respectivamente *O ensino público no Brasil*, *Reforma do ensino secundário* e *Necessidade de organização do ensino técnico no Brasil*, ele tenta responder às indagações. Tarquínio S.F. discorre que a educação e o desenvolvimento econômico e político possuem uma simbiosidade. O progresso social, as transformações políticas e econômicas do país dependeriam de reformas a serem implementadas nos métodos de ensino, devendo estes serem adaptados às peculiaridades locais: “Procuremos fazer uma feliz adaptação, imitando criteriosamente o que sobre este assumpto se tem praticado em outros paizes. (SOUZA FILHO, 1887, p. 37) ”.

E continua nas páginas seguintes: “Procuremos imitar tão bellos exemplos, copiar tão perfeitos originaes, accommodando-os à nossa situação (Souza, 1887, p. 41). Para Hall (1976) a Sociedade Central de Imigração desejava a expansão das escolas técnicas com a criação de inúmeras novas instituições dedicadas ao treinamento de indivíduos para o trabalho na agricultura, na indústria e no comércio. Os traços particulares da organização e do currículo das escolas, que estão descritos na obra de Tarquínio, “ilustram mais que qualquer outra coisa a predileção da Sociedade de imitar formas europeias sem a mínima crítica (HALL, 1976, p. 163) ”.

Reforçamos que Tarquínio de Souza Filho (1887), em suas proposituras de melhorias para o ensino profissional no Brasil, buscou inspirações em países como a França, citando que estes a muito compreenderam “a necessidade de dar satisfação

as exigências dos novos interesses creados pela civilização moderna”. Para o autor, havia uma grande carência quando se comparava o ensino profissional no Brasil em relação ao dos países europeus.

Escolas industriaes, escolas agricolas, escolas commerciaes, cursos profissionaes, institutos technicos, e outras instituições congeneres que existem e florescem na França, na Allemanha, na Belgica, na Italia, na Suissa, nos Estados-Unidos e até na Australia, tudo nos falta, tudo está entre nós por fazer. (SOUZA FILHO, 1887, p.42).

Rosa (2012, p. 15) cita que a Europa ocidental, durante o século XIX, foi o principal centro produtor e irradiador do pensamento e do conhecimento científicos e de sua aplicação em prol da Humanidade. O reconhecimento de uma metodologia, e de seus procedimentos, para o avanço do conhecimento, e a estreita e inovadora vinculação da ciência com a técnica, foram na segunda metade do século XIX responsáveis por um surto tecnológico e por profundas mudanças ocorridas na sociedade mundial nesse período.

As realizações decorrentes destas transformações foram admiradas por outras nações e, gradualmente, foram difundidas suas culturas aos povos dos demais continentes, dependentes, em escalas diferentes, do grande poder político, econômico e militar das potências europeias. Essa disseminação ocorreu através da importação por outros povos, inaugurando um novo processo: “os padrões europeus seriam exportados por meio da prática do colonialismo ostensivo ou de uma influência sutil, encoberta pela expansão comercial e creditícia”. (LIMA, 2012, p.16).

No caso do Brasil Império, isso não foi diferente, tendo o país importado várias ideologias e pensamentos da cultura ocidental europeia no século XIX. Cabe, no entanto, uma ressalva feita por Alonso (2002, p. 39). Os argumentos e conceitos de teorias estrangeiras importados foram cuidadosamente selecionados pelos intelectuais brasileiros do final do século XIX. Eles sofreram um processo de triagem, ou por não dizer uma “adaptação”, havendo critérios para tal seleção: “Os agentes elegeram um conjunto de teorias e noções por razões práticas: estavam em busca de subsídios para compreender a situação que vivenciavam e para desvendar linhas mais eficazes de ação política”.

O que se aplica perfeitamente a Tarquínio S. F., que embora cite o modelo educacional francês como modelo a ser seguido, enfatiza que o mesmo modelo, como já explanado anteriormente, deveria ser utilizado como forma de “educar o

povo contra movimentos revolucionários”. Havia “um cuidado” quanto ao que se desejava propagar como exemplo de cultura europeia em território brasileiro.

Ainda nos capítulos II, III e IV de sua obra, ele também menciona as transformações econômicas e políticas vividas no período pela sociedade imperial brasileira, que, portanto, demandariam uma reforma no sistema educacional e uma implementação do ensino profissional: empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais estavam se desenvolvendo prodigiosamente, tendo a oferta de crédito se multiplicado. O que determinaria o futuro do Brasil, se de sucesso ou fracasso, dependeria da solução das questões do ensino para as gerações futuras e da época. O autor cita que a ciência²⁹ também experimentava um avanço com o desenvolvimento de agentes físicos e químicos, tendo as distâncias entre os povos diminuído graças a eletricidade e a máquina a vapor.

Para Alonso (2002, p. 41), aquele foi um momento de profunda mudança estrutural. Os fundamentos coloniais da formação social brasileira, o patrimonialismo estatal e o regime de trabalho daquele período davam sinais de desagregação. Estava em jogo a definição do tipo de democracia que seria adotado no país e como este lidaria com o “*ancient régime*”. Havia entre a elite o auspicioso pensamento da necessidade de reformas econômicas e políticas em contraponto ao temeroso medo do abalo das instituições políticas e de ordem social.

²⁹ As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX foram conhecidas como o período da “Ilustração Brasileira”, no dizer de Roque Spencer Maciel de Barros. É um período em que o contato com a Europa, particularmente com a França, é intenso, e de lá vêm as ideias de evolução, o darwinismo biológico e social, o positivismo e o materialismo filosófico e político. Estas ideias encontram eco nas elites políticas, culturais e intelectuais do país, cada qual escolhendo os aspectos que mais lhe são próximos. O positivismo reina no meio militar, e o próprio imperador é entusiasta e propagandista das novas tecnologias. É da França e da Alemanha que chegam, muitas vezes com atraso e distorcidos, os modelos intelectuais e institucionais adotados no Brasil. Ainda no século XIX, Pasteur havia inaugurado a microbiologia, com profundas implicações no campo da medicina. Na última década do século, Mendel é redescoberto, e os estudos de genética adquirem um impulso cada vez mais forte a partir dos estudos de Morgan sobre a hereditariedade das drosófilas. A bioquímica começa a se desenvolver, com a utilização das enzimas na condução das reações, e mais tarde com a descoberta da fotossíntese por Wilstater; Pavlov lança a teoria dos reflexos condicionados, enquanto Sigmund Freud publica a “*Interpretação dos Sonhos*”. Mas, na realidade, o grande modelo era a Alemanha. Era ali que havia sido criado um sistema universitário que unia o ensino a pesquisa, simbolizado pela química, como grande atividade científica, universitária e industrial daquele país. É nestes países, particularmente na França, que vão estudar nossas elites intelectuais. É destes países, particularmente da Alemanha, que vem um grande contingente de cientistas e pesquisadores assumir a liderança de muitas de nossas instituições de pesquisa. O positivismo, ao dar valor à ciência e combater a visão especulativa e contemplativa da realidade, abria o país para as novas técnicas e os novos conhecimentos que já há tanto tempo dominavam o panorama intelectual da Europa. Não há mais lugar para a indagação, para a dúvida, para a experimentação. O que existe são certezas dos que conhecem a verdade. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 138-140).

Na verdade, uma mudança socioeconômica profunda, em curso desde o fim do tráfico negreiro, vinha alterando a lógica de distribuição de recursos econômicos - bem como a capacidade de manipulá-los. A crise política e a modernização conservadora acentuaram estes efeitos. Para tomar o caso essencial, o esgotamento da economia nucleada no latifúndio escravista dos engenhos de açúcar do Norte e da lavoura do Vale do Paraíba produzia a bancarrota de famílias tradicionais. Ao mesmo tempo vinha surgindo uma nova camada social, acoplada às atividades econômicas emergentes com o café do Oeste Paulista. (ALONSO, 2002, p.99).

As poucas instituições existentes à época eram, segundo o escritor, frutos de tentativas patrióticas, profundamente humanitárias, com esforços isolados, porém insuficientes. Para prosperar, necessitavam de um centro de apoio, de uma unidade de pensamento, de organização e de investimento por parte do governo. No entanto, embora teça críticas ao governo, em nenhum momento de seu livro, Tarquínio S.F. faz menção ao desejo pelo fim do sistema imperial para que se atinja os objetivos propostos. Em alguns momentos ele chega a dizer que não se pode desprezar os avanços ocorridos até aquele momento. Essa estratégia política é uma questão destacada por Alonso (2002).

A proximidade com o mundo da Corte, não obstante, explica o gênero de estratégia política que adotaram. Na maior parte do tempo, seus métodos foram mais conciliadores que radicais, recorrendo a conferências, publicações de opúsculos, jornais e propaganda junto à elite política dentro do próprio parlamento. (ALONSO, 2002, p.119).

Segundo Cunha (2005), durante o período imperial brasileiro, as elites intelectuais passaram a compreender que a abolição da escravatura serviria para maximizar o rendimento do capital investido pela elite dominante. Além de prevenir as lutas de classes, como as ocorridas na Europa, via uma adequada formação da consciência dos trabalhadores e pela incorporação do maior número de indivíduos a força de trabalho explorável.

A necessidade de não só libertar os escravos como, também, de educá-los para serem livres, ou melhor, para aceitarem as relações capitalistas de produção foi, então, antecipada pelos intelectuais do Império brasileiro, principalmente a partir de 1870. Educados na Europa, ou mesmo no Brasil, mas com professores e/ou livros europeus, principalmente franceses, as elites intelectuais tendiam a traduzir os problemas do país, isto é, os problemas das próprias classes a que se referiam segundo os termos das equações armadas para a resolução dos conflitos lá emergidos. Mesmo que os tipos e as intensidades das lutas de classes no Brasil não correspondessem, naquele momento, as dos "países civilizados", os intelectuais brasileiros anteviam os perigos que brotariam, inevitavelmente, no caminho para a civilização. Se o destino que atribuíam ao Brasil era o

de se tornar um país civilizado, na mesma posição das "nações cultas", era preciso se preparar para enfrentar os problemas do progresso. (CUNHA, 2005, p. 154).

Tarquínio S.F. dedica o capítulo V - *Escolas technicas em nosso paiz* e o capítulo VII - *Organisação do ensino technico nacional* para proceder a uma análise profunda do ensino profissional brasileiro. O autor cita que faltava uma organização do ensino técnico, um melhor aproveitamento vocacional dos estudantes, havendo por parte do governo um abandono dos cursos profissionais.

O meio que se offerece, como um dos mais proveitosos, para conseguirmos a nossa independencia economica, a organização do ensino Industrial, tem sido até hoje abandonado, e um grande numero de vocações e actividades, que seriam melhor aproveitadas na vida do trabalho, ficam assim inertes ou são desviadas do verdadeiro objetivo. (SOUZA FILHO, 1887.p.71).

Para corroborar suas afirmações da pouca preocupação governamental como ensino profissional, Tarquínio S.F.faz um levantamento do orçamento destinados para os variados ramos de ensino da época e do quantitativo de estabelecimentos profissionais existentes. Ele cita que, segundo dados da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, os institutos de ensino profissional eram apenas sete, em 1883, frequentados por cerca de 352 alunos. (SOUZA FILHO, p.73).

Figura 2: Recursos destinados aos estabelecimentos de ensino profissional pelo Império Brasileiro em 1883

Asylo de Meninos Desvalidos.....	116:580\$000
Lycêo de Artes e Officios da Côrte.....	70:000\$000
Instituto Fluminense de Agricultura....	48:000\$000
Instituto Bahiano de Agricultura.....	20:000\$000
Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.....	6:000\$000
Asylo Agricola Santa Isabel.....	10:000\$000
Colonia Orphanologica Isabel.....	50:000\$000
Auxilios para escolas praticas de agricultura.....	20:000\$000

Fonte: Livro O Ensino Technico no Brazil - p. 73”.

Ao mesmo tempo, Tarquínio S.F.(1887) cita exemplos de ações bem-sucedidas realizadas pelo imperador D. Pedro II, como as escolas oficinas, existentes na Imperial Quinta da Boa Vista e na Fazenda Santa Cruz, inauguradas em 17 de

janeiro de 1882 e 4 de setembro de 1885 respectivamente. Para ele, elas seriam modelos a serem seguidas.

A fundação destas escolas-modelos são verdadeiros padrões de glória, que a todo tempo atestarão à posteridade, a. solicitude com que o Monarca Brasileiro, no desempenho de sua difícil missão, soube cumprir o seu dever, dando-lhe a mais ampla interpretação. (SOUZA FILHO, 1887, p.48).

Além destas, ele também cita os institutos agrícolas criados nas províncias e na capital do Império, sendo o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e o Imperial Instituto Baiano de Agricultura. O primeiro era responsável pela conservação e melhoramento do Jardim Botânico e da Fazenda Normal, tendo dele sido criado, segundo ele, o “modesto” Asilo Agrícola³⁰, que possuía semelhanças como os existentes na Suíça. O Asilo era responsável pela instrução profissional agrícola dos “meninos desvalidos”. Para ele, o estabelecimento precisava de mais meios de ação e liberdade de movimento.

O Asilo Agrícola inspirou a criação do Asilo de Meninos Desvalidos, estabelecimento que Tarquínio S.F. chegou a visitar *“in lócus”* para verificar como estava o funcionamento, foi o Asilo de Meninos Desvalidos. Este estabelecimento, estava a cargo do Ministério do Império, tendo sido criado pelo decreto 5532 de 24 de janeiro de 1874, do estadista Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. No Asilo estudavam “crianças desprotegidas e ignorantes” que depois, segundo Tarquínio, “eram devolvidas a sociedade como homens de bem, operários e artistas preparados para a vida social”. Lá seriam ministrados cursos práticos de agricultura.

Não passaremos adiante sem deixar aqui consignada a optima impressão que nos causou a visita deste estabelecimento, que só por si honra ao seu instituidor. Aquella febril actividade dos pequenos operarios que tinhamos a nossa vista, o espectáculo interessante daquella colmeia humana a agitar-se productivamente, aproveitando e desenvolvendo suas forças musculares, ao passo que cultivavam seus espiritos, aquelle pequeno mundo de pequenos trabalhadores, de physionomia esperta, sadia, intelligente, que se exercitava nos diversos misteres de seus officios, risinhos e alegres, deixou-nos a mais viva e agradável sensação. Pareceu-nos ver alli a abençoada semente germinando e florescendo, desenvolvendo-se e ramificando, havia de dar ao paiz aquella actividade industrial, aquella vida do trabalho de que elle tanto carece. (SOUZA FILHO, 1887, p. 86).

³⁰O Asilo Agrícola cumpria a função de escola destinada a educar a futura geração de agricultores e feitores de estabelecimentos rurais, aprendendo a ler, escrever e se profissionalizar, no que nas palavras de um sócio deveria ser “um viveiro de futuros operários rurais, feitores e administradores de estabelecimentos agrícolas, que ali se mantêm, preparando ao mesmo tempo, cidadãos moralizados e amantes do trabalho. PESSOA (2016).

Os Asilos de Meninos Desvalidos foram criados no Brasil através da Reforma Couto Ferraz, que se inspirou na reorganização do ensino primário da província fluminense, cujo regulamento fora aprovado em 1849, também pelo então presidente Luís Pedreira do Couto Ferraz. No local foi adotado uma combinação de instrução e trabalho para a superação da indigência no país, seguindo o exemplo das “*nações civilizadas*” europeias. (PESSOA, 2016). Como em seu livro Tarquínio S.F. tem como modelo a ser implantado no Brasil o sistema educacional europeu, o autor tem no Asilo de Meninos Desvalidos exemplo de estabelecimento de ensino profissional que já havia adotado tal inspiração.

Segundo Venâncio (1999, p.199), no local os estudantes recebiam instrução do primeiro grau, sendo posteriormente recrutados para as companhias de aprendizes dos arsenais ou marinheiros, como uma alternativa de aprendizado profissional destinado à infância pobre. Por isso Tarquínio S.F. chama os meninos que ali se encontravam, como demonstrado na citação anterior, de “pequenos trabalhadores” onde, segundo ele, estava a “abençoada semente germinando e florescendo”. Esse era o desejo do ele para o Brasil: a instalação de estabelecimentos de ensino profissional que preparasse, formasse e encaminhasse os jovens para seu ambiente de trabalho.

Tarquínio S.F. criticava a postura adotada pelos estudantes da época em denegar o ensino profissional, uma vez que ainda o viam atrelado ao ensino manual executado por escravos e desvalidos sociais. E, em contrapartida, priorizar o ensino superior, notadamente dando preferência aos cursos de direito e medicina. Para tal, ele usa o pensamento do engenheiro e economista francês Michael Chevalier³¹, na obra de 1837, intitulada “*Des intérêts matériels en France*”:

O filho do industrial, ou do commerciante enriquecido julga dever desertar da profissão paterna, ou de outra qualquer analoga, para atirar-se á carreira das funções: publicas. Não é, entretanto, menos honroso dirigir uma casa commercial ou uma fabrica propondo-se um homem a realizar o bem-estar e o adiantamento moral de muitas centenas de seres semelhantes, do que envergar a toga do magistrado, a farda do funcionario administrativo ou cingir a dragona do oficial. (CHEVALIER, *apud*, SOUZA FILHO, 1887, p.33)

³¹ Nascido em Limoges, Chevalier estudou na École Polytechnique, obtendo grau da engenharia na Escola de Minas de Paris, em 1829. Durante a Revolução de 1830, aderiu às ideias do Conde de Saint-Simon, editando o boletim, *Le Globe*, proibido em 1832, e motivou sua prisão. Após solto, foi encarregado pelo Ministro do Interior, Adolphe Thiers, de uma missão no continente americano, visitando o México e os Estados Unidos, onde estudou os problemas financeiros daqueles dois países. Admite-se que, no relatório que produziu sobre essa viagem, foi usado, pela primeira vez, o termo “América Latina”. Em 1837, escreveu o livro “*Des intérêts matériels en France*”, que recebeu boa acolhida do público, e contribuiu para que ele se tornasse, aos 35 anos, professor de Economia Política, no Collège de France. (ROBINSON, p. 28-37, 1880).

E continua tecendo sua crítica:

Nos países de fortunas mediocres e de tendências letrada, traz a mocidade da vida dos colégios falsas ideias de dignidade pessoal e desdém pelo trabalho manual. Naturezas contemplativa, recusam diante do rude labor das carreiras industriais ou comerciais, aspiram as vantagens moderadas, porém certas, o repouso obscuro, porém imediato, das menores funções da judicatura ou da administração. (SOUZA FILHO, 1887, p.33).

Para ele havia, por parte da “mocidade” do Brasil, aqui descrito por ele como um “país de fortuna medíocre e tendência letrada”, uma falsa ideia de que a opção por cursos superiores, traria maior reconhecimento social. As “vantagens moderadas” descritas por ele, dizem respeito ao fato de que, por pertencerem à elite econômica da época, a maioria dos formados em Direito, por exemplo, tornavam-se juízes ou seguia carreiras administrativas no governo imperial.

Outros estabelecimentos de ensino analisados por Tarquínio S.F. e que chamaram sua atenção seja pela qualidade do ensino profissional oferecido ou pelo mau aproveitamento foram:

a) Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional: fundada em 1820, mantinha uma escola noturna destinada à educação de adultos e uma escola industrial. ele considera que ela deveria receber um maior orçamento para desenvolvimento de laboratórios de química, gabinetes de física, de modo a tornar mais prática e completo seu ensino industrial;

b) Escola Agrícola de São Bento de Lagesna Bahia: fundada e dirigida pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura em 16 de julho de 1876. Com pouca frequência de alunos, não compensando o “dispêndio feito e o resultado obtido”. Em 1885 foram matriculados apenas 48 alunos. Segundo Tarquínio, o conselheiro Nicolau Moreira, acreditava que isso era decorrente do caráter altamente científico e teórico do estabelecimento. Seus programas não foram elaborados de modo a atender a agricultura local;

c) Colônia Orfanologica Isabel: fundada em 24 de janeiro de 1875, foi um estabelecimento agrícola e industrial, que para Tarquínio S.F.honrava o Brasil. Ali eram ministradas aulas de desenho, música, carpintaria, serralheria, alfaiataria, além de trabalhos agrícolas, formando, indivíduos preparados para a agricultura. Em 1885 tinha 154 alunos, havendo muitos pedidos de admissão, que não podiam ser

atendidos pelo escasso número de acomodações;

d) Casa de Educandos Artífices do Maranhão: fundada em 1840, para SOUZA FILHO (1887, p. 96) era um dos melhores de sua categoria. Em 1886 era frequentado por 115 alunos, oferecendo cursos nas áreas de marcenaria, alfaiataria, carpintaria, pedreiro e sapateiro;

e) Instituto de Educandos Artífices Paraenses: achava-se em condições de prosperidade. Com frequência de 92 alunos, só não conseguia atender mais alunos, devido à falta de acomodações. Ele mantinha-se com sua própria renda e ainda gerava lucro. Lá se ensinava desenho, música e as oficinas de ferreiro, serralheiro, torneiro, funileiro, sapateiro, curtidor, marceneiro e alfaiate;

f) Segundo Tarquínio S.F. (1887, p.97), a província de Minas Gerais, “tem sido fértil em criações de escolas técnicas”. No entanto, infelizmente, “não tem conseguido aprofundar raízes naquela vasta região”. Para ilustrar ele cita o Instituto de Menores Artífices de Montes Claros, criado em 1876, instalado em 1880 e extinto em 1881. O Liceu de Ofícios da cidade do Serro, criado em 1879, instalado em 1880 e extinto no ano seguinte. Ele ainda cita o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto que foi “modelado” pelo exemplo do Liceu de Recife pelo Conselheiro Manoel Portella. Das escolas agrícolas autorizadas em 1875, à época da escrita do livro, 1887, só existia a Escola Agrícola de Piracicaba, cujo ensino era puramente prático, sendo a parte teórica constante de apenas noções elementares e de caráter geral;

g) Escola Politécnica do Rio de Janeiro: criada em 25 de abril de 1874, através do decreto 5600, originou-se da transformação da Escola Central. Sua organização abrangia um curso geral e seis cursos especiais, entre os quais Tarquínio S.F. destaca o curso de artes e manufaturas, com duração de três anos, sendo o menos frequentado, tendo em 1885 apenas oito alunos matriculados. Era destinada a formar o “estado-maior da indústria”, tendo ainda cursos de agricultura e engenharia rural.

Em comum, todos os estabelecimentos de ensino citados, possuíam em seus cargos de direção intelectuais ligados provindos da elite imperial, recebendo subsídios públicos e privados. O objetivo das instituições era a formação profissional não só de crianças, como nos casos dos Asilos, mas também de adultos, como as escolas noturnas compreendidas na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. A conjuntura cultural, política e econômica do país na década de 70 do século XIX

vislumbrava o advento de doutrinas científicas, fortemente influenciadas pelo pensamento iluminista advindo a Europa.

Segundo Penteado (2022), no século XIX o Brasil era uma nação permeada de atraso tecnológico em sua cadeia produtiva, com suas potencialidades naturais pouco exploradas. A “pobreza intelectual” era percebida entre os trabalhadores, que executavam suas tarefas com técnicas arcaicas. Havia uma despreocupação por parte do Império com cuidados em relação à produção agrícola, como preservação do solo e vegetação nativa: “Não somente a população brasileira carecia de instrução e técnicas produtivas compassadas com os recentes avanços científicos, como também carecia de instituições científicas” (p.62).

Na segunda metade do século XIX, cresce no país a preocupação com a criação de escolas para ensinar as artes e ofícios mecânicos para as camadas populares. Até essa década, é possível dizer que a escola elementar, aquela que pelo menos em tese era destinada para todos, não se preocupava com o ensino de ofícios, cuidando basicamente da difusão dos saberes elementares – ler, escrever e contar.

Nas últimas décadas do século XIX, a aprendizagem de ofícios mecânicos começou a adentrar de maneira mais efetiva nas escolas. Em um momento de transição da mão de obra escrava para a livre, começou a ganhar adeptos no país, a preocupação em torno da necessidade de formação do trabalhador nacional, papel que, segundo alguns, deveria ser desempenhado pelas escolas profissionais, que paulatinamente começam a surgir no cenário brasileiro. O ensino de ofícios que se realizava junto às famílias, nas oficinas dos mestres de ofícios, nos asilos para órfãos e nos arsenais militares não deixou de existir, mas passou a conviver com um processo de escolarização desses saberes.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por exemplo, foi uma das primeiras associações do Império de cunho científico, cuja estruturação foi influenciada pela tradição europeia e pelo associativismo científico. Seu objetivo era instruir os “homens industriais do país”. Ela teve no binômio indústria e agricultura, um dos seus aspectos mais importantes. De 1838, cinco anos após sua fundação, ela lançou seu informativo intitulado *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Seu objetivo era divulgar o conhecimento científico entre as classes industriais brasileiras e dar visibilidade as ações da própria. O informativo foi publicado até 1892, sendo um dos periódicos nacionais oitocentista de maior duração (PENTEADO, 2022, p. 63).

A escolha de Tarquínio S.F. na citação destas instituições como modelo educacional bem-sucedido, se deve ao fato de entre seus objetivos estar a difusão do ensinamento de técnicas industriais e agrícolas entre a população brasileira. Em interessante paralelo, podemos notar que assim como a Sociedade Central de Imigração tinha o boletim “ *A Imigração*” como fonte de divulgação das atividades da organização, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tinha o informativo “*O Auxiliador da Industria Nacional*” com o mesmo objetivo.

Outro ponto em comum entre a SCI a qual Tarquínio S.F. foi diretor e a Sociedade Auxiliadora, foi o fato de seus membros pertencerem a uma classe de intelectuais da elite brasileira. Segundo Penteado (2022): “Diversos altos funcionários do governo, particularmente representantes diplomáticos, frequentemente eram membros da associação (Sociedade Auxiliadora) e contribuíam regularmente com o seu funcionamento por meio do envio de revistas, artigos, manuais agrícolas e sementes” (p.77).

Outro exemplo citado por ele, a Escola Agrícola de São Bento de Lages na Bahia, esteve localizada no edifício de São Bento das Lages, o Imperial Instituto Agrícola da Bahia - IIAB e tinha à Escola Agrícola da Bahia – EAB como sua maior realização. De acordo com ARAÚJO (2006), seu objetivo era incentivar o desenvolvimento da lavoura na Província da Bahia, sendo composta pela elite econômica e política ligada ao agronegócio açucareiro. Ela representa a reunião de esforços, advindos desde fins do século XVIII, para integrar as ciências, particularmente as ciências naturais, ao processo produtivo na província (p.09).

Embora na primeira metade do século XIX, escolas agrícolas e outras medidas do gênero não eram vistos como demandas urgentes, tal fato será dito como prioritário na segunda metade do período. O contexto de surgimento dos imperiais institutos de agricultura se deu em meio à emergência de novos modelos, conceitos e procedimentos científicos ocorridos na área agrícola. Para o IIAB, foi contratado como dirigente de ensino, o naturalista francês Louis Jacques Brunet³². (p.20 e 38). Uma vez que Tarquínio S.F. tinha o sistema educacional francês como referência, este procurou estabelecimentos de ensino no Brasil que também o

³²Louis Jacques Brunet nasceu na França, por volta de 1811. Já viúvo quando chegou ao Brasil e trazia em sua companhia o filho Charles Theobald Brunet, oficial reformado do Exército francês. A sua chegada a Paraíba em junho de 1853 foi comunicada ao Ministro do Império pelo Presidente da Província Antônio Coelho de Sá e Albuquerque que o apresentou como “naturalista de bastantes conhecimentos e habilidades viajando a própria expensa”. Logo o Governo Imperial apressou-se em contratá-lo para as expedições científicas. (BRUNET, 2010, p. 02).

possuíam como modelo.

No entanto, notemos que Tarquínio S.F. tece uma crítica ao mencionar a pequena quantidade de alunos que possuía, que segundo ele poderia ser devido ao ensino altamente técnico. Embora desejasse avanços na área do ensino profissional, ele queria que este ocorresse abrangentemente para a população. Seria, então, difícil pressupor que um ensino altamente técnico poderia ser assimilado por um povo, que carecia de instruções para deixar o analfabetismo. Aqui vale relembramos os dizeres de ALONSO (2002) quando citou que os intelectuais do período imperial brasileiro, importavam as ideias europeias e as adaptava a situação brasileira. É isso que Tarquínio S.F. propõe: seguir o modelo de ensino francês, mas adaptando-o ao estágio de conhecimento no qual o povo daqui se encontrava.

A Colônia Orfanologica Isabel foi um local que recebia crianças desvalidas³³, preparadas através de uma educação profissional voltada para a agricultura, a indústria e o comércio. Seu funcionamento coincide com o período em que o Brasil necessitava de mão de obra para as lavouras, tendo em vista o fim do tráfico de escravos. Isso representava para o governo imperial a solução para dois problemas: a salvação para a agricultura e o “encaminhamento” para o trabalho de crianças até então sem perspectivas de um futuro social.

Segundo Arantes (2014), na Europa já existiam instituições semelhantes à Colônia Isabel, sendo o ensino nelas mais prático do que teórico, como na Colônia Metray, fundada em 1840 na França (p.114). A preocupação, com a moralização das camadas populares, sobretudo as urbanas, foi algo constante durante o império, pois se temia que aqui ocorresse levantes populares como os que aconteceram nos países europeus: “Consideradas perigosas e degeneradas somente poderiam se inserir ordeiramente na sociedade, na concepção das elites, através do trabalho e da educação”. (p.116).

A Colônia Isabel foi inspirada na Colônia *Mettray*. O estabelecimento francês, além de funcionar como um local de ensino, se tratava de uma penitenciária. Considerada por Foucault, o caso limite de todas as operações do adestramento

³³Anna Ribeiro de Goes Bittencourt, ao visitar a capital da Bahia em meados do século passado, registrou sua decepção “à vista de casas enegrecidas, ruas tortuosas frequentadas por moleques esfarrapados e sujos, negros maltrapilhos, enfim, gente da ínfima plebe”. Crianças trabalhadoras, pobres e mendigas perambulavam e, muitas vezes, habitavam com suas famílias as ruas, adros das igrejas e praças, praias, jardins e espaços públicos das cidades. Em Salvador, essas crianças, denominadas pelas autoridades por diversos epítetos pejorativos como “vadios, moleques, mendigos”, foram alvo das políticas públicas, policiais e jurídicas, no decorrer do século XIX. (FRAGA, 1995).

disciplinar, ela foi o símbolo maior de uma série de instituições que se colocavam na fronteira do direito penal. Para Foucault ela era o modelo em que se concentraram todas as tecnologias coercitivas do comportamento. O ensino em *Mettray* desdobrava e desvelava as relações de poder. Lá se deu o nascimento de uma técnica refletida das normas para o entendimento da escolarização em nossas sociedades disciplinares. (FOUCAULT, 2013, p. 279).

Tarquínio S.F. entendia que o ensino para as camadas mais populares do Brasil serviria não só para educar, mas também para moralizar e adaptar estas a vivência em sociedade. Isso propiciaria uma sociedade ordeira, onde o progresso tivesse caminho livre para seu desenvolvimento. Ele não desejava que para o Brasil viessem o pensamento revolucionário já experimentado, especialmente na França:

A sociedade moderna esta trabalhada pela luta dos elementos diversos, das questões multiplas e das tendencias oppostas, que se agitam e se movem em seu vasto seio. O elemento conservador e o elemento revolucionario, são inegavelmente grandes e temerosos problemas que parece se terem ajustado, para achar em nosso seculo uma solução. (SOUZA FILHO, 1887, p.06).

A escolha da Colônia Isabel, portanto, se deve ao fato de sua inspiração em um local no qual a doutrinação pela ordem social e a educação profissional estavam atreladas. Aos intelectuais da segunda metade do século XIX tal pensamento era comum. A educação, principalmente a profissional, seria uma forma de se evitar a propagação de indigentes e eliminar a vadiagem.

Só assim se poderá fazer desses ingênuos homens úteis; do contrário serão indivíduos perniciosos, contrairão toda espécie de vícios em pouco tempo, talvez povoando as nossas cadeias, paradeiro certo da ignorância e da miséria desprezadas. (ANAIS, 1876, p. 92).

Assim como Tarquínio S.F., eles defendiam a instrução profissional como arma contra a pobreza, a miséria e a ignorância, condições nas quais proliferavam a criminalidade e toda a sorte de: “Do que nós precisamos atualmente é de educar o povo, e prepara-lo para satisfazer as necessidades presentes, e a uma infinidade de outras, que o progresso futuro tem de trazer-nos com rapidez” (Relatório, 15 jan. 1873, Anexo 21, p. 11).

Além disso, conforme Araújo (2006, p.13), os intelectuais do final do segundo reinado almejavam o alcance do conhecimento científico. Para além da

compreensão racional absoluta da natureza, almeja-se seu domínio. E aqui a educação agrícola poderia desempenhar papel-chave utilizado como mecanismo de difusão de ideias, teorias e práticas que regenerariam a agricultura. Portanto, seria inviável sua implementação em uma sociedade revolucionária e questionadora.

Os modelos educacionais europeus não chegaram ao Brasil em terreno “deserto”. Ao contrário, foram mediados por um meio intelectual social dinâmico e complexo, no qual os filhos da elite brasileira puderam escolher quais cursos frequentar no exterior, quais países visitar, quais modelos implantar e que periódicos intercambiar. Escolheram com quais autores manter correspondências, que opções teóricas privilegiar e até quais hegemonias buscar no plano científico. (ARAÚJO, 2002, p.14).

As escolas, associações e institutos de ensino profissional citados por Tarquínio S.F. em seu livro não foram, portanto, aleatórios. Eles representavam a personificação de seu ideal de estabelecimento de ensino profissional a ser implementado aqui. Até suas citações quando dos fracassos observados nas mesmas, foram propositalmente inseridas em sua obra.

Seu modelo ideal de estabelecimento de ensino seria aquele que propiciasse uma educação voltada para o desenvolvimento das atividades agrícolas, industriais e comerciais, seguindo planos de ensino já experimentados e aprovados em terras europeias. Este deveria ser adaptado ao estágio educacional em que se encontrava o país. Ressaltamos que tal ideologia não se tratava de uma proposta inovadora de Tarquínio, sendo um pensamento disseminado entre seus contemporâneos intelectuais:

Estes intelectuais brasileiros defendiam a capacidade da ciência em promover o progresso material, especialmente da agricultura, e integrar o Brasil na cultura ocidental, tendo o ideário europeu no horizonte, cientes da necessidade de adaptá-lo e modificá-lo às circunstâncias brasileiras, adaptando-as, modificando-as (DIAS, 1968, p.144).

Os trabalhos dos intelectuais da segunda metade do século XIX constituíram esforços para romper com a estagnação que caracterizava o panorama das técnicas de produção e animar o surto de novas culturas que marcaram o período.

O ensino agrícola contribuiria decisivamente para o salvamento do futuro do país, ensejando o “abandono das velhas práticas da rotina improdutiva e irremuneradora, pelo advento da exploração racional, sistematizada,

aperfeiçoada das grandes riquezas do solo do Brasil”. Sendo a agricultura o “manancial fecundíssimo” do país e do Estado, cabia melhorar por via de uma reforma “racional” o ensino agrícola “elementar e superior da escola única que o Império nos legou constituída, na dizimada lista de instituições de ensino profissional”, reformando-a inteiramente, “alcançando todos os graus”. (FRAGOSO, 1893, *apud* ARAUJO, 2002, p. 48).

Eles buscavam uma política que propiciasse o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, diversificando as culturas e difundindo, principalmente, o ensino agrícola, buscando integrar um movimento de desenvolvimento da nação através do esforço governamental e instituições especializadas, no caso os estabelecimentos de ensino profissional.

Tarquínio, enquanto intelectual desse período, comungava desta mesma ideologia. No capítulo seguinte do livro, fica mais evidente a influência dos estabelecimentos de ensino estrangeiro sobre suas propostas. Nele o autor cita, que era triste, mas necessário, efetuar uma comparação do estágio de desenvolvimento do ensino profissional brasileiro com o de outros países. No capítulo VI intitulado *Escolas técnicas estrangeiras* Tarquínio S.F. faz uma análise minuciosa e crítica da educação profissional desenvolvida em países como a França, Alemanha, Áustria, Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Suíça, Itália, Portugal, Espanha, Rússia. Ele cita as diversas escolas profissionais existentes, os programas adotados nos estabelecimentos de ensino, os avanços e as dificuldades enfrentadas.

Lembremos que Tarquínio S.F. tem suas raízes ligadas a Portugal. Seu pai viera com a corte portuguesa para o Brasil. O autor foi educado em Pernambuco, tendo realizado o curso de direito na Faculdade de Recife, estabelecimento de ensino que se inspirava na catedrática de autores europeus, especificamente a Faculdade de Coimbra. Portanto, almejava para o Brasil os mesmos propósitos dos intelectuais europeus para o ensino profissional de seus respectivos países.

Havia um cosmopolitismo introjetado no modo de pensar da elite imperial brasileira. Este grupo se alimentava do repertório europeu, consequência natural da formação clássica que recebiam muitos ainda em Coimbra, ou à moda de Coimbra nas escolas de direito nacionais. (ALONSO, 2002, p.53).

Segundo Alonso (2002) o discurso dos pensadores europeus era utilizado para legitimar a argumentação dos intelectuais brasileiros a respeito de soluções para problemas que afligiam o país.

Essas referências a autores e obras desempenhavam às vezes o papel de ornato erudito dos discursos, mas compareciam principalmente na legitimação de argumentos e posições políticas. Eram os autores que lidavam com problemas similares aos da própria elite nacional os preferidos. Incorporavam-se, sobretudo, escritores e argumentos que refletissem sobre problemas assim difíceis e similares. (ALONSO, 2002, p.55).

Segundo o autor, não havia pretensão em oferecer um quadro comparativo de toda a organização do ensino técnico mundial. O esboço serviria para demonstrar como nos países estrangeiros havia um interesse grande pela educação profissional, estando estes em um estado de desenvolvimento muito superior ao brasileiro.

A comparação que estabelecemos entre a nossa instrução profissional e a dos outros países cultos faz-nos estremecer de vergonha. Não pode ser mais triste o paralelo: nesta matéria atravessamos ainda uma phase rudimentar. A inexorabilidade dos algarismos esmaga-nos com o peso incontrastável de suas demonstrações. Embora não tenhamos ainda uma estatística cientificamente organizada, as incompletas informações que possuímos bastam para demonstrar o nosso atraso, a nossa inferioridade sob o ponto de vista da instrução popular. (SOUZA FILHO, 1887, p.176).

Mas Tarquínio S.F. cita que esse não deveria ser o momento de desânimo diante à educação profissional brasileira. Ao contrário, os exemplos bem-sucedidos citados, deveriam ser utilizados para a organização e estabelecimento do ensino técnico no Brasil. Essa seria a única forma do país “utilizar os grandes elementos do progresso, os recursos naturais que tão prodigamente dispõe”. (p.176).

Analisando o discurso de Tarquínio S.F. em seu livro, o país que mais influenciou ele, foi a França. Além de adotar para a escrita de seu livro, vários autores franceses, e aqui citamos dentre aqueles mencionados em *O Ensino Technico no Brazil* Celestin Hippeau, Michel Chevalier e Pierre Paul Leroy-Beaulieu³⁴. RESSINETI; COSTA (2016, p.50 e 54) lembram que, já em 1792, os intelectuais franceses entendiam que a prosperidade da nação e a ação pedagógica deveriam promover a equidade, numa circunstância em que a única desigualdade

³⁴ Pierre Paul Leroy-Beaulieu (9 de dezembro de 1843 em Saumur - 9 de dezembro de 1916 em Paris) foi um economista francês, educado em Paris no Lycée Bonaparte e na École de Droit. Posteriormente, estudou em Bonn e Berlim e, ao retornar a Paris, começou a escrever para “*Le Temps*, *Revue nationale* e *Revue contemporain*”. Em 1867, ganhou um prêmio oferecido pela Academia de Ciências Morais e Políticas com um ensaio intitulado “*A influência do estado moral e intelectual das populações trabalhadoras*” na taxa de salários. Em 1870, ganhou três prêmios por ensaios sobre Colonização entre os povos modernos, Administração na França e na Inglaterra e Imposto sobre a terra e suas consequências econômicas. No ano de 1872, Leroy-Beaulieu tornou-se professor de finanças na recém-fundada École Libre des Sciences Politiques e, em 1880, sucedeu ao seu sogro, Michel Chevalier, na cátedra de economia política no Collège de France. Em seus últimos anos, foi copresidente da Sociedade de Economia Política de 1911 a 1916. (EBELING, 2018)

legítima entre os homens seria as dos talentos individuais, advindos do estado de natureza. Nos anos que antecederam a publicação do livro *O Ensino Technico no Brazil*, foi estabelecido constitucionalmente na França, o acesso universal à escola primária.

Na conjuntura da Comuna de Paris, em 1871, o Estado Francês promulgou leis com vistas a instituir um ensino primário, obrigatório, gratuito e laico para as crianças de seis a doze anos e investiu fortemente na construção de escolas até nas pequenas aldeias e na formação de professores. As escolas foram criadas arquitetonicamente inspiradas no modelo pedagógico do ensino mútuo, podendo cada sala de aula comportar até duzentos e oitenta crianças.

Como citado quando da análise de Celestin Hippeau, observamos que o brasileiro tem na ideologia francesa forte inspiração. Citando Joseph Dauby³⁵, Tarquínio S.F.(1887) cita uma possível solução para a questão de professores que ministrassem o ensino profissional na época: “É um erro, diz um operário que, pelo seu trabalho e intelligencia, soube elevar-se a uma posição saliente em seu paiz, erro profundo acreditar que um homem instruído não pode ser operário” (p.63). Para ele havia nas fábricas brasileiras, pessoas capazes de ensinar seus ofícios e, portanto, estas poderiam perfeitamente atuarem como professores:

Encontram-se em nossas fabricas, em um grande numero de profissoes, operários inteligentes e capazes de ensinar aos mais sábios no que diz respeito ás questões de seu officio, formam hoje centenas, com as eschololas profissiones e contarão por milhares. (SOUZA FILHO, 1887, p.64)

Percebe-se, neste capítulo, que as instituições estrangeiras aparecem como modelo a ser seguido e servem como base para as propostas que Tarquínio S.F.trará no capítulo VII. Nele ele cita as reformas que considerava necessárias ao ensino profissional brasileiro. Segundo Tarquínio S.F. (p. 178), o estado atual em que se encontrava o país, o desenvolvimento industrial e econômico não comportaria uma organização completa da educação técnica. Era necessário que as reformas fossem implementadas gradualmente. Preenchidas as lacunas mais sensíveis, seria o momento de se preocupar com outras, “a proporção que se

³⁵ Autor francês nascido em 21 de outubro de 1824 e falecido em 5 de fevereiro de 1899. Escreveu “De l'amelioration de la cond. des classes laberieuses en Belgique” e “Le livre de l'ouvrier, ou: Conseil d'un compagnon”.

apresentassem com o mesmo caráter de urgência e oportunidade”.

Quando nos falta o essencial para que pensar no superfluo. O optimo é inimigo do bom. Não podemos acariciar a pretensão de moldar em tudo a organização do nosso ensino tecnico pela de outros paizes de que estamos distanciados sob outras muitas relações. Iniciemos por ora as reformas necessarias, aquellas que forem mais urgentemente reclamadas pela opinião. A seu tempo virá o resto e completar-se-ha a bela construção. Por enquanto é preciso não sacrificar a ornamentação, a utilidade. (SOUZA FILHO, 1887, p.179).

Tarquínio S.F. desejava que a reforma do ensino profissional respeitasse os interesses locais, com consultas às exigências das classes a que se destinavam os cursos, atendendo as necessidades e aspirações e atualizando os programas de ensino. Portanto, ela não deveria ser uniforme e imposta ao país.

Este ensino destina-se a tantas classes de trabalhadores, a uma tal variedade de profissões que os próprios interessados, são mais aptos para organisal-o adequadamente, descendo a certa especialidade, provendo a todas as necessidades peculiares derivadas do logar e do meio em que tem de ser instituido. (SOUZA FILHO, 1887, p.191).

A importância do ensino técnico deveria ser compreendida pelos alunos como proveitosa para o exercício profissional, sendo fundamental para a conquista de uma situação social vantajosa. ele, dividiu o ensino técnico em três grupos principais: agrícola, industrial e comercial, mas considerava que esta classificação não era o mais importante.

Questão debatida pelo autor, é de quem seria a responsabilidade pela criação e custeio das escolas profissionais. O autor indaga se seria do Estado ou da iniciativa privada, no caso a indústria. Para ele, a criação de oficinas anexas as escolas, tornaria, até certo ponto, o Estado em industrial e este poderia acabar por concorrer com a indústria privada. A missão deste na ordem econômica seria incompatível com o exercício de funções industriais. Exceção o autor, faz as oficinas absolutamente indispensáveis ao ensino.

Tarquínio S.F. cita que estava ocorrendo um processo cada vez mais acelerado da divisão do trabalho, surgindo diversas ocupações profissionais. E ninguém era mais interessado na qualificação dos estudantes do que a indústria particular, “portanto, que ela concorra em grande parte para este auspicioso resultado (p.188) ”. Ao Estado caberia um ensino profissional mais generalista e a

indústria a responsabilidade por uma educação técnica mais.

Cremos, portanto, que o Estado, ainda mesmo criando algumas officinas indispensaveis, deve limitar-se a dar um ensino technico geral applicavel á maioria das profissões laboriosas, artes, officios e industrias. Os programmas de ensino theorico e pratico devem compreender um conjunto de cursos bastante variados, tendo um caracter de utilidade geral e correspondentes ás industrias, que de preferencia devem ser creadas ou desenvolvidas, sempre no mais perfeito accordo com as necessidades das localidades em que forem as escolas estabelecidas. (SOUZA FILHO, 1887, p. 189).

Para ele, o Estado deveria ser responsável por um ensino que abrangesse disciplinas técnicas comuns aos cursos agrícolas, industriais e comerciais. Já os estabelecimentos deveriam ministrar as disciplinas específicas e próprias para a formação do profissional que necessitava. O autor possuía um pensamento liberal e, para tanto, julgava que a interferência do Estado na educação profissional, deveria ser efetiva, não podendo, no entanto, inibir as propostas de atuação individuais dos estabelecimentos.

Tarquínio S.F.(1887, p.187) comenta em seu livro que a “*generalização*” da forma em que os estabelecimentos deveriam ministrar seu ensino profissional poderia acabar se “constituindo ao mesmo tempo, uma pronunciada tendência para o socialismo”. Por isso, caberia ao Estado “favorecer a iniciativa individual ou corporativa consentindo que ella cree e mantenha por sua conta officinas anexas às escolas”.

Segundo RESSINETI; COSTA; (2016, p.47), o debate a respeito do liberalismo no Brasil Império se relacionava à democratização da educação pública elementar. Esse debate se relacionava ao pensamento que ocorria na França e estando presente na elaboração de políticas públicas desde a formação dos Estados-Nação. Seu caráter liberal justificou a opção política da classe hegemônica de “postergar a efetivação do direito à educação elementar até ela se tornar uma necessidade incontornável do modo de produção capitalista para a formação de trabalhadores para atuar em conjunturas de desenvolvimento de forças produtivas”.

Mas nem por isso, o governo deveria abster-se da responsabilidade pela difusão do ensino profissional. Na organização do ensino profissional, deveria ainda serem aproveitadas as oficinas públicas do Estado já existentes nos arsenais, estradas de ferro, imprensa nacional e outras que por sua natureza servissem a esse fim.

Deve o Estado favorecer a iniciativa individual ou corporativa consentindo que ella cree e mantenha por sua conta officinas anexas ás escolas ou entrar mesmo para esse fim em um accordo com os estabelecimentos, fabricas ou explorações já montadas por particulares ou associações. Ninguém é mais interessado neste ponto do que a industria particular; é justo, portanto, que ella concorra em grande parte para este auspicioso resultado. Cremos, portanto, que o Estado, ainda mesmo creando algumas officinas indispensaveis, deve limitar-se a dar um ensino technico geral applicavel a maioria das profissões laboriosas, artes, officios e industrias. Se o Estado deve ter um certo commedimento no que diz respeito à criação de officinas annexas ás escolas, deve ao contrario deixar o mais vasto campo aos empreendimentos e explorações da iniciativa privada, coadjuvando-a por todos os meios ao seu alcance, deixando-lhe plena liberdade de acção para organizar, como entender, o ensino technico geral e especial, theorico e pratico, applicavel a qualquer dos grupos profissionaes. (SOUZA FILHO, 1887, p.187 - 191).

Quanto aos programas de ensino das escolas profissionais, eles deveriam propiciar, além do saber técnico, o conhecimento das leis universais que regem a natureza. A fim de propiciar a vivência das práticas, deveriam ser criadas bibliotecas, exposições permanentes, museus e laboratórios.

Ao lado da pratica da officina, da experiencia adquirida no manejo ou direcção dos instrumentos do trabalho, deve estar o conhecimento das leis universaes que regem a natureza e presidem as maravilhosas transformações da materia, a observação dos fenômenos economicos, as prescrições sociaes que regulam as diversas phases da vida e outros muitos ensinamentos, que têm applicações (directas a industria em suas variadas manifestações. Os programmas de ensino theorico e pratico devem compreender um conjuncto de cursos bastante variados, tendo um character de utilidade geral e correspondentes ás industrias, que de preferencia devem ser creadas ou desenvolvidas, sempre no mais perfeito accordo com as necessidades das localidades em que forem as escolas estabelecidas. (SOUZA FILHO, 1887, p.187 e 189).

Tarquínio S.F. encerra o capítulo VII dizendo que as ideias expostas “se recomendam por si mesmo, e tem, além disto, em seu favor a prática dos países cultos e a opinião dos homens mais competentes e autorizados” (p.224). A educação profissional propiciaria ao operário iniciar-se no conhecimento das leis que presidem da matéria, adquirindo os meios de aumentar o valor econômico de seu trabalho e, por conseguinte, melhorando sua condição material e social. Ao comerciante, o ensino técnico proporcionaria uma maior influência nos destinos e desenvolvimentos da “riqueza pública”.

As maneiras de implementação das propostas descritas no capítulo VII são descritas no oitavo e último capítulo do livro, ao qual o autor denominou *Acção do*

Estado e da iniciativa privada na organização do ensino technico. Tarquínio S.F. (p. 228) inicia o capítulo resumindo o que considera essencial para a implementação das proposituras descritas no capítulo VII: “Não basta formular um programa, é preciso achar os meios de realizá-lo”.

Para o autor, isso só seria possível através do trabalho conjunto do Estado e da iniciativa privada. Qualquer um destes que trabalhasse isoladamente, nas condições em que o ensino profissional se encontrava, não conseguiria atingir os objetivos propostos. Mas trabalhando juntos, “conseguiriam remover todos os obstáculos e fundar uma obra estável e duradoura”.

Embora considere que o ideal seria a não interferência do Estado nos estabelecimentos educacionais, Tarquínio S.F. observa que a ausência de sua participação seria a “ruína intelectual e moral” do ensino profissional.

A nossa instrucção publica atravessa uma phase de transição, as províncias e os municipios escasseiam de recursos para a realisação das reformas necessarias, e a iniciativa privada é quasi nula. Nestas condições, abandonar o Estado a tarefa civilisadora da regeneração do ensino nacional, desinteressar-se por esta grande transformação, por esta questão capital da actualidade, por esta reforma vital, que é o prefacio de as outras reformas nacionaes, equivale a condenar irremissivelmente o paiz ao estacionamento, a desorganisação e a anarchia. (SOUZA FILHO, 1887, p.230).

O Estado deveria dar o impulso, os meios diretos e indiretos para a implementação da educação profissional. Sem isso, a iniciativa privada não conseguiria organizar o ensino técnico nacional. Porém, a iniciativa privada, não poderia se abster de sua responsabilidade, pois segundo o autor, todas as classes laboriosas são interessadas no ensino técnico, devendo, portanto, se empenhar seriamente para sua realização, se realmente almejassem o progresso do país.

A organização do ensino technico viria preencher uma grande lacuna no nosso systema de ensino e concorrer poderosamente para o progresso industrial de nosso paiz. Creação altamente utilitaria - mas utilitária no bom sentido da palavra - as escolas profissionaes compensariam de sobra os esforços empregado pelos resultados obtidos. (SOUZA FILHO, 1887, p.237).

O autor (p.239) encerra o capítulo dizendo que as dificuldades existentes, não deveriam criar um ceticismo por parte do governo e dos particulares em sua implementação. Ele dizia acreditar na supremacia intelectual e moral dos brasileiros, sendo que o mundo latino “continuará a conduzir o lábaro da civilização, pela

nobreza de seus commettimentos, generosidade de suas aspirações, valor moral e intelectual de suas obras”.

Para Alonso (2002 p.166 -167), há uma característica comum entre os autores do final do século XIX no Brasil: suas principais obras, trazem assuntos relacionados a questões políticas e trabalhistas, cujos tema advinham de um debate político. A maioria dos autores ocupava cargos na administração pública. As citações e referências a teorias estrangeiras obedecia a propósitos políticos, sendo que as mais recorrentes não vinham de grandes teóricos, mas de autores menores, sobretudo políticos e pensadores relacionados a reforma social do país em que viviam.

O que pode ser notado na escrita de Tarquínio de Souza Filho, que foi diretor da Sociedade Central de Imigração, tendo escrito seu livro a pedido desta, como uma forma de estudo social para incentivo da imigração no país. Trata-se de uma literatura voltada para a política, exprimindo com densidade e clareza os valores e pontos de vista da época sobre questões específicas então em debate.

Havia por parte desses autores a intenção de criticar a monarquia imperial, sem, no entanto, ter o rompimento do regime como seu objetivo central. Suas leituras de inspiração são atualizações das fontes de formação da elite imperial, as linhagens francesa, inglesa e portuguesa, além de um acréscimo: o interesse crescente pelo mundo americano. Eles buscavam não legitimar, mas criticar a tradição e as instituições imperiais. (ALONSO, 2002, p. 90).

O repertório da política científica francesa deu-lhes as ferramentas intelectuais para tanto, enquanto uma nova interpretação do processo de colonização português ofereceu uma mediação entre os esquemas gerais e a situação brasileira. Os problemas enfrentados pelo Brasil diziam mais respeito a incompetência de certos governantes do que do processo colonizador propriamente dito.

Buscava-se uma transformação controlada da sociedade e sistema político, tudo, no entanto, na lei e na ordem. Eles eram contestadores e não revolucionários. (ALONSO 2002, p.238 e 259). São essas características descritas por Alonso (2002) como comuns aos escritores do final do século XIX que podem ser perfeitamente aplicadas a Tarquínio. Um autor que propõe uma difusão e amplitude do ensino profissional, buscando nisso uma ferramenta para modernização e progresso do país.

As proposições de Tarquínio S.F. para o ensino profissional tentavam se mostrar viáveis para a época. Ao propor que para criação e manutenção das escolas profissionais seria necessário o estabelecimento de uma parceria entre o Estado e a iniciativa privada, ele busca alternativas para a escassez de orçamento público, reconhecendo que este não seria suficiente para esse custeio. Seguindo a tendência liberalista vigente naquele período e preocupado que as ações estatais não se tornassem concorrente para o mercado privado, ainda enfatiza a importância do envolvimento governamental se dar apenas naquilo que fosse necessário para a concretização dos objetivos propostos.

Se em comum com os demais escritores de sua época que discorreram a respeito do ensino técnico, estava a indignação pela falta de importância atribuída pelo Império a essa modalidade educacional, Tarquínio S.F. difere de autores como José Liberato Barros (1867), Antônio de Almeida Oliveira (1873) e Domingos Maria Gonçalves (1880), enquanto propõe ideias viáveis para os problemas que havia constatado no ensino profissional brasileiro, bem como a maneira de implementá-las.

Tarquínio S.F. propunha que os setores industriais, comerciais e agrícolas, fossem consultados antes da implantação dos cursos profissionais, sobre quais as áreas que necessitavam. Isso garantiria que os alunos formados nas escolas técnicas, tivessem um mercado de trabalho para serem encaminhados, além de promover o desenvolvimento do país.

O levantamento de Tarquínio S.F. não se restringiu ao ensino profissional. O autor também “apontou” as deficiências observadas no ensino secundário, para o qual este se encontrava “*em plena decadência*” (p.29). A imposição de um programa de ensino padrão e uniforme, foi criticada pelo autor. Segundo ele, os programas de ensino ministrados deveriam estar em consonância com as demandas e mudanças que ocorriam na sociedade da época, e principalmente, deveriam respeitar e estar consoante as diferentes necessidades regionais, sendo diferentes para cada uma das regiões brasileiras. Caberia ao governo uma mudança gradual, com exclusão de disciplinas como a de “*classicos-litterarios*” que Tarquínio S.F. considerava como puramente “*especulativa*” (p. 30).

Era necessário começar com pequenas mudanças, priorizando aquelas que a população estivesse “clamando” a época, aquelas que fossem mais comuns e urgentes (p. 184). Em sua análise, adiante, o autor propõe como solução para os problemas vislumbrados, a criação de duas modalidades de ensino secundário,

sendo uma de caráter literário e filosófico, englobando disciplinas baseadas nas “linguas mortas” e “litteraturas antigas” e outra de cunho científico, com conteúdo baseado no conhecimento das ciências, ministrando conhecimento nas áreas de “linguas vivas” e “litteraturas modernas” (p.31).

Essas mudanças propiciariam o aproveitamento das aptidões dos alunos matriculados, uma vez que seriam direcionadas para os reais interesses dos mesmos e não como estava ocorrendo, sendo voltado de uma forma geral para todos os estudantes, pouco importando se estes tinham interesse em carreiras industriais, na administração pública ou magistratura.

Ela trouxe um modelo de aprendizagem por áreas de conhecimento, que permitiria em teoria ao estudante optar por uma formação técnica e/ou profissionalizante, buscando aumentar a atratividade da etapa, no sentido de trazer currículos que dialogassem com a realidade dos jovens e com o mercado de trabalho. Exatamente o que Tarquínio S.F. almejava atingir com sua proposta para o ensino secundário de sua época.

Embora reconheça que suas propostas para o ensino profissional enfrentariam resistência, em parte devido à mentalidade preconceituosa sobre o trabalho manual, Tarquínio S.F. não deixa claro em seu livro como tentaria mudar tal pensamento. Ele reconhece a necessidade de se desmistificar tal conceito, mas não há no livro, proposições claras de ações a esse respeito. O que se observa são proposições pelo autor de cunho mais generalista, como a ampliação de museus, bibliotecas, exposições permanentes e laboratórios, buscando incentivar o ensino prático das disciplinas (p. 186).

Tarquínio S.F. menciona que o êxito de suas propostas dependeria de duas condições: compreensão da importância do ensino compreendido nos programas a serem ministrados e a certeza por parte dos jovens de que seus estudos seriam proveitosos para o exercício da profissão que escolheram, sendo indispensável para que estes conquistassem uma situação social vantajosa. Mas não cita nos capítulos seguintes, como esses dois objetivos seriam alcançados.

Como uma obra, encomendada pela Sociedade Central de Imigração, não é perceptível a dimensão que suas proposituras possam ter tomado a época, uma vez que o estudo fazia parte e estava inserido em um projeto maior da SCI de incentivo a imigração de europeus para o Brasil. Com isso, o estudo adentrou ao debate público da sociedade imperial, em um contexto de proposições incentivadoras ao

processo imigratório e não como uma obra de singularidade ao tema do ensino profissional.

O livro *O Ensino tecnico no Brazil* é um estudo estrategista de Tarquínio S.F. para a SCI de como propor ao governo imperial a expansão do ensino profissional. Quando descreve os métodos de implementação desta modalidade educacional, ele objetiva definir contra-argumentos que poderiam ser utilizados no enfrentamento das objeções que adviriam, seja por parte do governo ou da elite social. O autor acaba por formular e antecipar para a SCI respostas a serem utilizadas, frente possíveis indagações, como, por exemplo: se o governo alegasse falta de recursos para expansão e implementação da educação profissional, como resposta, Tarquínio S.F. propõe parcerias entre o setor público e privado.

Caso a questão fosse qual seria o retorno econômico que o investimento em educação profissional propiciaria para o país, o estudo de Tarquínio S.F. descreve o avanço industrial, comercial e agrícola para o Brasil perante o cenário mundial. O objetivo central do autor foi realizar um estudo da situação em que se encontrava o ensino profissional no Brasil se comparado especialmente aos países europeus, identificar os problemas e propor medidas para sua efetiva implementação. Tudo isso, para atender ao objetivo da SCI enquanto entidade promotora da imigração no Brasil.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Como produto educacional, foram construídos quatro episódios de *podcast* para a divulgação da trajetória de Tarquínio de Souza Filho e sua obra *O Ensino Technico no Brazil*, compreendendo, ainda, a história da EPT no período imperial brasileiro. Nosso *podcast* foi denominado *TARQcast*. Visamos remeter nosso ouvinte à história e obra do autor, buscando divulgar nossa pesquisa historiográfica e construir um espaço na memória da educação profissional para o autor.

Segundo Camargo; Lara (2017, p. 260), o termo *podcast* vem da junção da palavra *iPod* (dispositivo portátil de ouvir música da marca *Apple*) com a palavra *broadcast*, aqui entendida como transmissão. Portanto, um *podcast* nada mais é do que uma mídia de transmissão de informação por meio de um arquivo digital de áudio. Neles podem ser tratados diferentes temas, disponibilizados em uma página de rede. *Podcasts* podem ser baixados e ouvidos, conforme a disponibilidade do

usuário e no horário que melhor lhe atender.

Com a popularização da internet nos últimos anos, as pessoas passaram a produzir mais conteúdos digitais e de mídia, propiciando um maior acesso às informações, antes restritas a livros guardados em bibliotecas. Atrelado ao avanço e acesso tecnológico, vivemos um momento em que as pessoas dispõem de pouco tempo para assuntos que não dizem respeito ao próprio trabalho ou aos afazeres pessoais. *Os podcasts* surgiram em decorrência das rápidas inovações tecnológicas e da popularização da internet, sendo que, em 2004, iniciou-se a produção dos mesmos no Brasil. Eles representam a democratização da produção e comunicação de conteúdos através da internet. (SILVA; SILVA, 2017, p. 265).

Atualmente, esses conteúdos estão acessíveis para quem tiver conexão com a internet por meio de aplicativos como o *Apple Podcasts*, *Google Podcasts*, *Spotify*, dentre outros. O usuário só precisa de uma conexão com a internet e um equipamento para reproduzir o áudio. Ressaltamos que os estudantes contemporâneos são multitarefas, buscando, constantemente, atualizações a respeito dos mais diversos assuntos. *Podcasts* são atemporais, pois é possível acessá-los a qualquer tempo, já que ficam hospedados em páginas virtuais. (ZUAN; SIMÕES, 2020, p. 1).

Em relação ao acesso, pelo fato do *Podcast* poder ser ouvido sob demanda, o ouvinte tem a liberdade de escolha de qual programa e episódio quer ouvir. Ainda, em que momento e lugar, ao contrário do rádio, em que você fica limitado ao que está sendo transmitido naquele momento. Assim, ao invés de ser um consumidor passivo, como o ouvinte do rádio que precisa se submeter à grade de programação, o podovinte, como é chamado o consumidor de *podcasts*, é um sujeito ativo, com o poder de escolha em suas mãos. Por essa possibilidade de consumir o *podcast* no momento e local que o aluno preferir, ele funciona como uma forma de ampliar o aprendizado para além da sala de aula. (CORADINI, 2020, p.12).

Coradini (2020, p. 14) cita que o *Podcast* tem um potencial de contribuir para a formação integral proposta pela Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que esta não se limita à preparação para o exercício do trabalho, ao contrário, visa integrar as dimensões trabalho, ciência e cultura no intuito de abrir novas perspectivas de vida para os jovens. Seu uso no sistema educacional não é inédito, tendo sido utilizado por universidades, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Estadual Paulista. Esta última produzindo o *podcast*

Fronteiras da Ciência, relacionado a temas científicos. Seu alcance é tamanho que ele figura, constantemente, entre os cem programas mais ouvidos da lista do *iTunes Charts*. A ferramenta pode ser, inclusive, utilizada para debates historiográficos, com alcance grande ao público. (SILVA; SILVA, 2017, p. 264-265).

Há vários outros exemplos de *podcasts* na área educacional, tais como o *Porvir/CIEB*, *Educa Podcast*, *Multiprosa do IFMG*, *Escriba Café*, *EPTcast*, *Salve Ciência*, dentre tantos outros, que, se fôssemos enumerar e discorrer a respeito, dariam material para outra pesquisa. Abaixo, segue uma pequena descrição dos *podcasts* citados:

- *Porvir/CIEB*: plataforma criada em 2012, que traz conteúdos sobre inovações e novas tecnologias na área educacional brasileira. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4VOAagHdldHuE12J75BDBB>.

- *Educa Podcast*: semanalmente, traz músicos e educadores, para falar de educação de uma forma geral, abrangendo tanto o Brasil, quanto países estrangeiros. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/6PrY53hueU20Dt8i8aPW3U>.

- *Multi-Prosa IFMG*: com postagens quinzenais na plataforma YouTube, é produzido pelo *Campus Santa Luzia* do IFMG. Busca a discussão e a valorização dos pesquisadores, mostrando as diversas perspectivas do conhecimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCQwivKKi2jHihLiBUGWB7jg>.

- *Escriba Café*: criado em 2004, foi um dos primeiros *podcast* de história do Brasil. As narrativas, são realizadas como contos, repletos de emoção e com vários efeitos de sonorização, para tornar a escuta, ainda mais interessante para o ouvinte. Disponível em: <https://www.escribacafe.com/>.

- *EPTcast*: efetua divulgações científicas no campo da Educação Profissional e Tecnológica. O *podcast*, foi criado no primeiro semestre de 2020 como um produto educacional do ProfEPT, buscando popularizar os assuntos discutidos na área. Disponível em: <https://eptcast.com.br/>.

- *Salve Ciência*: *podcast* de divulgação científica do CEFET/MG, consistindo em um projeto de extensão organizado pelo Departamento de História, que “busca popularizar a compreensão da ciência e trazer uma linguagem acessível a partir da cultura popular e de situações concretas que vivenciamos”. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0ZWBEouylqzkyzAinrc39R>. Os episódios também podem ser acessados através da página do *podcast* no Instagram: @salveciencia.

O alcance expandido de um *podcast* permite divulgar as informações contidas neste trabalho de pesquisa a mais pessoas, alcançando indivíduos externos ao ambiente acadêmico. Isso representa uma oportunidade de aproximação de um público, até então desconhecido pela EPT, promovendo uma valorização e preservação das memórias e histórias da Educação Profissional Brasileira. Outra vantagem é o custo reduzido para produção e divulgação, além da gratuidade de acesso para os ouvintes.

5.1 Produzindo o *TARQcast*

O *TARQcast* possui um total de quatro episódios, denominados: “Contexto histórico do Brasil Império”; “Conhecendo Tarquínio de Souza Filho”; “Análise do livro *O Ensino Technico no Brazil* - parte um”; “Análise do livro *O Ensino Technico no Brazil*- parte dois”. O primeiro episódio trouxe uma contextualização do momento histórico político e econômico do Brasil monárquico. No segundo, houve a apresentação da biografia e trajetória de vida de Tarquínio S.F. Por fim, o terceiro episódio foi dividido em duas partes, contextualizando a educação profissional na visão de Tarquínio S.F. através da análise de seu livro *O Ensino Technico no Brazil*. A narrativa da entrevista seguiu o formato conto³⁶, valendo-se de momentos de pausa, música/vinheta. Segundo Carvalho (2016, p. 93), o roteiro, a locução e a edição de um *podcast* possuem as seguintes características:

O roteiro é o texto que será falado pelo locutor, têm-se nele marcações próprias da linguagem radiofônica – a qual trabalha essencialmente com a palavra, a música, os efeitos sonoros e o silêncio – além de técnicas para deixar a comunicação clara, como, por exemplo, evitar palavras de difícil pronúncia, cacófonos, entre outros. A locução, a expressividade do locutor é essencial, trabalha-se com a vocalização, a entonação, o ritmo e a atitude. Existem exercícios específicos para desenvolver cada característica, uma voz sem expressão ou lenta demais pode prejudicar totalmente o trabalho realizado. A edição, com a captação do áudio feita, chega-se à fase de seleção, do corte, da inserção de efeitos sonoros, da eliminação de ruídos indesejáveis, da inserção de trilha sonora em primeiro plano ou background (fundo), tudo feito no programa de edição de som: o Audacity. (CARVALHO, 2016, p. 93).

O intuito foi de que a narrativa fizesse um convite ao ouvinte, para que ele

³⁶O conto pode ser definido como uma narrativa curta e com um único conflito. Isso significa que, nessas histórias, há poucos personagens, o tempo e o espaço são reduzidos ao essencial e, além disso, o enredo (a sequência de ações pelas quais os personagens passam) é marcado pela existência de um único acontecimento relevante. (MARINHO, 2023).

avançasse mais fundo nas trilhas de interpretação e análise da história narrada:

O historiador menciona, além do fato relatado, o ato do informante e a palavra do anunciante que se refere a esse ato. São as fontes, os testemunhos, todos os elementos que o historiador recolhe fora e integra ao seu discurso, esclarecendo o que eles dizem e como foram por ele "escutados". (BARTHES, 1970, p. 79 *apud* LEITE, 2002, p.79).

A confecção dos episódios foi realizada utilizando para a captação de áudio, um celular e microfones específicos em captação de som ambiente. As edições foram realizadas pela empresa “Fábrica de *Podcast*”³⁷. Como trilha sonora de sonorização dos episódios, utilizamos a melodia *Atraente* de Chiquinha Gonzaga³⁸.

A música *Atraente* remete ao período imperial brasileiro por diversas razões históricas e culturais. Chiquinha Gonzaga, compositora e pianista brasileira, foi uma figura icônica da música popular brasileira do século XIX, atuando especialmente durante o período imperial. Sua obra reflete as características musicais e sociais da época, tornando-se uma representação marcante da cultura brasileira daquele período.

A melodia é uma polca, gênero musical muito popular na sociedade brasileira do século XIX. A polca era dançada em bailes e festas da alta sociedade, sendo uma manifestação cultural típica da época. Assim, a escolha dessa música para ambientar os episódios do *podcast* sobre Tarquínio de Souza Filho e sua obra “O Ensino Technico no Brasil” pode evocar os contextos sociais e culturais daquele período.

Além disso, Chiquinha Gonzaga foi uma importante figura na luta pela

³⁷ A Fábrica de Podcast é uma empresa que auxilia o interessado na criação de *podcast*. Para isso é cobrado um valor conforme a quantidade de episódios. O cliente grava o conteúdo utilizando seu celular ou qualquer gravador disponível e eles procedem às edições dos materiais: vinhetas de abertura, passagem e encerramento do *podcast*. Eles editam e entregam o áudio masterizado seguindo os padrões das plataformas digitais. Para contratação dos serviços o interessado deve acessar o site: <https://www.afabricadepodcast.com.br/>.

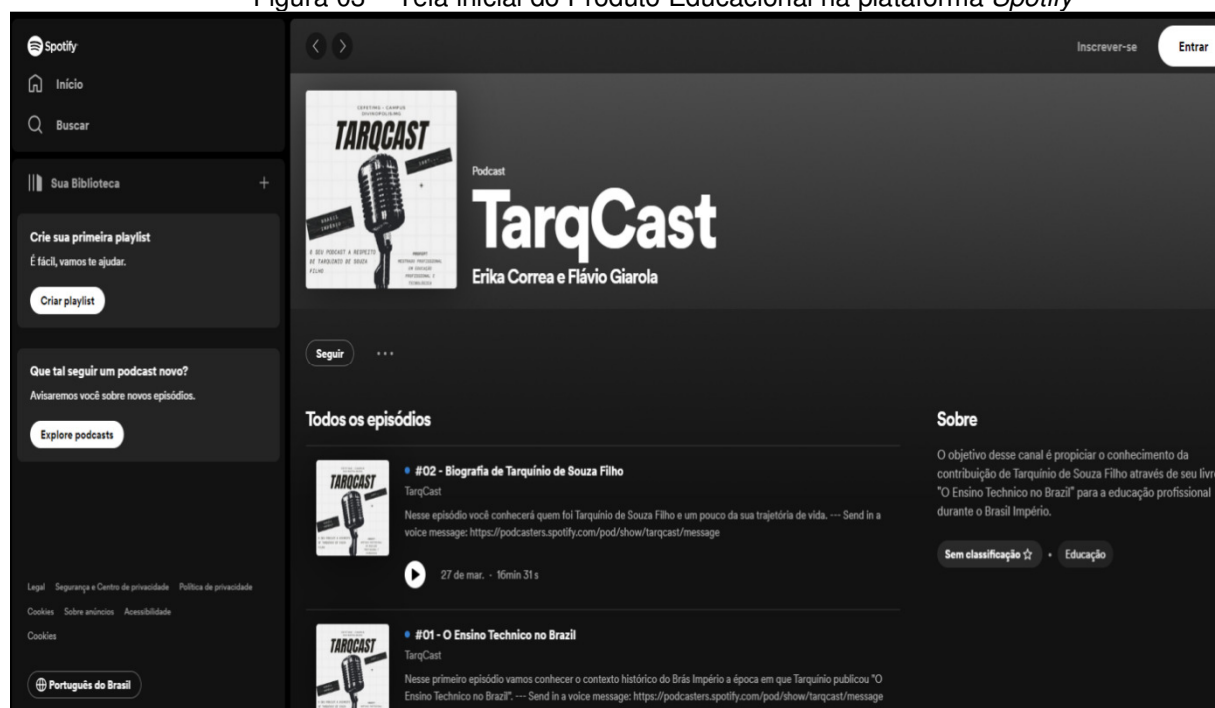
³⁸ Composição de estreia de Chiquinha Gonzaga, em 1877, nascida de improvisação em roda de choro na casa do compositor Henrique Alves de Mesquita, a polca recebeu o nome de *Atraente* por arrastar os instrumentos presentes. Conheceu um sucesso estrondoso (15 edições ainda em 1877) e projetou o nome de Chiquinha Gonzaga para a fama – no início incômoda – na sociedade patriarcal do Segundo Reinado. A súbita popularidade da autora foi encarada como provocação por sua família, que passou a destruir as partituras vendidas nas ruas por moleques escravos. Tornou-se um clássico da música instrumental brasileira, integrando o grande repertório do choro. Foi publicada em 1932, como n. 11 da 2ª série de Alma Brasileira, choros para flauta. *Atraente* foi gravada por músicos como Antonio Adolfo, Altamiro Carrilho, Benedito Lacerda, Clara Sverner, Eudóxia de Barros, Henrique Cazes, Leandro Braga, Marcus Viana, Maria Teresa Madeira, Muraro, Paulo Moura, Pixinguinha, Rosária Gatti, Talitha Peres, Turíbio Santos, além de orquestras e bandas. No final da década de 1970, ganhou letra de Hermínio Bello de Carvalho, em registros feitos por Leci Brandão, Olívia Hime e Edison Cordeiro. (ALMA BRASILEIRA: BREVE APRESENTAÇÃO, 2024).

abolição da escravidão e pela valorização da cultura nacional. Sua música e ativismo político contribuíram significativamente para a construção da identidade brasileira no final do período imperial. Portanto, ao utilizar *Atraente* como trilha sonora, o *podcast* não apenas evoca a atmosfera musical da época, mas também homenageia uma das figuras mais emblemáticas da música brasileira do século XIX e sua contribuição para a história e cultura do Brasil.

Trata-se de uma forma de ambientar os episódios do *podcast* ao período imperial brasileiro, conectando os ouvintes com a atmosfera cultural e social da época, enquanto presta homenagem a uma das figuras mais importantes e influentes da música brasileira daquele período.

Após a construção/edição dos áudios dos episódios, a alocação dos áudios foi realizada na plataforma “*Spotify for podcasters*” em decorrência da gratuidade da ferramenta. O link de acesso à página do produto educacional é <https://open.spotify.com/show/6qTX1ouG9JfF4fcfRVxZcn>. Quando acessado, mostrará uma página como a apresentada a seguir:

Figura 03 - Tela inicial do Produto Educacional na plataforma *Spotify*



Fonte: <https://open.spotify.com/show/6qTX1ouG9JfF4fcfRVxZcn>

Para testar nosso *podcast*, utilizamos um formulário semi-estruturado aplicado de forma *on-line* na plataforma *Google Forms*. Coube ao participante escolher o

local de sua conveniência para respondê-lo, dada a facilidade de acesso do instrumento.

Este estudo encaminhou o formulário para uma população de 15 indivíduos composta por alunos e ex-alunos, que frequentaram o Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do *Campus* CEFET Divinópolis, desde seu início em 2020 - edital 01/2019 - não importando a linha de pesquisa a que estivesse vinculado. Para definição do quantitativo consideramos:

A) Que as turmas anuais do ProfEPT foram compostas, conforme editais dos processos seletivos divulgados na página do programa: em 2020 por 18 alunos; 2021 por 18 alunos; 2022 por 24 alunos e 2023 por 24 alunos, totalizando até o momento o quantitativo de 84 alunos que frequentam ou frequentaram o ProfEPT no CEFET/MG, campus de Divinópolis-MG;

B) Um grau de confiança na pesquisa de 90% sendo o *score* Z igual a 1,65;

C) Uma margem de erro da pesquisa de 20%. Por não ser uma pesquisa quantitativa, não há necessidade de uma margem de erro pequena, já que será avaliado a opinião do entrevistado a respeito do produto educacional;

D) A fórmula para cálculo da amostra:

$$\text{Tamanho da amostra} = \frac{\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N} \right)}$$

Onde: N = tamanho da população; e = margem de erro (percentagem no formato decimal); z = escore z;

Assim, nossa população total foi definida em 15 sujeitos. A escolha por indivíduos vinculados ao ProfEPT-decorreu do fato de acreditarmos que tal público possui conhecimentos prévios que podem ser considerados essenciais para confirmação de nossas hipóteses, como no que diz respeito ao pouco conhecimento a respeito de Tarquínio S.F.de Souza Filho. Trata-se de uma amostra “Não Probabilística (Não Aleatória) por Conveniência”, tendo sido adotado como critério para escolha do participante sua disponibilidade para participar da pesquisa e enviar o questionário respondido.

O formulário, (Anexo A), contou com as seguintes perguntas para avaliação:

1) Após ouvir o *podcast* TarqCast, você considera que o conteúdo do episódio foi suficiente para sua compreensão a respeito de Tarquínio S.F.de Souza Filho e sua importância para a EPT?;

2) Após ouvir o episódio do *Podcast*, você compreendeu a proposta feita por Tarquínio?;

3) Antes do *podcast* você já havia ouvido menção a Tarquínio S.F.de Souza Filho e/ou o livro *O Ensino Technico no Brazil*?

As respostas referentes as questões de 1 a 3 foram obrigatórias e organizadas em uma escala 1 a 5, sendo 1 Insuficiente e 5 Suficiente. A resposta da questão 4 foi descritiva e não obrigatória.

Foi explicado aos participantes que estes deveriam ouvir os episódios antes de responderem o questionário encaminhado por e-mail e acessado via *link*. Dos quinze formulários enviados, obtivemos resposta de onze participantes. Os demais não responderam e não justificaram a razão para ausência do envio do questionário, embora em conversa prévia pelo aplicativo *whatsapp*, tenham concordado em participar da pesquisa. De posse dos formulários preenchidos e até mesmo do quantitativo de indivíduos que não enviaram respostas, foi realizada a análise. Para tanto, foi considerado para os questionamentos:

A) Para a pergunta: após ouvir o *podcast* TarqCast, você considera que o conteúdo do episódio foi suficiente para sua compreensão a respeito de Tarquínio S.F.de Souza Filho e sua importância para a EPT?

Análise: Se mais de 50% das respostas obtidas forem afirmativas, será considerado que o *podcast* foi suficiente, atingindo o propósito.

B) Para a pergunta: após ouvir o episódio do *Podcast*, você compreendeu o ensino técnico proposto por Tarquínio S.F.através de nossa análise do livro *O Ensino Technico no Brazil* ?

Análise: Se mais de 50% das respostas obtidas forem afirmativas, será considerado que o *podcast* foi suficiente, atingindo o propósito

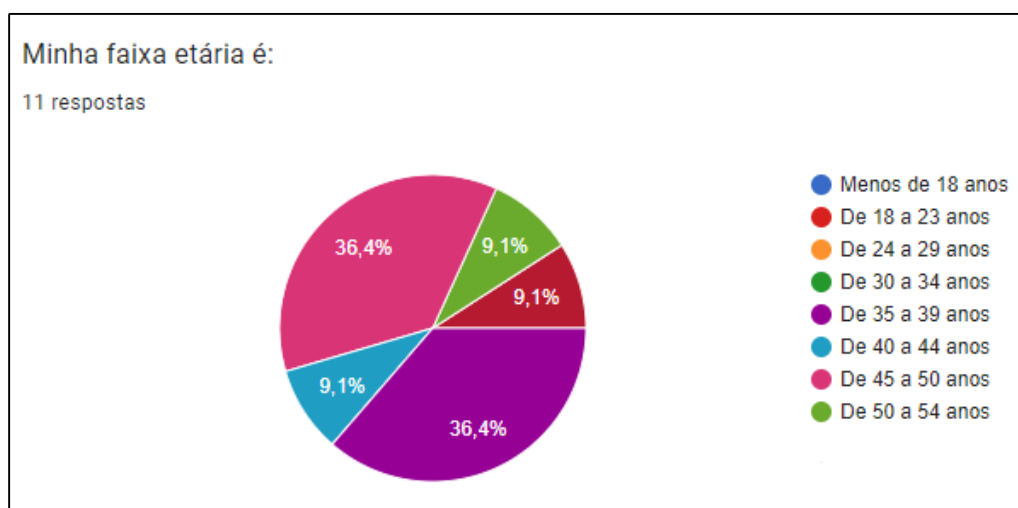
C) Para a pergunta: Antes do *podcast* você já havia ouvido menção a Tarquínio S.F.de Souza Filho e/ou o livro *O Ensino Technico no Brazil*?

Análise: Se mais de 50% das respostas obtidas forem negativas, será confirmada a hipótese do pouco conhecimento a respeito do autor.

Descrevemos nas próximas linhas os resultados obtidos.

Dos onze participantes que responderam à pesquisa as faixas etárias predominantes foram de 35 a 39 anos (36,4%) e de 45 a 50 anos (36,4%).

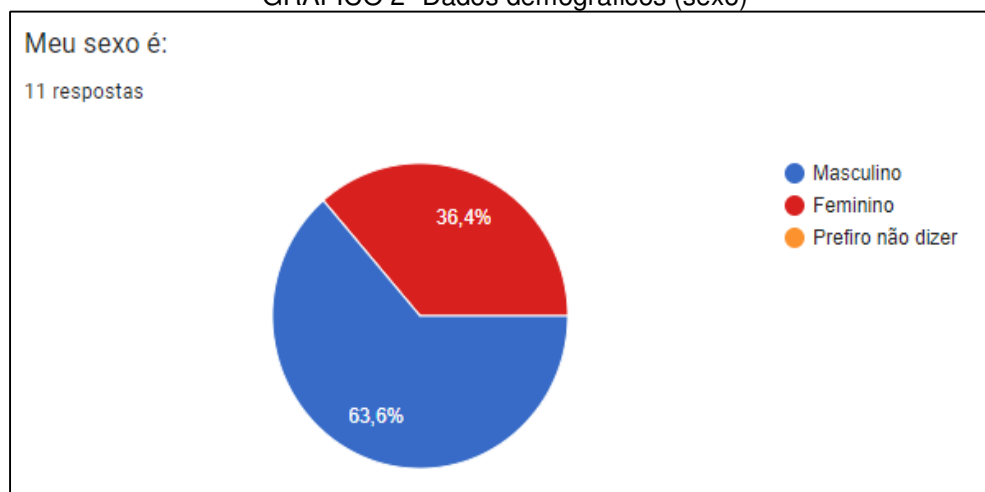
GRÁFICO 1- Faixa etária dos participantes



Fonte: elaborada pela autora, 2024.

A maioria se declarou pertencente ao sexo masculino (63,6%).

GRÁFICO 2- Dados demográficos (sexo)



Fonte: elaborada pela autora, 2024.

Todos consideraram que o conteúdo dos episódios foram suficientes para sua compreensão a respeito de Tarquínio S.F.de Souza Filho e sua importância para a EPT.

GRÁFICO 3- Compreensão da importância de Tarquínio S.F. para a EPT



Fonte: elaborada pela autora, 2024.

Os participantes também compreenderam a proposta de ensino técnico defendida por ele através de nossa análise do livro *O Ensino Technico no Brazil*.

GRÁFICO 4- Compreensão da proposta de Tarquínio S.F. para o ensino técnico



Fonte: elaborada pela autora, 2024.

Dois participantes já haviam ouvido menção a Tarquínio de Souza Filho. Para o restante, a maioria (75%) ele era desconhecido. O que comprova nossa hipótese inicial do quase desconhecimento de ele e sua obra a respeito do ensino técnico

durante o Brasil Império.

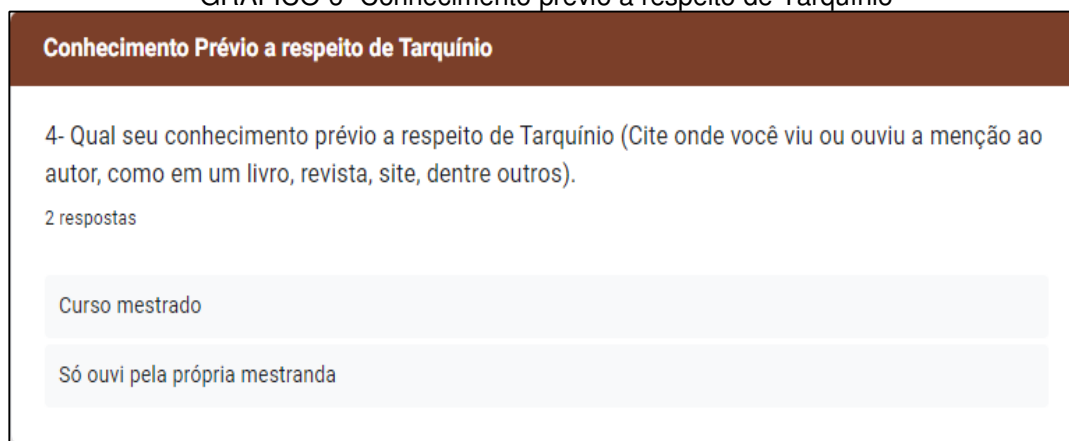
GRÁFICO 5- Conhecimento prévio a respeito de Tarquínio



Fonte: elaborada pela autora,2024.

Destes dois participantes que já haviam ouvido menção a Tarquínio de Souza Filho, uma ocorreu através desta mestranda e outra através do curso ProfEPT.

GRÁFICO 6- Conhecimento prévio a respeito de Tarquínio



Fonte: elaborada pela autora,2024.

Na seção do questionário que possibilitou o envio de sugestões críticas ou comentários, recebemos mensagens de incentivo à continuidade do trabalho, elogios ao material na totalidade e considerações positivas: “Mais episódios, explorando outras figuras importantes.” “Adorei a interação que a cada tópico de fala despertou o meu interesse em seguir ouvindo até o final”. “Foi muito bem feito e está bem claro!!” “Gostei da narração espontânea!”. “Ficou interessante a linguagem não tão formal”.

Por meio desses resultados, podemos constatar que o produto educacional

em questão cumpriu seu objetivo principal, o qual é divulgar a proposta de ensino técnico defendida por Tarquínio de Souza Filho durante o Brasil Império, tornando-o conhecido, bem como sua obra *O Ensino Technico no Brazil*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que nenhum esforço de construir ciência se consagra sem desafios ou dificuldades de alguma ordem. Para a realização deste trabalho não foi diferente. Quando nos propusemos a pesquisar um tema que abarcava um autor, no nosso caso, Tarquínio de Souza Filho, pouco estudado e com raros enfoques científicos, chegamos a acreditar que talvez o trabalho não contemplasse um estudo atrativo ou que desse visibilidade à história da EPT.

Nessa linha, apesar de todos os contratemplos, conseguimos realizar nosso estudo, aprofundando nossos conhecimentos a respeito da Educação Profissional e principalmente conhecendo Tarquínio de Souza Filho e seu pensamento a respeito do ensino técnico durante o Brasil Império. Vislumbramos ensinamentos que a racionalidade do ambiente acadêmico não poderia oferecer, como perceber que cada achado e descoberta durante o trabalho de pesquisa é relevante para a construção de uma pesquisa científica, além de ingressarmos nas memórias e experiências de intelectuais do Brasil Império. Por isso, nosso trabalho teve em vista divulgar a memória da Educação Profissional e Tecnológica, e do autor, efetuando uma relação entre o pensamento deste e o desenvolvimento da EPT no Brasil Império.

Para isso, analisamos a situação em que se encontrava a educação, mais precisamente, a profissional, voltada para o trabalho manual, entre os anos de 1822 a 1889. O referencial desta pesquisa abrangeu as bases conceituais históricas da EPT, com centralidade nas interpretações sobre questões extremamente pertinentes para a prática educativa e atuação docente, uma vez que lidam com uma abordagem específica daquilo que é chamado de mundo do trabalho e sua relação com a educação.

Ao pesquisarmos a educação no Brasil Império através do estudo das concepções de Tarquínio de Souza Filho em seu livro *O Ensino Technico no Brazil*, compreendemos que em um período em que se almejava o desenvolvimento da educação profissional mediante ações assistencialistas, o autor propôs o ensino

profissional como uma ferramenta promotora do desenvolvimento econômico do país. Sua obra, foi um estudo técnico realizado a pedido da Sociedade Central de Imigração, que discorreu a respeito de como propor ao governo imperial formas para a expansão do ensino profissional. O objetivo era o de que melhorando a educação técnica, se alcançasse o desenvolvimento e progresso econômico do país. Nossos estudos trouxeram subsídios suficientes para realizarmos a produção e aplicação de um produto educacional, caracterizado como produto de comunicação, do tipo *podcast* educacional, intitulado “*TarqCast*”. O produto foi avaliado positivamente por alunos e ex-alunos do ProfEPT do *campus* Divinópolis do CEFET/MG.

Entre sugestões e comentários realizados, constaram o incentivo à continuidade do *podcast*. Com base nas avaliações feitas acreditamos que o *podcast* cumpriu seu objetivo de aumentar e disseminar o conhecimento a respeito da história da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, através da difusão do pensamento de Tarquínio de Souza Filho.

Com relação, ao aprendizado adquirido através dessa pesquisa, visualizamos que no final do século XIX, o Brasil testemunhou clamores pela instauração da república e pelo fim da monarquia. Embora Tarquínio de Souza Filho não considerasse o regime monárquico vigente como um obstáculo para o desenvolvimento do ensino profissional e da educação em sua totalidade, ele temia os movimentos revolucionários e acreditava que o Brasil deveria evitá-los. O autor defendia que a difusão da educação poderia prevenir seu surgimento e a manipulação da população, entendendo manipulação como uma adesão significativa às propostas dos grupos insurgentes por parte do povo.

Em sua visão, uma população desprovida de educação e mal instruída poderia facilmente aderir a propostas das quais desconhecia a amplitude. Ele via na educação não apenas um meio de controle de protestos violentos, mas também como um instrumento para a preservação da moral. Investir no sistema educacional brasileiro poderia contribuir para evitar a propagação de movimentos revolucionários e para a manutenção do “status quo” imperial. A premissa era de que ao educar os brasileiros sobre a importância do ensino profissional para o desenvolvimento industrial do país, e ao apresentar os avanços, dificuldades e propostas para a sua melhoria e implementação, seria possível de certa forma prevenir a insurgência de movimentos revolucionários, similarmente aos ocorridos em países europeus, particularmente na França.

Por esta razão, havia uma cautela em suas propostas para a melhoria do sistema educacional. Ao encomendar o trabalho, a Sociedade Central de Imigração não pretendia obter um documento que incentivasse levantes populares no Brasil. Seu objetivo era simplesmente demonstrar ao governo, com base em um estudo comparativo, o quanto se estava perdendo pela falta de investimentos no ensino, especialmente no ensino profissional. Outro detalhe relevante é que no século XIX havia, tanto por parte do governo quanto da elite local, a compreensão de que a educação poderia servir como um meio de combate à pobreza e à mendicância. Difundia-se a ideia de que "a educação das classes populares seria um poderoso instrumento de regeneração".

Para o autor, apenas através da educação o Brasil poderia avançar rumo ao progresso. Não bastava qualquer sistema educacional, mas sim um sistema público, abrangente, que não se limitasse às classes sociais mais privilegiadas. Seu discurso reflete a tendência de pensamento que predominava no século XIX, caracterizada por uma ênfase no cientificismo influenciado pelo Iluminismo do século anterior, especialmente entre os intelectuais europeus, como Celestin Hippeau. O objetivo era desenvolver um ensino que atendesse às necessidades práticas e sociais, e o modelo francês era considerado o ideal a ser seguido.

Devido à preocupação com o papel pouco relevante da educação profissional no Império e à convicção de que o Brasil só poderia conquistar um papel de destaque global por meio do investimento na educação, Tarquínio de Souza Filho propõe a criação de escolas técnicas voltadas para a formação das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, ele argumenta que isso seria uma forma de elevar o prestígio das carreiras profissionais, muitas vezes menosprezadas durante o período escravocrata.

Ele acreditava que o ensino destinado às camadas populares do Brasil não só tinha o propósito de educar, mas também de moralizar e adaptar essas pessoas à convivência em sociedade. Defendia, que isso levaria à formação de uma sociedade organizada, na qual o progresso pudesse prosperar livremente. Desejava que a reforma do ensino profissional respeitasse os interesses locais, consultando as necessidades e aspirações das classes para as quais os cursos eram destinados, e atualizando os programas de ensino de acordo. Portanto, essa reforma não deveria ser uniforme ou imposta ao país, mas sim adaptada às diferentes realidades regionais.

Ele enfatizava a importância de os alunos entenderem o ensino técnico como benéfico para suas futuras carreiras profissionais, fundamental para alcançarem uma posição social vantajosa. Ao sugerir que a criação e manutenção das escolas profissionais dependeriam de uma parceria entre o Estado e os estabelecimentos privados, ele buscava alternativas para contornar a escassez de recursos públicos, reconhecendo que estes não seriam suficientes para cobrir todos os custos. Seguindo a tendência liberalista predominante naquele período e preocupado em evitar que as ações estatais se tornassem concorrentes do mercado privado, o autor também enfatizava a importância de o envolvimento governamental se limitar ao necessário para alcançar os objetivos propostos.

Embora esteja ciente de que suas propostas para o ensino profissional enfrentariam resistência, em parte devido à mentalidade preconceituosa em relação ao trabalho manual, Tarquínio de Souza Filho não apresenta claramente em seu livro como pretendia alterar tal pensamento. Ele reconhece a necessidade de desmitificar esse conceito, porém não oferece no livro propostas concretas de ações nesse sentido. O que se observa são sugestões mais abrangentes por parte do autor, como a expansão de museus, bibliotecas, exposições permanentes e laboratórios, visando estimular o ensino prático das disciplinas. O autor, menciona que o sucesso de suas propostas dependeria de duas condições: a compreensão da importância do ensino incluído nos programas a serem ministrados e a certeza por parte dos jovens de que seus estudos seriam benéficos para o exercício da profissão que escolheram, sendo essencial para que alcançassem uma posição social vantajosa.

Concluimos que no século XIX, Tarquínio de Souza Filho, já defendia um ensino técnico gratuito e público para a população brasileira. Ressaltamos, no entanto, que o objetivo do autor sempre foi o de utilizar o ensino profissional, como ferramenta para incentivo a imigração de europeus no país, buscando impulsionar o crescimento econômico, social e político do Brasil.

Com base nas análises feitas no decorrer de nossos estudos, percebemos que as reflexões sobre a história da educação profissional brasileira constitui-se como importante no processo de formação de todo estudante, enquanto cidadão. Refletir acerca da estrutura governamental destinada ao ensino técnico desta época, a opinião e proposituras de pensadores e intelectuais nacionais e estrangeiros que viveram no período imperial brasileiro, colabora com mecanismos de ensino-

aprendizagem eficientes e eficazes.

Pesquisar e entender as proposituras de Tarquínio S.F. para o ensino profissional de sua época nos propiciou novos conhecimentos a respeito da situação da educação profissional no Brasil Império, principalmente, quando efetuamos a análise dos espaços de sociabilidade percorridos pelo autor e que auxiliaram na formação de seu pensamento. Acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir com novos trabalhos sobre a história da EPT no Brasil Império, com novas abordagens e temas sendo tratados. Esperamos que, além de divulgar o pensamento de Tarquínio de Souza Filho, este estudo poderá ser utilizado como subsídio de pesquisa para levantamento de dados que busquem conhecer a situação da educação profissional no Brasil Império.

REFERÊNCIAS

A IMIGRAÇÃO. **Órgão da Sociedade Central de Imigração**, Rio de Janeiro, 1883. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/sociedade-central-de-immigracao/>. Acesso em: 03 jul. 2022.

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Rio de Janeiro: PUC Rio/Departamento de Economia/TD n. 584, 2010. p. 1-46. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/?titulo=A+economia+brasileira+no+Imp%C3%A9rio%2C+1822-1889&ano_inicial=&autor=Marcelo+de+Paiva+Abreu&ano_final=&tipo=0&numero=. Acesso em: 20 mar. 2023.

Alma Brasileira: breve apresentação. **Acervo Digital Chiquinha Gonzaga**, 2024. Disponível em: <https://chiquinhagonzaga.com/acervo/?musica=atraente>. Acesso em: 03 mar.2024.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2002.

ANAIS da Assembleia Legislativa Provincial, 1876 e 1879. **Arquivo Público Mineiro**. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/assembleia/search.php?query=annaes&ordenar=10&asc_desc=10&action=results&andor=AND&start=0. Acesso em: 07 nov. 2023.

ARAUJO, Nilton de Almeida. **A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930)**. Salvador, 2006. Disponível em: <https://ppgefhc.ufba.br/pt-br/escola-agricola-de-sao-bento-das-lages-e-institucionalizacao-da-agronomia-no-brasil-1877-1930>. Acesso em 07 nov. 2023.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Livro de registo de óbitos da paróquia de Santa Catarina de 1892**.p.3. Portugal. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4816628>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Livro de registo de batismos da paróquia de Santa Catarina de 1817 a 1827**.p.191. Portugal. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4816628>. Acesso em: 28 jun. 2023.

AVELINO, Jarbas. A influência da Escola de Recife sobre a atuação literário-jurídica dos bacharéis Piauienses nos inícios do século XX: O caso da Revista Litericultura (1912- 1913). **Revista Persona**. 2006. Disponível em: https://www.revistapersona.com.ar/Persona78/78Jarbas.htm#_ftn12. Acesso em: 25 ago.2023.

AZEVEDO, Romero de. A lei de 7 de Novembro de 1831 e a defesa do tráfico negreiro no Brasil (1831-1837). **Revista Cantareira**, n. 29, p. 206-207, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/3077>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BARROSO, José Liberato. **A Instrução Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: B.L.Garnier Edictor, 1867.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Leituras da Ilustração Brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883). **Revista Brasileira de História da Educação**, p.67-112, n.03. Jan./jun.2002.

BRITTO, Edivaldo. *Audacity* 3.2.1 lançado com muitos novos recursos úteis.*In*: BLOG DO EDIVALDO. **Descomplicando o Linux**. 2022. Disponível em: <https://www.edivaldobrito.com.br/audacity-3-2-1-lancado-com-muitos-novos-recursos-uteis/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**, v. 07. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 250. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 03 jul. 2022.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Seção 1 - 17/2/2017, Página 1<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL, Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Do parecer que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Parecer n. 16, de 05 de outubro de 1999. Relator: Francisco Aparecido Cordão. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRUNET, Clemildo. Louis Jacques Brunet: O Francês Aventureiro em suas expedições Científicas. 18 de março de 2010. Disponível em: <https://projetoBrasilFranca.files.wordpress.com/2010/05/louis-jacques-brunet.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2023.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. São Paulo: Vozes, 2016.

CAMARGO, Hertz Wendel de; LARA, Renata Marcelle (Orgs.). **Conexões: Mídia, Cultura e Sociedade**. Londrina: Syntagma Editores, 2017.

CARREGA, Arthur Daltin. O boletim *A Imigração* e a propaganda imigrantista da Sociedade Central de Imigração no final do século XIX. **Temporalidades – Revista de História**. Belo Horizonte. Edição 22, v. 8, n. 3 (set./ dez. 2016) .

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5782>. Acesso em: 21 ago.2023.

CARVALHO, Ana Amélia. *Podcast na Educação: diálogos e experiências*. In: MOMESSO, Maria Regina; *et al.* (org.). **Educar com podcasts e audiobooks**. Porto Alegre: Cirkula, 2016. p. 91-94.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira**: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização. São Paulo: s. e., 1972. (mimeog.)

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1982.

CHAMON, Carla Simone. O Ensino Profissional em debate no Brasil oitocentista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2017. p. 2851-2863. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais/ix-congresso-brasileiro-de-historia-da-educacao/historia-da-educacao-global-nacional-e-regional?q=carla+simone>. Acesso em: 03 jul. 2022.

ClAVATTA, M. Arquivos da Memória do Trabalho e da Educação: centros de memória e formação integrada para não apagar o futuro. In: ClAVATTA, M.; REIS, R. R. (Orgs.). **A Pesquisa histórica em Trabalho e Educação**, v. 1. Brasília: Liber Livro/EDUA, 2010. p. 15-36

COELHO, Ana Luiza Ferreira. O Paradigma Indiciário como metodologia para estudos historiográficos. In: FORUM FEPEC, 8., 2014. Montes Claros. **Anais...** Montes Claros: UNIMONTES, 2014. p. 1-3 Disponível em: http://www.fepeg2014.unimontes.br/sites/default/files/resumos/arquivo_pdf_anais/o_paradigma_indiciario_como_metodologia_para_estudos_historiograficos.pdf. Acesso em: 03 jul. 2022.

CORADINI, Neirimar Humberto Kochhan. **Podcasts para o ensino integrado**: guia de uso e produção: Produto Educacional vinculado à dissertação “Podcasts na Educação Profissional e Tecnológica”. Porto Velho/Rondônia: IFRO, 2020.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação Profissional no Brasil**: Síntese Histórica e Perspectivas. São Paulo: Senac, 2017.

COSTA, Antônio da. A reforma do Marquez de Pombal. **O Acadêmico**, n. 01, p. 01 - 02, Porto: 1878. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAcademicoRevistaQuinzenalLiteraria/N01/N01_master/OAcademicoRevistaQuinzenalLitteraria_N01.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

COSTA, Antônio da. A reforma do Marquez de Pombal. **O Acadêmico**, n. 02, p. 01 - 02, Porto: 1878. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAcademicoRevistaQuinzenalLiteraria/N02/N02_master/OAcademicoRevistaQuinzenalLitteraria_N02.pdf.

emicoRevistaQuinzenalLitteraria_N02.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

COSTA, Antônio da. A reforma do Marquez de Pombal. **O Acadêmico**, n. 03, p. 01 - 02, Porto: 1878. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAcademicoRevistaQuinzenalLiteraria/N03/N03_master/OAcademicoRevistaQuinzenalLitteraria_N03.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

COSTA, Antônio da. A reforma do Marquez de Pombal. **O Acadêmico**, n. 04, p. 01 - 02, Porto: 1878. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAcademicoRevistaQuinzenalLiteraria/N04/N04_master/OAcademicoRevistaQuinzenalLitteraria_N04.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

COSTA, Antônio da. A reforma do Marquez de Pombal. **O Acadêmico**, n. 05, p. 01 - 02, Porto: 1878. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAcademicoRevistaQuinzenalLiteraria/N05/N05_master/OAcademicoRevistaQuinzenalLitteraria_N05.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

COSTA, Antônio da. A reforma do Marquez de Pombal. **O Acadêmico**, n. 06, p. 01, Porto: 1878. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAcademicoRevistaQuinzenalLiteraria/N06/N06_master/OAcademicoRevistaQuinzenalLitteraria_N06.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O projeto reacionário de educação. 2016**. Disponível em: <http://luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>. Acesso em: 29 ago.2023.

CUNHA, Sérgio Sérvulo. História da Advocacia no Brasil Oitocentista. *In*: MITTEILUNGEN DER DEUTSCH – BRASILIANISCHEN JURISTENVEREINIGUNG, 2005, Potsdam. **Mitteilungen der Deutsch...** Potsdam: Associação de juristas Alemanha-Brasil, 2005.p.1-8. Disponível em: <http://www.servulo.com.br/pdf/advocacia.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro**. n.º 278, janeiro/março, p.105-170, 1968.

EBELING, Richard M. Paul Leroy-Beaulieu: A Warning Voice About the Socialist Tragedy to Come. **Future of Freedom Foundation**. January 29, 2018. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Pierre_Paul_Leroy-Beaulieu. Acesso em: 05 nov. 2023.

FILHO, Tarquínio S.F.de Souza. Condição Civil do Estrangeiro. **Direito: Revista Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 510-516, 1882. Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/354>. Acesso em: 03 jul. 2022.

FILHO, Tarquínio S.F.de Souza. Investigação da Paternidade Natural na Acção de Alimentos. **Direito** – Revista Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, Rio de Janeiro, v. 28, p. 161-171, 1882.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/354>. Acesso em: 03 jul. 2022.

FILHO, Tarquínio S.F.de Souza. O Divórcio. **O Direito**: Revista Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, Rio de Janeiro, v. 29, Ano X, p. 22 - 31, 1882.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/356>. Acesso em: 03 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**, v. 01. Rio de Janeiro, Escola Técnica Nacional: 1961.

FONTOURA, Yuna; ALFAIA, Lililan; FERNANDES, Alexandre. A Pesquisa Histórica em estudos organizacionais no Brasil: uma análise paradigmática e novas perspectivas. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 11, n. 1, p. 83-103, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/viewFile/21875/18407>. Acesso em: 15 dez. 2022.

FRAGA, Walter Filho. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo, Ed. Hucitec/Universidade Federal da Bahia, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. Vocational Education and Development. In: UNESCO. **International Handbook of Education for Changing World of Work**. Bonn: UNIVOC, 2009. p. 1307-1319. Disponível em file:///C:/Users/%C3%89rika/Downloads/Palestra%20Gaudencio%20Frigotto[1].pdf.

Acesso em: 08 set. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Orgs). **A Formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006. p. 55-70.

GIAROLA, Flávio Raimundo. **As representações da mão-de-obra: escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos sanjoanenses (1871-1889)**. São João del-Rei, 2011. Disponível em:

https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/Dissertacao_Flavio_Raimundo_Giarola.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38183>. Acesso em: 28 fev. 2023.

GONDRA, José Gonçalves. Olhos na América. Uma leitura dos relatórios de C. Hippeau. **Educar, Curitiba**. p.161-185, n.19. Editora UFPR, .2002.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, M. M. Reformadores de classe média no Império brasileiro: a sociedade central de imigração. **Revista de História**, [S. l.], v. 53, n. 105, p. 147-171, 1976.

DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1976.209666. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/209666>. Acesso em: 16 out. 2023.

LAMBERTH, David C. Pragmatismo e naturalismo: Uma conjunção inevitável? **Cognitio Revista De Filosofia**. p. 88-100. 2001. Disponível em:

https://www.academia.edu/72669389/Pragmatismo_e_naturalismo_Uma_conjun%C3%A7%C3%A3o_inevit%C3%A1vel. Acesso em: 23 out. 2023.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes Leite. **O foco narrativo (ou a polêmica em torno da ilusão)**. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

LEITURA OBRIGAHISTÓRIA. **Qual a diferença entre Memória e História?** Conceitos históricos.YouTube, 20 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XRDzvuc4AAU&ab_channel=LeituraObrigaHIST%C3%93RIA>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LENDRAS, Bárbara Caroline. A Escola do Recife e seu desenvolvimento. **Portal Factórum Cultural**. 27 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://factotumcultural.com.br/2021/08/27/a-escola-do-recife-e-seu-desenvolvimento-uma-introducao/>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

LIMA, Gizeli da Conceição. A construção do ideário de Brasil no século XIX: reflexões em torno das concepções de memória, civilização e identidade nacional. **Contraponto - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, p. 327-346, v. 8, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/download/9929/5704>. Acesso em: 30 out. 2023.

LOUBAK, Luiza. Como fazer um *podcast* no celular com o *Anchor*. In: TECHTUDO, 2021. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2021/09/como-fazer-um-podcast-no-celular-com-o-anchor.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2023.

LUCA, Tânia Regina de. **Práticas de Pesquisa em História**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

LUCCHESI, Martha Abrahão Saad. O ensino superior brasileiro e a influência do modelo francês. **XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. II Congresso Internacional IGLU**. Santa Catarina. p.01-14. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/25887>. Acesso em: 14 ago.2023.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2015.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: EDUEM - Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1999.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

MANGORINHA, Jorge. **O Acadêmico**. Lisboa: 2013. Disponível em: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/OAcademicoRevistaquinzenal.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

MARINHO, Fernando. Conto. In: MUNDO EDUCAÇÃO. 2023. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/redacao/conto.htm>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. A arte das corporações de ofícios: as irmandades e o trabalho no Rio de Janeiro Colônia. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 30, n. 1, p. 1-18, 2012. Disponível em [https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article /viewFile/24350/19725](https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/viewFile/24350/19725). Acesso em: 17 ago. 2022.

MAXWELL, Kenneth. Trad. João Maia. **A Devassa da Devassa - A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um

mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 1992.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa. **Pensamento Plural**. Pelotas. Pag. 11 – 21; janeiro-junho 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3798/3410> Acesso em: 16 out.2023.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 17 out. 2022.

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. Formação de educadores: desafios e perspectivas. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. (Org). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2003. p. 131-145.

NUNES, José Ricardo Freitas. **Tobias Barreto e o projeto de Lei nº129/1879: Uma proposta acerca da educação feminina**. Aracaju, Sergipe. 2012.Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/1022>. Acesso em: 25 ago.2023.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos Imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2 edição. 2002.

PALMA FILHO, J. C. Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – **História da Educação** – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

PENTEADO, David Francisco de Moura. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: a ambiguidade de uma associação civil a serviço do Estado brasileiro (1825-1904). **Revista Brasileira de História da Ciência**. v. 15, n. 1, p.61-86, jan | jun 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v15i1.728>. Acesso em 07 nov. 2023.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. Arquivo Nacional MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. **Asilo dos Meninos Desvalidos**. Publicado em 11 de novembro de 2016.Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/256-asilo-dos-meninos-desvalidos>. Acesso em: 05 nov. 2023.

PINTO, Maria de Fátima M. M. D. Antônio da Costa, paladino da instrução popular em Portugal no século XIX. **História da Educação**. Porto Alegre. v. 21. n. 53. p.144-157. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3216/321652605011/html/>. Acesso em: 15 ago.2023.

PONTES, Luís. A. Farjado. O movimento norte-americano de reforma educacional: Sinopse de sua evolução, desafios e associação com as habilidades do século 21.

Competências do Século XXI. p.149-166.2015.

RAGO, Maria Aparecida de Paula; VIEIRA, Rosa Maria. Escola do Recife. **Escola de Ciências Sociais da FGV**. 2018. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESCOLA%20DO%20RECIFE.pdf>. Acesso em: 25 ago.2023.

RELATÓRIO de Presidentes de Províncias de Minas Gerais, 1835-1889. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>. Acesso em: 07 nov. 2023.

RESSINETI, Telma Renata; COSTA, Áurea de Carvalho. Heranças da Revolução Francesa: A política educacional das primeiras letras no Brasil. **Revista Teoria e Prática da Educação**. V. 19, n.3, p. 47-59. Setembro/Dezembro 2016. Disponível: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/download/36620/pdf/> Acesso em: 23 out. 2023.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 4, p. 15-30, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjvnLDdfDb/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 27 jul. 2022.

RIBEIRO, Suzana Lopes. Por uma história da educação profissional: contribuições e desafios de pesquisas em história oral. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. (Org.). **Cultura, Saberes e Práticas**: Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p. 321-336. Disponível em: http://www.cpscetec.com.br/memorias/arquivos/cultura_saberes_praticas.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

Robinson, Moncure. Obituary Notice of Michel Chevalier. **Proceedings of the American Philosophical Society**. p. 28-37, 1880 In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Citando_a_Wikip%C3%A9dia#:~:text=Segundo%20as%20normas%20da%20Associa%C3%A7%C3%A3o,Dispon%C3%ADvel%20em%3A%20endere%C3%A7o. Acesso em : 05 nov. 2023.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 4, p. 48-74, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277873215_Celso_Suckow_da_Fonseca_e_a_sua_Historia_do_ensino_industrial_no_Brasil. Acesso em: 17 fev. 2023.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da Ciência - O Pensamento Científico e a Ciência no Século XIX**. Volume II. Tomo I. 2ª Edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2012.

ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (org). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: Editora da

Universidade Estadual de Maringá. 2 edição. 2009, p. 89-102.

SALDANHA, Nelson. **História das ideias políticas no Brasil**. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

SANTOS, Rodrigo Otávio dos. **Fundamentos da Pesquisa Histórica**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.

SCHONECKER, DIETER. Supernaturalismo: Deus e o mundo moral. **Texte zur Ethik**. Organizada por Detlef Hoerster na editora Reclam, cidade de Stuttgart, 2012, p. 139-150. Tradução: Robinson dos Santos.

SCHWARTZMAN, Simon. A Pesquisa Científica no Brasil, Matrizes Culturais e Institucionais. **Pesquisa Médica**, vol. 1. São Paulo, Editora Pedagógica Universitária; Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982, p. 137-160.

SILVA, Marcelo de Souza; SILVA, Cesar Agenor Fernandes da. A divulgação científica em história por meio de *podcasts*: possibilidades de educação histórica pela internet. *In*: LARA, Renata Marcelle; CAMARGO, Hertz Wendel de. (Orgs.). **Conexões: mídia, cultura e sociedade**. Londrina: Syntagma Editores, 2017, p. 257-285

SILVA, Maxwell Ferreira. Vivendo no Século do trabalho e da Indústria [...]" : Tarquínio S.F.de Souza Filho e o Discurso Nobilitante das Artes Mecânicas no Brasil no final do século XIX. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 14., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2014. p. 01-15. Disponível em: <https://www.14snhct.sbhct.org.br/>. Acesso em: 09 ago. 2022

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

SOUZA, Rainer Gonçalves. A chegada dos imigrantes. *In*: **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/a-chegada-dos-imigrantes.htm>. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUZA, Rosa Fátima. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos CEDES**. Ano XX. N.51. p.09-28. novembro/2000.

SOUZA, Tarquínio S.F.de. O Ensino Technico no Brasil. **Livros de propaganda da Sociedade Central de Imigração**, Rio de Janeiro, v. 03, 1887. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242353>. Acesso em: 03 jul. 2022.

SOUZA, Tarquínio S.F.de. O Estado de Sítio. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 193-208, 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=139955&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=7916>. Acesso em: 07 jul. 2022.

STAHL, M. Apreender projetos, contrapor ideias: Louis Couty e a Sociedade Central de Imigração. In: **Louis Couty e o império do Brasil: o problema da mão de obra e a constituição do povo no final do século XIX (1871-1891)** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2016, pp. 247-288. ISBN 978-85-68576-85-4. <https://doi.org/10.7476/9788568576854.0005>

TORRES, João Romano. **Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**. v.VI, págs. 1087-1088. Portugal :2016 . Disponível em: <https://www.arqnet.pt/dicionario/Souzamacedo.html>. Acesso em: 28 jun. 2023.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 192-209.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Editora Afiliada, 1991.

ZUAN, Stephanie Stenzel; SIMÕES, Dayse de Souza Lourenço. Reflexões sobre o *podcasts* e a potencialização da linguagem oral na educação escolar. In: SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 7., 2020, Maceió. **Anais...** Maceió: UFAL/Centro de Educação, 2020. p. 1-12. Disponível em: https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-ef1892a5874050b159a37f7cecc9a3b4ba49ca9a-segundo_arquivo.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO.

Seção 1 de 17

PESQUISA: A contribuição de Tarquínio de Sousa Filho para o desenvolvimento da Educação Profissional brasileira.

CONVITE PARA PARTICIPAR

Prezado(a) colega.

Meu nome é Érika Aparecida Corrêa. Sou *aluna* do MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL/PROFEPT - DIVINÓPOLIS do CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET-MG).

Para me conhecer melhor, ofereço-lhe meu currículo na Plataforma Lattes no <http://lattes.cnpq.br/9066021163176615>. Sou também a pesquisadora responsável pelo estudo "A contribuição de Tarquínio de Souza Filho para a Educação Profissional no Brasil", trabalho esse que tem o CEFET-MG como instituição proponente, e pela qual seu Comitê de Ética em Pesquisa aprovou sob o número CAAE 73384323.2.0000.8507.

Queria convidar-lhe para participar da pesquisa, respondendo a um questionário. Na primeira parte, peço alguns dados sociodemográficos bem simples e não sensíveis, como escolaridade e idade.

Depois, temos duas partes, ambas no formato "escolha hipotética". Basicamente, você escolherá uma entre duas opções frente ao enunciado, que aborda problemas administrativos e outros de natureza geral. Não há respostas certas e nem tampouco precisará usar de cálculos. Minha estimativa é que empregará de 15 a 20 minutos de seu tempo (mais provável, 20 minutos).

Uma explicação mais detalhada sobre este estudo está disponível no TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), que também apresenta os riscos da pesquisa e os direitos dos participantes. O TCLE será apresentado caso concorde em considerar esse convite.

Você não receberá nenhuma recompensa monetária pela sua participação, que só acontece por altruísmo de sua parte, pelo que sou-lhe muito grato. Mas, com a sua valiosa colaboração, avançaremos o conhecimento sobre a educação profissional no Brasil Império.

Você pode ter também algum esclarecimento adicional através do e-mail erikacorrea@ufsj.edu.br.

Ou se preferir, pode entrar em contato comigo, pelo telefone +55

(37) 98813-7568. Terei prazer em esclarecer suas dúvidas.

Érika

erikacorrea@ufsj.edu.br [Alternar conta](#)



Não compartilhado

Seção 2 de 17

REQUISITO PARA PARTICIPAR



PRIMEIRO, preciso saber se você tem pelo menos 18 anos (apenas pessoas maiores de idade e capazes juridicamente de dar o consentimento podem participar da pesquisa).



Qual é a opção que lhe retrata? *

- ☐ Tenho 18 ou mais anos e posso dar meu consentimento se assim o desejar
- ☐ Não tenho 18 anos
- ☐ Prefiro não responder

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção



Seção 3 de 17

Convite



Descrição (opcional)



... você pode me ajudar, considerando aceitar esse convite? *

- ☐ Sim, concedo minha concordância preliminar, sujeita à revogação após análise do TCLE (apresentado a ...
- ☐ Declino do convite, sem que isso me prejudique de qualquer forma
- ☐ Tenho dúvidas ...

Seção 4 de 17

Agora, você terá acesso ao TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



Projeto CAAE 73384323.2.0000.8507, aprovado pelo Sistema CEP/CONEP, em 21 de dezembro de 2023.

Prezado(a) colega,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: "**A contribuição de Tarquínio de Souza Filho para a Educação Profissional no Brasil**". Este convite se deve ao fato de você ser aluno(a), ou ex-aluno (a) do ProfEPT o que é muito útil para o andamento da pesquisa.

O pesquisador responsável pela pesquisa sou eu, Érika Aparecida Corrêa, RG: MG10816924, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

Se precisar de mais informações sobre mim, meu currículo está disponível em:

<http://lattes.cnpq.br/9066021163176615>.

A pesquisa, motivo deste convite, tem como objetivo analisar o modelo de educação Profissional defendido por Tarquínio de Souza Filho na época do Brasil Império. Caso resolva participar, você irá ouvir um podcast denominado "TarqCast" e preencher um formulário on-line. Nele e em linhas gerais, será solicitado de você alguns dados demográficos habituais. Em seguida, você deverá indicar a opção que lhe parecer mais razoável em uma série de itens (problemas). Essas escolhas não demandam cálculos e nem possuem respostas "corretas". Estima-se que sua participação deve tomar-lhe menos que 20 minutos. De posse de sua resposta e de outros participantes, será feita uma análise estatística de dados e daí emitido o relatório final, apresentando apenas dados consolidados, sem a identificação dos participantes.

Contudo, toda pesquisa envolve RISCOS para os participantes. Risco pode ser estimado pelo produto da possibilidade de ocorrência de um evento desfavorável e a consequência negativa (danos materiais ou imateriais). Na presente pesquisa, avalio que, uma vez tomado os devidos cuidados, os riscos não mínimos,

como descrito a seguir:

Há uma pequena possibilidade de perda do anonimato, da privacidade e do sigilo. Essa possibilidade tem um componente que foge ao controle direto da pesquisadora responsável: a pesquisa recorre ao ambiente virtual para a coleta de dados ao usar a plataforma GOOGLE FORMS, da empresa Google, cuja política de confidencialidade você pode encontrar em: <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-br>. Se você não estiver ou ficar satisfeito com a forma com que o Google lida com dados de quando se usa seus sistemas, é recomendável que não aceite participar da pesquisa. Mas se escolher me ajudar, recomendo-lhe que use computador pessoal, faça o acesso por uma rede protegida em um ambiente de preferência isolado e peça -lhe para que não deixe aberta a pesquisa. Para aumentar a segurança, não lhe será mandado arquivo anexado e tampouco usado e-mail com lista de endereçados.

Ainda, como prevenção complementar para reduzir o risco de eventual perda do anonimato, afianço-lhe que apenas o pesquisador responsável terá acesso autorizado a seu questionário (a menos da empresa Google), que estará na nuvem Google Drive em espaço exclusivo protegido por senha. Assevero também que, encerrada a fase de coleta de dados, os dados da sua participação serão removidos do GOOGLE FORMS, criptografados por senha e guardados em meio eletrônico próprio do pesquisador responsável em um armário de acesso restrito, por um período legal de cinco anos. Nesse meio, a sua identificação será substituída por um código. Depois de cinco anos, o arquivo será deletado.

Mas, destaca-se, uma vez que se perca o anonimato, qualquer que seja o motivo, você poderá sofrer algum constrangimento frente aos seus pares e/ou perda de reputação.

Há uma possibilidade que pesquisa on-line possa servir de veículo de vírus ou outras ameaças (como trojan, worm, spam, phishing), com terceiros invadindo a sua privacidade e o sigilo da pesquisa. Como medida preventiva, escolheu-se uma Plataforma da empresa Google, de boa reputação de segurança. Avalia-se que, em decorrência da opção pela Google, essa possibilidade é pequena. Mas se seu computador for invadido, há possibilidade de consideráveis perdas financeiras (associadas a roubo de identidade e de dados), "travamento" de computador, perda de arquivos, e desgaste com publicidade não requisitada. Se você tiver alguma suspeita de invasão ou outra situação adversa, recomenda-se "passar" um antivírus, além dos cuidados apresentados anteriormente.

O eventual custo de passar o antivírus é motivo para ressarcimento, bem como qualquer indenização decorrente desse (e de qualquer outro) evento.

Há uma possibilidade reduzida que sua participação lhe demande um esforço intelectual excessivo, que poderia implicar em cansaço mental e ansiedade mental pequenos. Se isso sobrevier, recomendo que interrompa a sua participação (momentânea ou definitivamente, nesse caso, sem que isso lhe traga qualquer ônus ou necessidade de explicação) e exerça seu direito de não responder uma ou várias questões, sem precisar se justificar.

Para minimizar esse risco, a pesquisa foi desenvolvida para lhe ocupar menos que 50 minutos e não exigir de você qualquer cálculo mais sofisticado, bem como sinalizar claramente que não se procura respostas corretas (e nem se penaliza por erros, se houvessem). Assim, o número de questões foi reduzido ao essencial, com cuidado adicional de se evitar expressões estigmatizadoras, destacando que todas as perguntas têm a opção PREFIRO NÃO DECLARAR ou próximo disso.

Agora, você terá acesso ao TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Se isso não lhe parecer suficiente, peço que encerre imediatamente a sua participação e nem envie o questionário. Afinal, repito, é direito de todo participante retirar-se da pesquisa a qualquer momento, sem que isso venha lhe provocar qualquer dano futuro. Esse direito será respeitado.

No que diz respeito à BENEFÍCIOS, avalio que o único benefício potencial pessoal seria a eventual satisfação de ajudar um colega pesquisador, por altruísmo. Quanto ao benefício coletivo potencial esse reside na possibilidade de avançar o conhecimento sobre a educação profissional no Brasil Império.

Destaca-se que, caso concorde em participar, será considerado anuência se você enviar o questionário da pesquisa.

Antes de concordar em participar, aponto que, como participante de uma pesquisa e de acordo com a legislação brasileira, você é portador de diversos direitos, além do anonimato, da confidencialidade, do sigilo e da privacidade, mesmo após o término ou interrupção da pesquisa. Assim, lhe é garantido:

- (i) A observância das práticas determinadas pela legislação aplicável, incluindo as Resoluções 466/12 (e, em especial, seu item IV.3) e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplinam a ética em pesquisa e este Termo;
- (ii) A plena liberdade para decidir sobre sua participação sem prejuízo ou represália, de qualquer natureza;

(iii) A plena liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou represália, de qualquer natureza. Nesse caso, os dados colhidos de sua participação até o momento da retirada do consentimento serão descartados, a menos que você autorize explicitamente o contrário. Para retirar seu consentimento, basta você que você se manifeste nesse sentido, enviando um e-mail para erikacorrea@ufsj.edu.br.

(iv) O acompanhamento e a assistência, mesmo que posteriores ao encerramento ou a interrupção da pesquisa, de forma gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário, sempre que requerido e relacionado à sua participação na pesquisa, mediante solicitação ao pesquisador responsável;

(v) O acesso aos resultados da pesquisa;

(vi) O ressarcimento de qualquer despesa relativa à participação na pesquisa (por exemplo, custo de acesso à rede de computadores), mediante solicitação ao pesquisador responsável;

(vii) A indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;

(viii) O acesso a este Termo.

Adicionalmente, há outras garantias decorrentes de obrigações de quando se opta por coleta de dados em ambiente virtual. Assim, asseguro-lhe que:

(ix) O TCLE depositado no Comitê de Ética e Pesquisa do CEFET-MG tem a mesma formatação da utilizada para visualização dos participantes da pesquisa.

(x) Não serão utilizadas listas ou outro meio que permitam a identificação e/ou a visualização de seus dados pelos demais convidados ou por outras pessoas.

(xi) O acesso às questões somente se dará caso você concorde em participar, tendo acesso preliminar a este TCLE e ao descritivo indicativo das questões que lhe serão submetidas.

(x) Você tem o direito de não responder qualquer questão (bastando indicar isso no questionário), sem necessidade de explicação ou justificativa.

(xi) Em caso de retirada de consentimento, eu lhe enviarei uma resposta dando-lhe ciência que recebi sua

comunicação e providenciarei a remoção da sua participação no banco de dados.

Caso você aceite participar, é muito importante que guarde em seus arquivos uma cópia (de igual teor) deste TCLE. Por favor, copie e armazene esta página.

Se for de seu interesse, o TCLE, assinado pelo pesquisador responsável, poderá ser obtido também na sua forma física, a qualquer momento da pesquisa e mesmo após ela (pelo prazo mínimo de cinco anos), bastando uma simples solicitação através do endereço de e-mail: erikacorrea@ufsj.edu.br.

Qualquer dúvida ou necessidade neste momento, no decorrer da sua participação ou após o encerramento ou eventual interrupção da pesquisa – pode ser dirigida a mim, por e-mail: erikacorrea@ufsj.edu.br, por telefone +55 (37) 98813-7568 ou por via postal para Érika Aparecida Corrêa, Rua Manuel Madureira, n.º 170, Bairro Quintino, Divinópolis-MG, CEP 35 503-010.

Seção 5 de 17

ACESSO AO TCLE



Descrição (opcional)

Eu tive acesso ao TCLE da pesquisa

☐ Não☐ Sim

Seção 6 de 17

CONSENTIMENTO



Descrição (opcional)

Após acesso ao TCLE, MANIFESTO-SE NO SENTIDO DE: *

☐ Eu avalio que tive as informações necessárias para tomar a minha decisão livre e esclarecida. E consint...☐ Tenho dúvidas quanto à minha participação☐ Não participarei da pesquisa

Seção 7 de 17

LEMBRE-SE: GUARDE UMA CÓPIA DO TCLE



É importante que você guarde uma cópia do texto do TCLE.

Se preferir, pode solicitar uma cópia impressa do TCLE assinada pelo *pesquisador* responsável mediante simples solicitação por e-mail: e-mail: erikacorrea@ufs.br, por telefone +55 (37) 98813-7568 ou por via postal para

Érika Aparecida Corrêa, Rua Manuel Madureira, n.º 170, Bairro Quintino, Divinópolis-MG, CEP 35 503-010.

Ok? Vamos para a próxima...

Seção 8 de 17

ORIENTAÇÃO EM CASO DE DÚVIDA



Descrição (opcional)



Pretende consultar o pesquisador responsável para esclarecimento sobre a participação na pesquisa? *

- ☐ Sim. Nesse caso, por favor, peço que me envie mensagem para erikacorrea@ufsj.edu.br, que terei prazer ...
- ☐ Não, prefiro desistir da pesquisa
- ☐ Não, acho que dá para ir em frente. Se for o caso, sei que posso desistir a qualquer momento, sem nenh...

Seção 9 de 17

DADOS DEMOGRÁFICOS



Ótimo; que bom que aceitou em participar.

Então, agora farei algumas perguntas um pouco mais pessoais, que servirão como categorias para análise cruzada: atributos do participante & respostas. Não se preocupe que suas repostas serão mantidas confidenciais (a divulgação será de forma agregada, sem que seja possível rastrear quem respondeu o que).



Meu nome é:

(OBS: você pode passar a próxima questão sem declarar seu nome, se preferir; contudo, nesse caso, não será possível excluir a sua participação no banco de dados uma vez enviado o questionário, por ser inviável tal recuperação, sem que tenhamos seu nome).

Texto de resposta curta

Minha faixa etária é: *

- ☐ Menos de 18 anos
- ☐ De 18 a 23 anos
- ☐ De 24 a 29 anos

- ☐ De 30 a 34 anos
- ☐ De 35 a 39 anos
- ☐ De 40 a 44 anos
- ☐ De 45 a 50 anos
- ☐ De 50 a 54 anos
- ☐ De 55 a 59 anos
- ☐ 60 ou mais anos
- ☐ Prefiro não dizer.

Seção 10 de 17**DADOS DEMOGRÁFICOS (sexo)**

Descrição (opcional)

Meu sexo é: *

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Prefiro não dizer

Seção 11 de 17

PERGUNTAS



Descrição (opcional)

...

1. Após ouvir o *podcast TarqCast*, você considera que o conteúdo do episódio foi suficiente para sua compreensão a respeito de Tarquínio de Souza Filho e sua importância para a EPT?? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não responder

2- Após ouvir o episódio do *Podcast*, você compreendeu o ensino técnico proposto por Tarquínio através de nossa análise do livro "*O Ensino Technico no Brazil*"? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não responder

...

3- Antes do *podcast* você já havia ouvido menção a Tarquínio de Souza Filho e/ou o livro *O Ensino Technico no Brazil*??

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não responder

Seção 12 de 17

Conhecimento Prévio a respeito de Tarquínio



Descrição (opcional)

4- Qual seu conhecimento prévio a respeito de Tarquínio (Cite onde você viu ou ouviu a menção ao autor, como em um livro, revista, site, dentre outros).

Texto de resposta longa

Seção 13 de 17

Sugestões



Descrição (opcional)

5- Você gostaria de dar alguma sugestão para melhorar os episódios do *podcast*??

Texto de resposta longa

Seção 14 de 17

RESULTADO DA PESQUISA



LEGAL!!!! VOCÊ CHEGOU AO FINAL. Agora só mais um detalhe e ... ENVIAR.

Diga-me, você gostaria de receber o resultado da pesquisa quando ela for concluída?

☐ Não☐ Sim

Seção 15 de 17

ENDEREÇO PARA RECEBER O RESULTADO DA PESQUISA

Descrição (opcional)

Prefiro receber por e-mail. Meu e-mail é

Texto de resposta curta

Seção 16 de 17

AGRADECIMENTO PELA PARTICIPAÇÃO

Muitíssimo obrigado por sua participação. Fico à sua disposição por telefone, e-mail, presencial ou via postal, como indicado no TCLE.

Por favor, aperte ENVIAR

Seção 17 de 17

AGRADECIMENTO

Muito obrigado pela sua atenção

APÊNDICE B - PRODUTO EDUCACIONAL



SUMÁRIO

03**Introdução****07****Resultados****04****Página do TARQcast no
Spotify****08****Seus títulos de seção vão aqui****05****Episódios****09****Conclusão****06****Testando o produto****10****Referências**

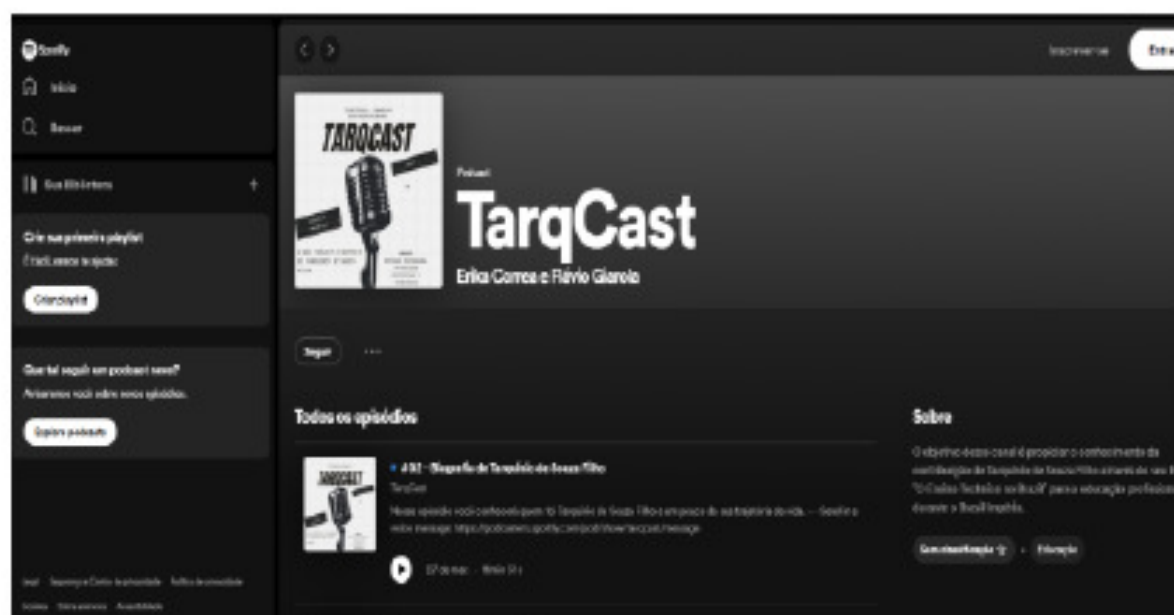
INTRODUÇÃO

O TARQcast é o produto educacional da tese de mestrado denominada “A contribuição de Tarquínio de Souza Filho para a Educação Profissional no Brasil”. Ele possui um total de quatro episódios, denominados: “Contexto histórico do Brasil Império”; “Conhecendo Tarquínio de Souza Filho”; “Análise do livro O Ensino Técnico no Brasil - parte um”; “Análise do livro O Ensino Técnico no Brasil - parte dois”. O primeiro episódio trouxe uma contextualização do momento histórico político e econômico do Brasil monárquico. No segundo, houve a apresentação da biografia e trajetória de vida de Tarquínio. Por fim, o terceiro episódio foi dividido em duas partes, contextualizando a educação profissional na visão de Tarquínio. S. F. através da análise de seu livro O Ensino Técnico no Brasil.

PÁGINA DO TARQCAST NO SPOTIFY

O link de acesso à página do produto educacional é

<https://open.spotify.com/show/6qTX1ouG9JfF4fcfRVxZcn>.



EPISÓDIOS

01 — O ensino tecnico no Brasil

Nesse primeiro episódio vamos conhecer o contexto histórico do Brasil Império a época em que Tarquínio publicou "O Ensino Technico no Brazil".

02— Biografia de Tarquínio S. F

Nesse episódio você conhecerá quem foi Tarquínio de Souza Filho e um pouco da sua trajetória de vida.

03 - A importância do ensino profissional no Brasil Império - parte um

Chegou a hora de entendermos as propostas de Tarquínio para a educação profissional durante o Brasil Império através da análise de seu livro " O Ensino Technico no Brazil". Esse episódio é a primeira parte desta análise.

04- A importância do ensino profissional no Brasil Império - parte dois

Chegou a hora de entendermos as propostas de Tarquínio para a educação profissional durante o Brasil Império através da análise de seu livro " O Ensino Technico no Brazil". Esse episódio é a primeira parte desta análise.

TESTANDO O PRODUTO

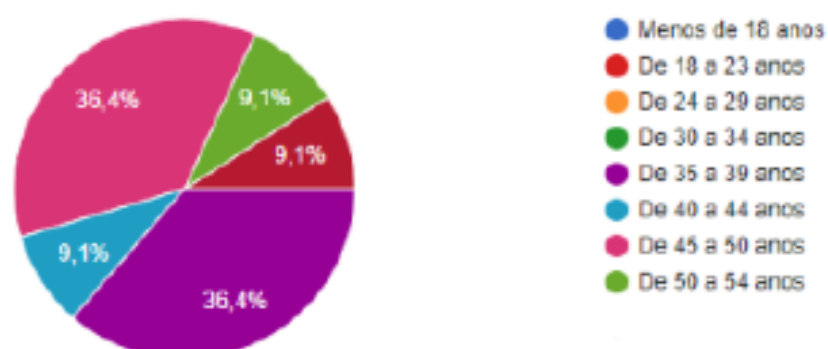
Para testar nosso podcast, utilizamos um formulário semi-estruturado aplicado de forma on-line na plataforma Google Forms. Coube ao participante escolher o local de sua conveniência para respondê-lo, dada a facilidade de acesso do instrumento.

Este estudo encaminhou o formulário para uma população de quinze indivíduos composta por alunos e ex-alunos, que frequentaram o Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Campus CEFET Divinópolis, desde seu início em 2020 - edital 01/2019 - não importando a linha de pesquisa a que estivesse vinculado. Recebemos respostas de onze indivíduos.

RESULTADOS

Minha faixa etária é:

11 respostas



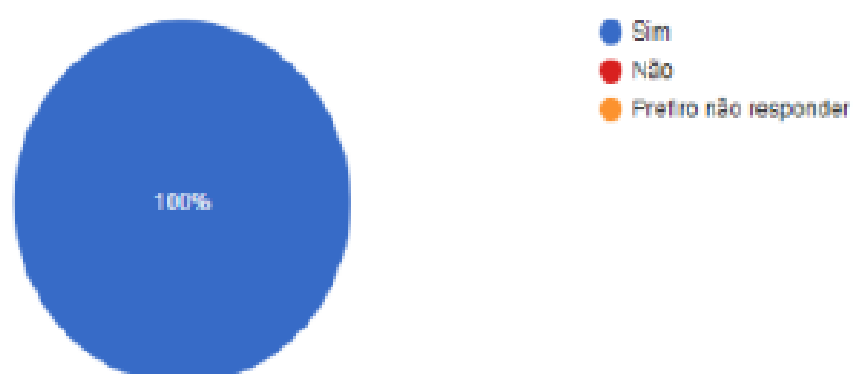
1. Após ouvir o podcast *TarqCast*, você considera que o conteúdo do episódio foi suficiente para sua compreensão a respeito de Tarquínio de Souza Filho e sua importância para a EPT??

11 respostas



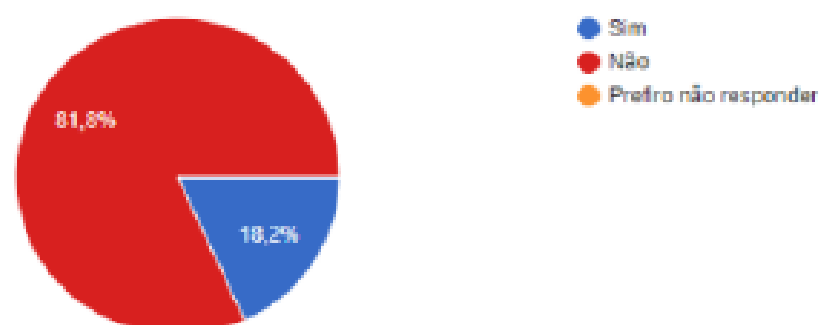
2- Após ouvir o episódio do *Podcast*, você compreendeu o ensino técnico proposto por Tarquinio através de nossa análise do livro *"O Ensino Técnico no Brasil"*?

11 respostas



3- Antes do *podcast* você já havia ouvido menção a Tarquinio de Souza Filho e/ou o livro *O Ensino Técnico no Brasil*??

11 respostas



CONCLUSÃO

Dos onze participantes que responderam à pesquisa as faixas etárias predominantes foram de 35 a 39 anos (36,4%) e de 45 a 50 anos (36,4%). Todos consideraram que o conteúdo dos episódios foram suficientes para sua compreensão a respeito de Tarquínio de Souza Filho e sua importância para a EPT. Os participantes também compreenderam a proposta de ensino técnico defendida por nosso autor através de nossa análise do livro *O Ensino Técnico no Brasil*. Dois participantes já haviam ouvido menção a Tarquínio de Souza Filho. Para o restante, a maioria (75%) ele era desconhecido. O que comprova nossa hipótese inicial do quase desconhecimento de nosso autor e sua obra a respeito do ensino técnico durante o Brasil Império.

REFERÊNCIAS

FILHO, Tarquínio de Souza. O Ensino Technico no Brasil. Livros de propaganda da Sociedade Central de Imigração, Rio de Janeiro, v. 03, 1887.

Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242353>. Acesso em: 03 jul. 2022.

LOUBAK, Luiza. Como fazer um podcast no celular com o Anchor.In: TECHTUDO, 2021. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2021/09/como-fazer-um-podcast-no-celular-com-o-anchor.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2023

TARQcast

Ouçá, aproveite, descubra



Contato:

Erika Aparecida Corrêa
erikacorreaa@ufs.br